

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

LINHA DE PESQUISA: Formação Docente e Práticas Pedagógicas

SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROJovem URBANO
EM NATAL/RN, NO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO
ALUÍZIO ALVES – CEMURE**

NATAL-RN

2019

SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROJovem URBANO
EM NATAL/RN, NO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO
ALUÍZIO ALVES – CEMURE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof. D.r José Mateus do Nascimento

NATAL-RN

2019

Dantas, Silvana Francisca.
D192f A formação continuada dos professores do PROJOVEM
URBANO em Natal – RN no Centro Municipal de Referência em
Educação Aluizio Alves (CEMURE) / Silvana Francisca Dantas. –
Natal, 2019.
126 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte. Natal, 2019.

Orientador (a): Dr. José Mateus do Nascimento.

1. Educação profissional. 2. PROJOVEM. 3. Formação Docente
Continuada. I. Nascimento, José Mateus. II. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDU 377

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Campus Natal – Central
Diretoria Acadêmica de Ciências

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 67

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2019, com início às 15h e término às 17h, no MINIAUDITÓRIO DIAC, a mestrand SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS apresentou e defendeu, em Natal, Rio Grande do Norte, perante a Comissão Examinadora integrada pelos professores doutores JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO (Presidente), FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO (Membro titular interno), ANDREA GABRIEL FRANCELINO RODRIGUES (Membro Titular Externo), OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (Membro Suplente Interno) e VIVIANNE SOUZA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (Membro Suplente Externo) a Dissertação de Mestrado intitulada: "A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROJOVEM URBANO EM NATAL/RN: EXPERIÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ALUIZIO ALVES – CEMURE", que recebeu o seguinte parecer:

O trabalho atende aos requisitos de uma dissertação de mestrado, com referencial teórico atualizado e diálogo com os dados empíricos do pesquisador. A banca recomenda a inclusão dos normativos ABNT e linguístico-textual e a mudança do título para "A formação continuada dos professores do Projoovem Urbano em Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves - CEMURE - NATAL/RN".

Diante desse parecer, a Comissão Examinadora emitiu o conceito:

| | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado Foi concedido um prazo de sessenta dias, para o(a) candidato(a) apresentar o trabalho em sua redação definitiva, a qual deve incorporar, caso haja, as correções sugeridas pela Comissão Examinadora. | <input type="checkbox"/> Não aprovado O/A mestrando/a poderá solicitar à Coordenação do PPGEP, mediante anuência do orientador, em caráter excepcional, um novo prazo de 90 dias para reapresentação e defesa da dissertação, que será analisado pelo Colegiado do Programa. |
|---|---|

Assinam os membros da Comissão Examinadora:

Prof. D.r JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO
(Presidente)

Prof. D.ra FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO
(Membro titular interno)

Prof. D.ra OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA
(Membro suplente interno)

Prof. D.ra ANDREA GABRIEL FRANCELINO RODRIGUES
(Membro titular externo)

Prof. D.ra VIVIANNE SOUZA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
(Membro suplente externo)

SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS
(Mestranda)

De forma muito carinhosa, dedico este trabalho às pessoas que sempre estiveram ao meu lado nesse momento importante da minha vida, ajudando-me com palavras de incentivo. Em especial aos meus pais, Edson e Luzia, e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por me dar forças todos os dias para vencer as dificuldades que a vida me oferece.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Aos professores que passaram por mim durante esses quatro anos de formação acadêmica.

Ao meu orientador Prof. D.r José Mateus do Nascimento que, apesar dos muitos compromissos, sempre esteve presente quando necessitei. Orientou-me com muita dedicação e carinho. Muito grata por suas contribuições

As professoras D.r^a Andrea Gabriel Francelino Rodrigues e Francinaide de Lima Silva Nascimento por aceitarem o convite em participar da minha banca de defesa. Todas as contribuições serão bem-vindas e acrescentadas à pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP – IFRN).

Aos colegas de turma, meus sinceros agradecimentos pelos momentos felizes e tristes que passamos juntos.

Com muito amor e gratidão, aos amigos Canindé e Ivanate, por acreditarem na minha capacidade e estarem comigo quando sempre precisei. Vocês são muito importantes para mim.

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado insere-se na Linha de Pesquisa Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Esta pesquisa discute A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROJovem URBANO EM NATAL/RN, NO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ALUÍZIO ALVES (CEMURE), e tem como objetivo geral investigar como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no Programa ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no CEMURE (órgão público da Prefeitura Municipal de Natal cuja finalidade é promover encontros de formação continuada para servidores da educação deste município), durante os anos de 2015 e 2016. Neste estudo, adotou-se a metodologia da pesquisa qualitativa, a qual objetiva obter uma compreensão particular do objeto investigado. A princípio, foi realizada pesquisa teórica em obras de Salgado (2012), Freire (1996), Luckesi (2011), Tardif (2014), Veiga (2002), Brasil (2010), Nóvoa (1999), Pimenta (2000), Ciavatta e Ramos (2011). Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo, com a aplicação de questionários, aos docentes que atuaram no ProJovem Urbano. A pesquisa também é de caráter documental pela realização de análise do Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano (2008), da Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), do Manual do Educador (2012), do Guia do Professor, do Guia do Estudante (2012), da Agenda do Estudante (2012), e do Edital do Programa referente aos anos de 2015 e 2016. Os dados obtidos foram analisados pelas categorias: concepção de formação docente e currículo no ProJovem Urbano Natal/RN; concepção de formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano; a formação continuada no contexto de atuação do Programa; a Formação continuada e a organização curricular; formação continuada e a interdisciplinaridade; o processo de formação docente do ProJovem Urbano Natal/RN; o material didático no processo de formação de professores; o Guia do Estudante como referência para a formação e a prática docente. A pesquisa trouxe como resultado a compreensão de que a formação continuada do ProJovem Urbano foi fundante na implantação e execução do Programa como política de inclusão das juventudes; particularmente, os encontros periódicos de planejamento e reflexão oportunizaram aos docentes examinarem aspectos comuns e distintos em cada componente disciplinar proposto, como também, compartilharem experiências didáticas e proporem estratégias de superação das dificuldades de ensino e de aprendizagem.

Palavras-Chave: ProJovem. Formação Docente Continuada. Educação Profissional. Política de Inclusão para Jovens.

ABSTRACT

This Master's Degree dissertation is part of the Teacher's Formation and Pedagogical Practices Program at the Professional Vocational Education Program (PPGEP) at the Federal Institute of Education, Science and Technology in Rio Grande do Norte (IFRN). This research is about the Continuous Teachers' Formation Program at the PROJOVEM URBANO in NATAL/RN at the Municipal Center for Education Reference ALUÍZIO ALVES (CEMURE). It investigates how the teachers' formation occurred at CEMURE – a public department office in Natal City Hall that promoted teachers' formation programs during 2015 and 2016. We used the qualitative approach to achieve a specific comprehension of the program. First, we carried out a theoretical study of Salgado (2012), Freire (1996), Luckesi (2011), Tardif (2014), Veiga (2002), Brasil (2010), Nóvoa (1999), Pimenta (2000), Ciavatta and Ramos (2011). Next, we had a field research applying questionnaires with the teachers from ProJovem Urbano Program. This research is also documental. It analyzes the Integrated Pedagogical Project (2008) of the program and the Law n. 11.692, from 10th of June, 2008. It encompasses the National Youth Inclusion Program (ProJovem), The Educators' Manual (2012), the Teachers' Guide, The Students' Guide (2012), the Students' Diary (2012) and the programs referring to the years of 2015 and 2016. We categorized the data as: teachers' formation conception and ProJovem curriculum; teachers' formation conception and the relation with ProJovem; teachers' formation in the context of the program; continuous formation and the curricular organization; continuous formation and interdisciplinarity; the process of teachers' formation at ProJovem; the didactic material in the process of teachers' formation; the students' guide as reference for the formation and pedagogical practices. Results show the comprehension that the continuous formation of the ProJovem Urbano program was founding on the implementation and the execution of the program as youth inclusion policies. The periodical meetings for planning and reflections provided the teachers to evaluate common and distinct aspects to every subject component. They also shared didactic experiences and proposed overcoming strategies for the challenges of teaching and learning.

Keywords: ProJovem. Continuous Teachers' Formation. Professional Vocational Education. Youth Inclusion Policies.

RESUMEN

La presente disertación de maestría se inserta en la línea de investigación Formación Docente y Prácticas Pedagógicas del Programa de Post-Graduación en Educación Profesional del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Norte (IFRN). Esta investigación discute LA FORMACIÓN CONTINUADA DE LOS PROFESORES EN EL PROJovem URBANO EN NATAL / RN, EN EL CENTRO MUNICIPAL DE REFERENCIA EN EDUCACIÓN ALUÍZIO ALVES (CEMURE), y tiene como objetivo general investigar cómo ocurrió la formación continuada de los profesores para actuación en el Programa ProJovem Urbano del municipio de Natal / RN, realizada en el CEMURE (órgano público del ayuntamiento municipal de Natal, cuya finalidad es promover encuentros de formación continuada para servidores de la educación de este municipio), durante los años 2015 y 2016. En este estudio, se adoptó la metodología de la investigación cualitativa, la cual objetiva obtener una comprensión particular del objeto investigado. Al principio, se realizó la búsqueda teórica en obras de Salgado (2012), Freire (1996), Luckesi (2011), Tardif (2014), Veiga (2002), Brasil (2010), Nóvoa (1999), Pimenta (2000), Ciavatta y Ramos (2011). A continuación, se realizó una pesquisa de campo, con la aplicación de cuestionarios, a los docentes que actuaron en el ProJovem Urbano. La investigación también es de carácter documental por la realización de análisis del Proyecto Pedagógico Integrado del ProJovem Urbano (2008), de la Ley Nº 11.692, de 10 de junio de 2008, que dispone sobre el Programa Nacional de Inclusión de Jóvenes (ProJovem), del Manual del Educador (2012), de la Guía del Profesor, de la Guía del Estudiante (2012), de la Agenda del Estudiante (2012), y del Edicto del Programa referente a los años 2015 y 2016. Los datos obtenidos fueron analizados por las categorías: concepción de formación docente y currículo en el ProJovem Urbano Natal / RN; concepción de formación continuada y la relación con el ProJovem Urbano; la formación continuada en el contexto de actuación del Programa; la formación continuada y la organización curricular; la formación continuada y la interdisciplinariedad; el proceso de formación docente del ProJovem Urbano Natal / RN; el material didáctico en el proceso de formación de profesores; la Guía del Estudiante como referencia para la formación y la práctica docente. La investigación trajo como resultado la comprensión de que la formación continuada de ProJovem Urbano fue fundamental en la implantación y ejecución del

Programa como política de inclusión de las juventudes; en particular, los encuentros periódicos de planificación y reflexión posibilitaron a los docentes examinar aspectos comunes y distintos en cada componente disciplinario propuesto, así como compartir experiencias didácticas y proponer estrategias de superación de las dificultades de enseñanza y de aprendizaje.

Palabras clave: ProJovem. Formación Docente Continuada. Educación Profesional. Política de Inclusión para Jóvenes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Identificação dos participantes da pesquisa | 19 |
| Quadro 2: Programas de Educação Básica da 1ª década do século XXI | 30 |
| Quadro 3: Núcleos de atuação do ProJovem Adolescente em 2011 | 36 |
| Quadro 4: Oferta de cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem - arco de ocupações | 46 |
| Quadro 5: Temas apresentados no evento PLA | 52 |
| Quadro 6: Representação das disciplinas divididas por cores do Guia de Estudos | 60 |
| Figura 01: O Guia de Estudo Integrado do ProJovem Urbano | 58 |
| Figura 02: Agenda do Estudante do ProJovem Urbano | 62 |
| Figura 03: Manual do Educador: orientações do ProJovem urbano | 64 |
| Figura 04: Caderno de Registro de Avaliação do ProJovem urbano | 70 |
| Figura 05: Caderno do Plano de Ação Comunitária do ProJovem urbano | 73 |
| Figura 06: Guia de Estudo da Formação Técnica Geral do ProJovem urbano | 72 |
| Figura 07: Guia de Estudo Arco Ocupacional do ProJovem urbano | 79 |
| Figura 08: Esquema Concepções sobre Formação Docente | 88 |
| Figura 09: Dimensões do Currículo Integrado do ProJovem Urbano | 90 |

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEMURE - Centro Municipal de Referência em Educação Aluísio Alves
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MPC - Movimento de Cultura Popular
PBF - Programa Bolsa Família
PJU – ProJovem Urbano
PLA – Plano de Ação Comunitária
PNE - Plano Nacional de Educação
PO – Professor Orientador
POP – Projeto de Orientação Profissional
PPI – Projeto Político Integrado
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
RN – Rio Grande do Norte
SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | EJA NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO PROJovem | 23 |
| 2.1 | A PROPOSTA DO PROJovem | 30 |
| 2.2 | O PROJovem E SUAS FACES | 34 |
| 2.2.1 | Projovem Adolescente | 35 |
| 2.2.2 | Projovem Campo | 37 |
| 2.2.3 | Projovem Trabalhador | 39 |
| 2.2.4 | Projovem Urbano | 40 |
| 3 | O PROJovem URBANO EM NATAL/RN: USO DE RECURSOS DIDÁTICOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CEMURE 2015/2016) | 56 |
| 3.1 | OS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO PROJovem URBANO | 56 |
| 4 | FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJovem URBANO NATAL/RN: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA | 82 |
| 4.1 | CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO NO PROJovem URBANO NATAL/RN | 83 |
| 4.1.1 | Concepção de formação continuada e a relação com o Projovem Urbano | 93 |
| 4.1.2 | A formação continuada no contexto de atuação do Programa | 97 |
| 4.1.3 | Formação continuada e a organização curricular | 99 |
| 4.1.4 | Formação continuada e a interdisciplinaridade | 102 |
| 4.2 | O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE DO PROJovem URBANO NATAL/RN | 103 |
| 4.2.2 | O guia do estudante como referência para a formação e a prática docente | 105 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| | REFERÊNCIAS | |
| | APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) | |
| | APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO | |

1 INTRODUÇÃO

Formar professores é uma atividade que exige muita dedicação e estudo. Exige-se também do formador sempre algo novo para ser trabalhado e que esse novo se some aos conhecimentos dos educadores. Cabe, assim, que os educadores estejam sempre à frente de novos conhecimentos para os desafios da prática docente.

Por este ângulo, o ato da pesquisa na formação docente é fundamental, uma vez que a formação de professores tem sempre a finalidade da sua aplicabilidade que envolve todo o contexto do ensino e aprendizagem dos educandos.

Mediante isso, pelo viés do conceito sobre a relevância da formação de professores, remetemos isso para o Curso de Formação Continuada de educadores que atuam na modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem Urbano Natal/RN, objeto de estudo desta pesquisa, tendo em vista suas especificidades próprias, como por exemplo, o perfil dos alunos do programa exigir um comprometimento diferenciado pelo fato de a maioria ser jovens e que perderam a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental em “tempo regular”.

Nesse contexto, a presente pesquisa intitulada: a formação continuada dos professores no ProJovem Urbano em Natal/RN: experiência do Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves - CEMURE¹ - tem como objetivo geral investigar como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no Programa ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no CEMURE (órgão público da Prefeitura Municipal de Natal, cuja finalidade é promover encontros de formação continuada para servidores da educação deste município), durante os anos de 2015 e 2016.

Além disso, são também finalidades deste trabalho, identificar as concepções de formação continuada de professores presentes no ProJovem Urbano de Natal/RN; analisar a formação continuada dos professores do ProJovem

¹ (CEMURE) está localizado na Av. Coronel Estevam, 3897 - Nossa Sra. de Nazaré, Natal - RN, 59031-270.

Urbano, durante o período de 2015/16 e compreender que relação os professores do ProJovem Urbano de Natal/RN fazem da formação continuada com as práticas em sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar se a formação continuada para professores que atuam no ProJovem Urbano abarca os subsídios necessários para se atingirem as finalidades do Programa em questão.

A formação continuada para professores vem sendo cada vez mais discutida, nessa perspectiva, são as experiências vividas e os resultados obtidos que apontam o caminho da educação no país e, conseqüentemente, assinalam as necessidades da recorrente formação continuada.

Com isso, chega-se à problemática que nos impulsiona para investigação do tema: como ocorreu à formação continuada dos professores para atuação no ProJovem Urbano no Município de Natal/RN? Que repercussões essa formação continuada teve no âmbito das práticas pedagógicas em sala de aula?

No cerne do estudo, apresenta-se como relevante entender que a formação continuada de professores para a atuação no ProJovem Urbano, pode gerar melhores resultados acadêmico e profissional tanto dos discentes, quanto dos docentes. Por isso, analisar se a formação para professores que atuam no ProJovem município de Natal/RN, durante o período de 2015/2016, no CEMURE Natal/RN, época em que atuei como docente nesse Programa. Nesse período, participei das duas formações para docentes do ProJovem Urbano, a formação inicial realizada durante uma semana e a formação continuada no decorrer do curso.

A formação inicial no ProJovem Urbano Natal/RN 2015 e 2016, foi o momento que as professoras formadoras utilizaram para apresentar aos docentes participantes do Programa como ocorre o seu funcionamento, ou seja, os horários das aulas e distribuição das escolas, dentre outros pontos.

Foi durante a formação inicial, por exemplo, que fomos informados, que cada escola inserida no Programa era composta por cinco turmas, denominadas da seguinte forma: Turma 1 - Professor responsável – (Ciências Humanas), Turma 2 – professor responsável (Língua Portuguesa), Turma 3 – professor responsável - (Língua Inglesa), Turma 4 – professor responsável (Matemática) e a Turma 5 – professor responsável (Ciências da Natureza).

Na formação inicial, também fomos comunicados a respeito da metodologia

das avaliações que aconteciam: ao término de cada Unidade Formativa, era aplicada uma prova que versava sobre o conhecimento e as habilidades compartilhados e desenvolvidos no período. Essa prova tinha caráter formativo e somativo e foi utilizada também como diagnóstico, identificando o sucesso e as dificuldades dos estudantes, orientando novas ações didáticas que se fizeram necessárias.

Outro tipo de avaliação formal presente no Programa foi o conjunto de atividades realizadas com base no Guia de Estudo ao longo de cada quinze dias. As atividades de integração curricular: Sínteses Integradoras, Projeto de Orientação Profissional POP e Plano de Ação Comunitária PLA. A esse respeito, fomos informados que as Sínteses Integradoras deveriam ser registradas em um caderno comum, enquanto os registros do POP e do PLA deveriam ser feitos em cadernos específicos. No final, o registro desses componentes se fez por meio das fichas correspondentes do Caderno de Registro de Avaliação CRA. Essas fichas eram entregues à coordenação do Programa.

Além disso, foi durante a formação inicial que recebemos os materiais didáticos específicos do Programa (Guia de Estudo Integrado, Agenda do Estudante, o Manual do Educador: orientações gerais, Caderno de Registro de Avaliação, Caderno de Plano de Ação Comunitária, Guia de Estudo Formação Técnica Geral e o Guia de Estudo Arco Ocupacional. Sobre esses materiais didáticos, discorreremos mais adiante no capítulo 3.1, no qual abordamos especificamente os materiais didáticos utilizados na formação dos professores do ProJovem Urbano.

Dessa forma, percebemos que a formação inicial serviu de base para as orientações iniciais dos docentes a respeito do ProJovem Urbano. O aprofundamento dessas orientações foi dado no decorrer do Programa, com base nas formações continuadas aos sábados realizadas a cada quinze dias, no CEMURE Natal/RN.

Nesse sentido, tendo em vista os objetivos apontados anteriormente, a pesquisa apresenta-se como relevante porque pretende ampliar a produção de conhecimento sobre o tema e subsidiar os pesquisadores na realização de outras investigações.

O Programa em pauta tem como principal proposta reinserir os jovens que vivem à margem da sociedade nos espaços escolares, visto que, na maioria das

vezes, o seu grau de instrução é insuficiente. Devido a isso, o acesso ao mundo do trabalho se torna mais difícil, desfavorecendo as condições mínimas do ser humano enquanto cidadão atuante em sociedade.

Desse modo, atuar com jovens nesse perfil de desigualdade social, requer profissionais capacitados para atender, além da demanda dos conteúdos necessários à escolarização, associá-los ao aspecto profissional e acima de tudo, introduzir meios que facilitem a esses alunos a desenvolver sua própria autonomia para mudar a realidade social na qual estão inseridos.

A pesquisa em questão tem por finalidade compreender se a formação continuada de professores para a atuação no ProJovem substancia a prática docente e foi desenvolvida cumprindo as seguintes etapas: primeiramente, foi feita a escolha e o estudo dos referenciais teóricos que discutem a história da EJA e a implantação do ProJovem e as faces do Programa no Brasil, formação continuada, formação continuada dos professores do ProJovem Urbano e a prática pedagógica, educação profissional, dentre outros conceitos que serão tratados no decorrer do texto dissertativo.

Compreende-se que a EJA, no Brasil, se deu com base nas trajetórias de ações e programas destinados à Educação Básica e, em particular, aos programas de alfabetização para o combate ao analfabetismo. Para Beserra e Barreto, (2014, p. 167), “os primeiros vestígios da educação de adultos no Brasil são perceptíveis durante o processo de colonização de adolescentes e adultos”. As primeiras iniciativas de ensino estavam voltadas para o nativo, no período colonial, baseadas na determinação dos missionários em catequizar e educar de acordo com as normas dos colonizadores portugueses, que necessitavam de mão de obra para a lavoura e atividades extrativistas.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos, e, com isso, houve uma transformação na estrutura educacional. Segundo Pacheco e Amaral (2013, p. 4),

Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, desorganizou-se o ensino até então estabelecido; com isso veio a responsabilidade do Estado de legislar sobre o ensino no Brasil. Novas ações sobre a educação de adultos ocorrem na época do Império. Foram abertas escolas noturnas para ensino de adultos; estas tinham baixa qualidade, e os cursos, normalmente, eram de curta duração. A Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita.

Nesse contexto, percebemos que, mesmo com a abertura de escolas para adultos e da determinação da Constituição Imperial de 1824 sobre a escola gratuita, o ensino público ofertado pela coroa, por meio das Aulas Régias nas Escolas Rudimentares Noturnas, ainda não era o suficiente para atender às necessidades dos adultos no momento. Nesse contexto, ainda conforme as autoras Pacheco e Amaral (2013, p.4), a Educação de Adultos, só passou a destacar-se na história da educação do Brasil a partir de 1930. Na década de 1940, houve mudanças na educação de adultos por meio de iniciativas políticas e pedagógicas. Criaram-se obras dedicadas à implantação do Ensino Supletivo e das Campanhas de Alfabetização.

Com base em Dias e Perekouski (2012, p. 32), no ano de 1947, foi lançada a primeira Campanha de Educação de Adultos pelo governo, cujo propósito era a “alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses; oferta de curso primário em duas etapas de sete meses; capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário”. Com esse fato, houve uma maior discussão sobre a educação de adultos no Brasil e a respeito do combate ao analfabetismo.

Durante essa Campanha, conforme Dias e Perekouski (2012, p. 33), iniciou-se um processo de mobilização a nível nacional com o intuito de discutir a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país. Contudo, a Campanha não obteve sucesso em sua execução, influenciado em mudanças com relação à visão preconceituosa existente no período sobre a Educação de Adultos.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, foi constatada uma nova visão sobre o problema do analfabetismo no país, criando-se uma nova pedagogia sob a referência de Paulo Freire, na ideia de que o processo de ensino deveria partir da base, ou seja, partindo da realidade dos discentes. Esse período foi considerado bastante profícuo para as políticas da EJA, porque propiciou um processo de amadurecimento do arcabouço teórico e metodológico da educação popular, tornando evidente o princípio de que o ensino voltado para este público deve considerar a realidade deles e os processos de humanização.

Em 1970, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando a educação funcional direcionada à população de 15 a 30 anos de idade, por meio da Lei Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que, no Art. 1º, parágrafo único, estabelecia:

Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária. (BRASIL,1967, p.1).

Com base na referida Lei, o curso era dividido em dois períodos sucessivos de 4 anos. No entanto, em 1985, o MOBRAL foi extinto, depois substituído pelas ações breves da Fundação Educar durante o final da década de 1980. A sociedade, por meio dos movimentos sociais, cobrava do Estado o cumprimento do dever, com base na Constituição Federal, de garantir o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito a todos os cidadãos, inclusive aos que tinham interrompido suas trajetórias escolares.

Em 1990, a EJA começa a ter um grande reconhecimento por meio das Conferências organizadas pela UNESCO envolvendo delegações de todo país. As Conferências Internacionais de Educação de Adultos, conhecidas como CONFINTEAS, tinham por objetivo reunir diferentes países com o intuito de discutir sobre a EJA, a fim de produzir um documento que trouxesse a problemática da modalidade EJA no mundo todo.

Logo, em 1996, o MEC e a UNESCO mobilizaram o país para a V CONFITEA, instituindo uma Comissão Nacional de EJA. Cada Estado tinha a responsabilidade de fazer um diagnóstico das metas e ações de EJA. Por fim, chega a participação do Brasil na Conferência destinada a EJA. A CONFINTEA Brasil +VI aconteceu no período de 25 a 27 de abril de 2016, na cidade de Brasília.

Por meio das CONFINTEAS, podemos identificar que a questão do analfabetismo não é um tema que preocupa apenas o Brasil, mas é assunto o qual se discutiu e ainda se discute também por outros países do mundo, inclusive a divulgação da perspectiva de formação ao longo da vida de jovens e adultos.

A EJA tem por finalidade atender a um público muito específico, que, por diversas razões, tiveram o seu direito à educação negado e mais tarde retornaram às instituições de ensino em busca de concluir sua escolaridade. Segundo Cacho, Moura e Arruda (2015), o público da EJA é composto, de maneira geral, por “[...] pessoas já inseridas ao mundo do trabalho ou que nele esperam ingressar e visam ascensão social ou profissional”. São jovens e adultos que necessitam de uma

escolaridade para terem a oportunidade de poder serem inseridos no mundo do trabalho.

As diretrizes Curriculares de Jovens e Adultos mostram que os cursos de EJA devem ser flexíveis no que se refere ao currículo, tempo e ao espaço:

Os cursos de EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja:

I – rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;

II – provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;

III – valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;

IV – desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;

V – promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;

VI – realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, 2013, p.41).

Nessa direção, o referente documento nos mostrou que a modalidade da EJA apresenta várias especificidades em seu ensino. Compreendemos esse fato como sendo uma forma de ajudar aos jovens e adultos a concluírem o Ensino Fundamental ou Médio e, assim, serem inseridos no mundo do trabalho.

Com base nesse contexto, o ProJovem Urbano também é direcionado a jovens e adultos que, por algum motivo, não puderam concluir o Ensino Fundamental, a fim de que possam ter o direito de obter o certificado, e, com isso, terem a chance de terem uma profissão e concorrerem a uma vaga de trabalho.

Buscando compreender a lógica de funcionamento do Projovem e as ações de formação continuada implantada, decidimos dialogar com os professores participantes do Programa. Para atender a este objetivo, foi elaborado um questionário apresentando questões semiestruturadas. Escolhemos o questionário, por saber que sua função é buscar informações necessárias aos objetivos da

pesquisa. O questionário, a princípio, foi aplicado a um professor do ProJovem, como forma de avaliação e validação do instrumento de pesquisa. Em momento posterior, foi realizada a aplicação definitiva dos questionários ao corpo docente do Programa ProJovem Urbano do município de Natal/RN. Foram listados 42 professores participantes do ProJovem Urbano e 2 professores formadores de professores do ProJovem Urbano, no entanto, apenas 07 participaram da pesquisa, respondendo aos questionários propostos.

Os questionários foram enviados via correio eletrônico para cada um dos participantes da pesquisa. Além disso, para os que preferiram, foi marcado um encontro no CEMURE para ser realizada a aplicação do questionário de forma presencial. No entanto, mesmo havendo essas possibilidades em contribuir com a pesquisa, apenas 7 dos 42 professores responderam ao referido questionário.

Nesse contexto, para a seguridade do anonimato, denominamos os professores participantes da pesquisa de P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, cuja identificação apresentamos no quadro a seguir:

Quadro 1: Identificação dos participantes

| | SEXO | GRADUAÇÃO | PÓS - GRADUAÇÃO |
|-----------|-------------|----------------------------------|--|
| P1 | Feminino | Letras Português/Inglês | Língua Estrangeira e Libras |
| P2 | Feminino | Licenciatura Plena em Pedagogia | <i>Lato Sensu</i> em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. |
| P3 | Feminino | Letras | X |
| P4 | Feminino | Graduação em Ciências Biológicas | Mestrado em Educação e Multidisciplinaridade |
| P5 | Feminino | X | X |
| P6 | Feminino | Graduação: Letras | Pós-graduação em Literatura, produção de texto e gramática. |
| P7 | Feminino | Geografia | X |

Fonte: Elaboração própria (2019)

Com base no quadro de identificação dos participantes da pesquisa, percebemos que todas as participantes são licenciadas. Vale salientar que dos 42 professores do ProJovem Urbano, oito eram do sexo masculino, no entanto, mesmo havendo feito o envio dos questionários para todos os participantes, apenas os de sexo feminino responderam.

Após a aplicação dos questionários, realizou-se o levantamento e análise das respostas subjetivas e objetivas de cada colaborador da pesquisa. Para a análise, elegeram-se as categorias: concepção de formação docente e currículo no ProJovem Urbano Natal/RN; concepção de formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano; a formação continuada no contexto de atuação do Programa; a Formação continuada e a organização curricular; formação continuada e a interdisciplinaridade; o processo de formação docente do ProJovem Urbano Natal/RN; o material didático no processo de formação de professores; o Guia do Estudante como referência para a formação e a prática docente.

A presente pesquisa tem caráter qualitativo. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p 300), a pesquisa qualitativa objetiva obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem. Nessa perspectiva, os autores apresentam o questionário e o formulário como instrumentos que possibilitam uma coleta adequada à realização da pesquisa. No caso da nossa pesquisa, o questionário se destaca como o instrumento de coleta de dados.

O questionário, para os referidos autores Marconi e Lakatos (2017, p 322), é “um instrumento de coleta de dados que compreende um conjunto de perguntas previamente elaboradas que, diferentemente da entrevista, deve ser respondido por escrito ao pesquisador”. Esse tipo de instrumento contribui para uma vantagem de economia de custo, pelo fato de o pesquisador ter possibilidade de enviar por algum meio eletrônico e receber de volta da mesma forma.

A pesquisa também pode ser considerada quantitativa, pois, ainda conforme os autores:

As etapas da pesquisa quantitativa compreendem: em uma primeira etapa, a que se constitui a elaboração de um projeto de pesquisa, temos o estabelecimento de um ou mais objetivos, a seleção das informações (levantamento de informações bibliográficas, enunciado das hipóteses, metodologia e técnica de pesquisa a serem utilizadas,

orçamento, cronograma. Em uma segunda etapa, a da pesquisa propriamente dita, temos: a determinação de um ou mais problemas que devem ser resolvidos (objeto da pesquisa), leitura e fichamento das informações teóricas recolhidos sobre o tema da pesquisa, realização da pesquisa de campo e análise das informações. Em seguida, constroem-se as hipóteses necessárias à explicação do problema identificado e define-se o campo e tudo o que será preciso para a recolha dos dados (observação, entrevista, questionário, testes, história de vida etc.). Recolhidos os dados, passa-se à fase de sua análise e discussão dos problemas envolvidos. Finalmente, temos a redação dos resultados alcançados. (MARCONI E LAKATOS, 2017, p. 343).

Nesse contexto, com base nas informações dos autores, percebe-se que a esta pesquisa é quantitativa por seguir alguns passos estruturais apresentados pelos autores ao se referirem à concepção de pesquisa quantitativa, como por exemplo, a elaboração do projeto de pesquisa, a escolha dos objetivos, o levantamento bibliográfico, o recolhimento dos dados, análise dos dados e resultados alcançados.

Assim, como instrumento da pesquisa, a etapa seguinte foi a construção de um quadro sinóptico para uma melhor visualização das respostas dos participantes. Para a preservação do anonimato, os participantes da pesquisa foram codificados como P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

Essas respostas foram impressas e estruturadas em forma de gráficos e tabelas. Por fim, quando concluída a análise e interpretação dos dados obtidos, iniciou-se o processo de construção textual esclarecendo neste, de forma reflexiva e construtiva, que a análise obtida, por meio dos questionários buscou alcançar os objetivos esperados, bem como refletir sobre o problema inicial que orientou a realização desta pesquisa.

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica em referenciais teóricos tais como, Salgado (2012), Freire (1996), Luckesi (2011), Tardif (2014), Veiga (2002), Brasil (2010), Nóvoa (1999), Pimenta (2000), Ciavatta e Ramos (2011) e da pesquisa de campo, com a aplicação dos questionários, a pesquisa também traz a análise documental sobre o ProJovem Urbano, para isso, temos como base os documentos: Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano (2008), Lei Nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem, Manual do Educador (2012), o Guia do Professor, o Guia do Estudante (2012), a Agenda do Estudante (2012) e o Edital do Programa, referente aos anos de 2015 e 2016. Esses materiais foram objeto de análise,

porque assumem a função de didáticos e também são materiais utilizados na formação inicial e continuada do corpo de professores do ProJovem Urbano.

Para uma melhor compreensão, o trabalho está dividido da seguinte forma: na parte introdutória onde apresentamos, de maneira geral, sobre o que trata a pesquisa, isto é, quais são os objetivos, e o que me levou a pesquisar sobre essa temática e a justificativa para esse estudo. Logo após a introdução, construímos a segunda seção, intitulada história de implantação e as faces do ProJovem no Brasil. Nessa seção, tratamos como foi implantado o ProJovem no contexto da EJA, no Brasil, para isso, são apresentadas a Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005, de criação do Programa. Além disso, discorreremos sobre as modalidades existentes no ProJovem e para qual público cada face dessa modalidade está destinada.

Para a construção da terceira seção, O ProJovem urbano em Natal/RN: análise do recurso didático utilizado na experiência de formação docente no CEMURE (2015/16), o objetivo foi relatar quais os materiais didáticos utilizados por docentes e discentes do ProJovem Urbano e que importância tem cada um desses materiais didáticos durante a formação continuada dos professores do ProJovem. A quarta seção trata da formação continuada dos professores do ProJovem Urbano e a prática pedagógica. O intuito desse capítulo é mostrar concepções de formação continuada apresentadas por alguns teóricos, formação de professores e formação continuada de professores para atuação no ProJovem Urbano. Para a construção desse capítulo, foram necessários os relatos escritos nos questionários aplicados aos professores participantes do Programa. Por fim, apresentamos a sessão com nossas considerações finais.

2 EJA NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO PROJovem

Neste capítulo, temos por intenção, fazer uma breve retrospectiva histórica da EJA e a implantação do ProJovem no Brasil. Com isso, podemos compreender quais foram os motivos para a implantação do ProJovem, as leis e decretos que criaram e implantaram o Programa, bem como, compreender a ideia de educação profissional que o ProJovem apresenta, para qual público alvo foi formulado e está direcionado, quais são as modalidades do Programa, dentre outros aspectos.

É importante saber que o ProJovem se insere dentro das chamadas políticas educacionais de inclusão para jovens no contexto da história da Educação de Jovens e Adultos, que se caracterizou nas fases das campanhas de alfabetização, da estruturação de programas para a educação de jovens e adultos e da formulação de políticas específicas para a inclusão do jovens e adultos na escolarização e no exercício do trabalho.

A fase das campanhas ocorre no período de 1940, quando a questão da alfabetização de adultos é assumida como um problema nacional. Nesse período, pouco se falava em educação popular, a primazia era o Ensino Primário para crianças por meio dos grupos escolares, o jovem e adulto pouco participava da educação escolar.

Segundo Fávero (2004, p.3), o Censo Populacional do Brasil de 1940, mostrou que 56% da população, maior de 15 anos era analfabeta. Houve uma atenção maior sobre esse dado pelo fato de que o país estava acelerando o processo de industrialização, em consequência, o processo de urbanização, por isso, houve a preocupação de colocar ênfase no discurso contra o analfabetismo naquele momento.

No período dos anos 1940, começam as campanhas contra o analfabetismo no Brasil. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira grande movimentação promovida pelo Estado do Rio de Janeiro, criada e coordenada pelo então Ministério da Educação e Saúde, foi muito importante naquele momento da redemocratização do Brasil. A CEAA teve grande influência em praticamente todos os estados da federação, sob a coordenação de Lourenço Filho, como destaca Fávero (2004, p.3):

Com firme coordenação de Lourenço Filho, estabeleceu convênios com muitas secretarias dos estados e municípios. Não se limitou a

atuar nas capitais, atingiu muitas cidades do interior. Significou, ao mesmo tempo um movimento de alfabetização de adultos e um movimento de extensão da escolarização no meio rural. Embora definindo-se como educação de adultos, a Campanha limitou-se à alfabetização; foi mesmo muito criticada por ter se tornado uma “fábrica de eleitores”. Estava se fazendo a recomposição dos partidos políticos, preparavam-se eleições, a educação de adultos restringia-se à alfabetização e o processo de alfabetização restringia-se a ensinar a assinar o nome para se obter o título de eleitor; “ferrar o nome”, como Paulo Freire criticou mais tarde.

O que se buscava de fato era formar eleitores, devido a uma recomposição dos partidos políticos. Ao aprender assinar o nome, os adultos podiam participar das eleições de maneira imposta pelos políticos, em troca do título de eleitor. No processo de alfabetização, não havia uma preocupação com a formação do adulto nem se priorizava o desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as novas transformações tecnológicas e seu impacto na vida social e cultural, não havia uma formação de cidadãos democráticos, de participação social ativa e crítica.

Quanto aos anos de 1950 e 1960, ainda com respaldo em Fávero (2004, p.5), o primeiro fato fundamental que marca a Educação de Jovens e Adultos é a realização do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958. Durante o Congresso, foi abordada a melhoria do ensino nas escolas primárias como educação popular para crianças e em escola supletiva para adultos, contemplando a escolarização de 1ª a 4ª série. Ainda nesse sentido, durante o governo de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1956, as campanhas de educação de adultos que existiam foram sendo desativadas.

No mesmo período de 1956, se iniciam os debates a respeito dos projetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a liderança de Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e outros professores da Universidade de São Paulo. Com a aprovação da referida Lei e a abertura do Plano Nacional de Educação, respectivamente, em 1961 e 1962, tem início alguns movimentos populares, dentre eles, Movimento de Cultura Popular (MPC), no Recife (PE); De pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal (RN).

O Movimento de Cultura Popular foi criado em 1960, na gestão de Miguel Arraes, pela Prefeitura do Recife. O referido Movimento se desenvolveu por meio da educação e da cultura, com vistas à emancipação do povo (MOURA e SILVA, 2014, p.4). O movimento foi importante para a cidade, uma vez que a população

estava aumentando, e, com isso, a educação era algo indispensável à vida das crianças, jovens e adultos. Era realizado por meio do rádio, do cinema, do teatro, da literatura e outras formas de cultura.

Quanto ao movimento popular De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Aquino e Pinheiro (2014, p. 60) afirmam que o

Estado do Rio Grande do Norte, nos anos de 1961 a 1964, foi cenário da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, alicerçada numa proposição política de educação popular inclusiva, em que se vislumbra a inserção de crianças, jovens e adultos que, muitas vezes, foram excluídos do processo regular de ensino e/ou tem sua cultura desapreciada. Esse processo de inserção ocorreu, em alguns espaços de ensino-aprendizagem da Campanha, dentro de uma perspectiva freireana de valorização da cultura e conscientização política dos educandos.

Nesse contexto, a proposta da referida Campanha era de levar aos excluídos da sociedade uma oportunidade de incluí-los em um processo educacional, político, econômico e social. A proposta da Campanha era erradicar o analfabetismo em Natal, pois a cidade estava com um número muito alto de analfabetos no período em questão. Conforme aponta Góes (2010, p. 418), “O Censo de 1960 havia revelado que a Cidade do Natal tinha uma população de 160.000 habitantes em números arredondados para cima, na qual 60.254 eram analfabetos fora da escola (cifra possível de se decompor em 35.810 crianças e 24.444 adultos).” Esses dados eram extremamente preocupantes para Natal pelo fato de o analfabetismo atingir uma população tão numerosa no período, não apenas entre as crianças mas também entre os adultos.

Durante os anos 1970 e início de 1980, ocorreu a predominância do Mobral como Programa oficial do Governo Federal para a educação de jovens e adultos sob a perspectiva técnica de alfabetização. A ação foi extensiva e atingiu grande parte dos estados da federação, pois recebeu grande montante de recursos para a formação de alfabetizadores e para a produção de materiais didáticos.

A fase da implementação de uma política específica para EJA ocorreu durante os anos 1990 e início dos anos 2000, com a aprovação do Plano Nacional de Educação com base na Lei N° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. No entanto, de acordo com Di Pierro (2010, p.942), a proposta, ao chegar ao Congresso não diferiam quanto às concepções de formação de pessoas jovens e adultas, não se alinhavam à proposta de educação popular. O propósito do documento girava em

torno de estratégias de elevação das taxas de alfabetização e níveis de escolaridade. Dentre as Metas do PNE (2001, p.41) correspondente à EJA estavam:

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade. (BRASIL, 2001, p.41).

Compreende-se que a principal preocupação do PNE (2001-2011), nesse sentido, não era com o ensino na EJA, notou-se uma preocupação em apenas erradicar o analfabetismo no país de maneira aligeirada. Não se discutia sobre as estratégias utilizadas para a promoção dessa erradicação, pouco se enfatizava o tipo de proposta que seria prioridade para o ensino na EJA, nem ao que deveria servir de contribuição para a formação humana e integral dos discentes.

Nesse contexto, a proposta do ProJovem foi pensada para atender ao público jovem que não tinham acesso à escola e, em consequência disso, não tinham acesso ao trabalho, devido ao baixo nível de escolaridade. O Programa se situa no seio das políticas para a juventude, consideradas ação para amenizar a situação dos jovens excluídos da sociedade brasileira.

As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI.

Políticas da natureza do ProJovem, em sua maioria, ocorrem como uma forma de amenizar o desemprego de jovens e adultos no país e, ao mesmo tempo, tenta levá-los a uma maior proximidade ao processo de inclusão social e ao mundo do trabalho.

Nessa direção, Carneiro (2015, p. 41) assinala que:

A implantação do PJU foi justificada pela agravante realidade da juventude em função do processo histórico de desigualdade social que marca o País. Esse segmento social foi transformado em um dos mais vulneráveis entre a população brasileira. Portanto, não poderia mais deixar de ter suas demandas desconsideradas pelo Estado.

O Programa foi inserido dentro das políticas destinadas à população jovem que, no momento, sofria as consequências de uma crise financeira a qual o país estava vivenciando. Vale salientar que as políticas públicas direcionadas para a juventude tiveram início nos anos de 1950 e foram predominantes na década de 1980. Conforme discorre Batista (2009, p. 6967) a seguir:

As políticas públicas de juventude se iniciariam pelos anos de 1950 privilegiando a integração que posteriormente seria substituída no período militarista/autoritário pela imposição de controle social dos jovens. Seguindo de forma predominante, pela década de 1980, no enfrentamento da pobreza e na prevenção da delinquência. Na década seguinte, anos 90, a inserção social dos jovens excluídos do mercado de trabalho se coloca como prioridade.

Com base nessas ideias, percebe-se que as políticas foram pensadas com o intuito de inserir os jovens no mercado de trabalho, como uma forma de amenizar o problema do desemprego no país. Ainda com base nas ideias da autora, essas políticas, foram também consideradas importantes para romper com o risco de violência entre os jovens por estarem muito vulneráveis na sociedade.

As políticas para juventude foram tomando direção internacional e foram marcadas por avanços no âmbito da juventude, no entanto, os membros da Organização da Juventude mostravam um quadro desolador para grande parte de pessoas nessa faixa etária no mundo. Sobre isso, as autoras nos explicam que:

No campo dos compromissos internacionais, a questão da juventude foi marcada nos últimos 20 anos por vários avanços, notadamente no âmbito da Organização Ibero-Americana de Juventude. Apesar dos avanços, os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da (ONU) e na agenda dos países-membros da organização da Juventude, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude no mundo. De acordo com este documento, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). (SILVA; ANDRADE, 2009, p.44)

Nesse contexto, durante o percurso das políticas públicas para juventude, percebeu-se a necessidade de se planejar e tentar amenizar a situação precária apresentada no momento pelo informe da ONU sobre a juventude mundial. Conforme as ideias das autoras, mesmo com avanços notados no âmbito da

Organização Ibero-Americana de Juventude em 2005, os jovens ainda estavam vivendo de forma precária no mundo.

As autoras Silva e Andrade (2009, p.44) também destacam, quanto à avaliação feita pela ONU, em referência às políticas públicas implantadas para a juventude pelos países, que as iniciativas nesta área continuavam impulsionadas por estereótipos negativos em relação aos jovens, tendo como foco a delinquência.

A partir de então, a ONU recomendava que os países implantassem políticas integradas para a juventude que estabelecessem vínculos entre diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para Juventude (PMAJ), a partir de 2000, e que dedicassem atenção especial aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis.

Para Silva e Andrade (2009, p. 44), no Brasil, a partir de 2004, inicia-se um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais em relação à necessidade de instaurar uma política de juventude no país. A preocupação era pensar em políticas que garantissem a retirada dos jovens da situação de vulnerabilidade e risco social e que oferecessem oportunidades de experimentação social múltiplas.

Desse modo, compreendemos que a implantação do ProJovem foi justificada pelo governo Lula por uma agenda mundial que apresentava uma política para diminuir o desemprego e enfrentar a questão da baixa escolaridade dos jovens e adultos no país. Em 2003, quando Lula assumiu o governo, buscou formas de diminuir os desequilíbrios deixados pelo governo anterior e começou a investir nas políticas compensatórias com criação de programas sociais e educacionais no Brasil para jovens que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio dentro da faixa etária indicada para a idade.

Sobre esse ponto em discussão, Ferreira (2013, p. 258) faz o seguinte comentário:

Em 2003, o governo Lula assume a condição do Estado brasileiro e aprofunda a adoção de políticas compensatórias como mecanismo de ajuste dos desequilíbrios causados pela radicalidade das práticas políticas de seu antecessor. No plano geral, as “bolsas” de assistência social foram ampliadas para um número maior de pessoas e, no setor educacional, diversos programas foram criados e ou remodelados a fim de atingir a meta de um equilíbrio social assentado na ideia de ajustamento das ações dos diversos atores sociais. Podemos afirmar que uma nova *performace* do processo de regulação é adotada nesse governo.

Desse modo, consideramos que a implantação de uma política educacional em um determinado estado, cidade ou município depende da vontade política dos governantes e da demanda da população. Porém, é importante compreender que as políticas para serem implantadas, precisam ser bem organizadas e avaliadas.

Nessa mesma ordem de ideias, Oliveira (2013, p. 239, grifo do autor), ao escrever sobre políticas educacionais, diz que:

As políticas educacionais precisam, então, ser pensadas, implementadas e avaliadas com base na ação de um estado moderno que desenvolve um projeto nacional em consonância com os interesses da maioria da população. A inclusão social das camadas menos favorecidas aponta para a necessidade de constituição de um *estado social* que atua por meio de políticas públicas, sociais e educacionais que favoreçam os processos de emancipação desejados.

Nesse contexto, consideramos que as políticas educacionais devem ser inseridas com base nas necessidades apresentadas de cada região. Frente a essas questões, conhecendo a realidade dos jovens e adultos, torna-se importante a criação de políticas educacionais para atender a esse público, com o intuito de diminuir o desemprego e o número de pessoas com escolaridade inferior ao esperado para a sua faixa etária.

No Brasil, existem muitos jovens que não concluíram a Educação Básica e, em consequência disso, não conseguem ingressar no Ensino Superior. Nesse sentido, é preciso que haja elaboração de políticas voltadas para a juventude, com o intuito de aumentar o número de jovens com a Educação Básica para que tenham a oportunidade de ingressar no Ensino Superior.

Para a criação de políticas destinadas aos jovens, foi criado o Conselho Nacional da Juventude. Segundo Lima; Silva e Lima (2015),

Na perspectiva de elaboração de políticas para os jovens, foi criado pela lei 11.129/2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 5.490 de 14 de julho de 2005, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Este iniciou suas atividades em 02 de agosto do mesmo ano. O Conselho Nacional de Juventude expressa a sua relação entre gerações, etnia, regiões, orientações sexuais e gêneros atualizada em diversos tipos de organizações, redes e trajetórias profissionais. (LIMA; SILVA e LIMA, 2015, p. 237).

A partir desse reconhecimento, tornou-se possível a criação de programas

destinados a jovens. Programas de Educação Profissional articulados à Educação Básica foram criados e executados na primeira década do século XXI, como podemos ver no Quadro 2, a seguir, elaborado pelos autores Lima, Silva e Lima (2015).

Quadro 2: Programas de Educação Básica da 1ª década do século XXI

| PROGRAMAS | OBJETIVOS |
|---|---|
| Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - (PROJOVEM) (2005) | “Executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (BRASIL, 2005) |
| Programa de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) - 2005 | Resgatar e inserir na escola uma grande quantidade de jovens e adultos que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas, oferecendo o acesso a uma formação integral articulada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. |
| Programa Brasil Profissionalizado - 2007 | Apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também às expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea. |

Fonte: Lima, Silva e Lima (2015)

A partir da consolidação desse tipo de política para a juventude brasileira, percebemos que o ProJovem também foi pensado como um desses programas de inclusão social e educacional destinados aos jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, assim como outros programas, tais como o PROEJA Ensino Médio e o PROEJA Educação Indígena.

2.1 A PROPOSTA DO PROJOVEM

O ProJovem foi criado em junho de 2005, com base na Medida Provisória Nº 238/2005 que foi convertida na Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Além desse Decreto será regido pelas disposições complementares, regulamentadas pelo Decreto Nº 5.557, de 05 de outubro de 2005.

O Programa foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 2 de 2005, de 16 de maio de 2005 e Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15 de agosto de 2006) e destinava-se a viabilizar, por meio dos sistemas de educação, a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e a qualificação profissional (formação inicial).

O Decreto de instituição do Projovem, com base nas disposições preliminares descritas em seu Art. 2º, definiu que a finalidade do Programa era:

executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma do curso previsto no art. 81 da Lei nº 9.394/96, a elevação da escolaridade dos jovens, visando à conclusão do Ensino Fundamental, à Qualificação Profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local. (BRASIL, 2015)

Ainda, em seu Art. 3º, o Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005, destaca que o ProJovem deverá contribuir, especificamente, para:

I - a reinserção do jovem na escola;
 II - a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
 III - a identificação, elaboração de planos e desenvolvimento de ações comunitárias; e
 IV - a inclusão digital dos jovens, para que desfrutem desse instrumento de inserção produtiva e de comunicação. (BRASIL, 2015)

Podemos perceber no artigo citado que são diversos os pontos destacados que favorecem o jovem estudante inserido no Projovem, sua reinserção na escola, as oportunidades para inserir-se no mundo do trabalho, o envolvimento em ações comunitárias e o acesso aos conhecimentos de informática são muito importantes para a formação da juventude.

No Art. 4º, o mesmo Decreto expõe que o Projovem destina-se a jovens na faixa etária 18 à 24 anos que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - tenham concluído a quarta série e não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental; e II - não tenham vínculo empregatício.

Destacamos, ainda que a meta inicial do Programa foi atender a cerca de 200.000 jovens, de 18 a 24 anos de idade, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006, ampliou-se o

atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo havido a adesão de 29 cidades.

A iniciativa alcançou resultados importantes e promissores, indicando a propriedade de ampliar, reforçar e integrar ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes ministérios. Para articular essa experiência acumulada, em um programa integrado, constituiu-se, no início de 2007, o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. (BRASIL, 2012, p.14).

Historicamente, o ProJovem é situado nas políticas de juventude implementada no Brasil, a partir da primeira década do século XXI no Brasil e visa o diálogo com a escolarização, o mundo do trabalho e a inclusão digital. Concretamente, seu objetivo foi possibilitar aos jovens alcançarem a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional, em nível de formação inicial. Uma vez cumprida as determinações referentes ao Programa (quantidade de horas/aula, cumprimento das disciplinas, etc.), o estudante recebe o certificado e, assim, já tem uma nova oportunidade de cursar o Ensino Médio, o que pode ampliar a possibilidade de o estudante concorrer a uma vaga de trabalho.

De acordo com Salgado (2012, p. 71), a carga horária do ProJovem Urbano, é de 2.000 horas (1.440 presenciais e 560 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (72 semanais). Salgado (2012, p. 72) ainda acrescenta que as horas presenciais compreendem, além das atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, sob a supervisão de um educador, totalizando 20 horas semanais.

Quanto às horas não presenciais, estão previstas um total de 8 horas de atividades não presenciais, distribuídas pelos componentes curriculares segundo os requerimentos das atividades presenciais, incluído as sínteses interdisciplinares, o Projeto de Orientação Profissional POP e o Plano de Ação Comunitária PLA. O POP é um projeto de caráter individual, construído durante o desenvolvimento do curso, sob a orientação de um professor de matérias profissionalizantes específicas do Programa que possibilita diversos momentos de caráter individual e coletivo

entre os discentes. Com base no Projeto do Programa (2006, p.48), o POP tem por finalidades:

- Possibilitar ao cursista um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas oferecidas pelo curso no campo da qualificação para o trabalho.
- Permitir ao cursista um exercício de resgate e sistematização de sua trajetória profissional, assim como de projeção dos próximos passos de seu processo de qualificação para o trabalho.
- Possibilitar à coordenação do Programa a oportunidade de, com as informações levantadas e organizadas pelos cursistas no POP, reunir uma base de dados a respeito deles, visando a qualificação do próprio Programa e de outras políticas públicas para o segmento da juventude. (BRASIL, 2006, p.48).

Para o discente do ProJovem Urbano, o POP que é um trabalho de cunho reflexivo, ao longo de todo o curso, preparando o jovem para melhor compreender a dinâmica do mundo do trabalho e planejar o percurso de sua formação profissional. O POP possibilita uma reflexão continuada sobre as atividades curriculares de aprendizagens práticas e sociais, vivências e organização de conteúdos na relação teoria e prática.

Vale salientar que a finalidade principal do POP é promover o crescimento pessoal do aluno e sua visão crítica da realidade em que vive e da formação profissional que lhe foi oferecida no curso, por isso, é importante que o Programa conheça a cidade a qual está ofertando o curso do ponto de vista das oportunidades aos jovens para o desenvolvimento profissional. Em outras palavras, com base no levantamento do Programa, se deve saber qual curso o discente poderá ter mais oportunidades de colocação após a conclusão, ou seja, mais chance de entrar para mundo do trabalho.

No que se refere ao PLA, este compreende a construção de mapa de desafios da comunidade, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social e local em que os jovens estão inseridos, para desenvolver ações de formação básica, de qualificação profissional e da própria participação cidadã. Essas ações são desenvolvidas durante o curso pelos discentes, sob a orientação do professor de Participação Cidadã, são ações sociais que possibilitam ao jovem conhecer mais a realidade do lugar em que vive. Esse Projeto implica uma experiência de trabalho cooperativo e de responsabilidade, aspectos essenciais para a formação de jovens que precisam estar envolvidos com as mudanças sociais nos espaços em que vivem.

Conforme o PPI, 2008, p 40, o PLA tem como referência a ideia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo, com base na experiência, na convivência. Por isso, as ações desenvolvidas na comunidade sobre, por exemplo, o combate às drogas, prevenção contra gravidez na adolescência e poluição ambiental, são exemplos de projetos do PLA que foram desenvolvidos no ProJovem Urbano em Natal RN/2015/2016.

Se faz necessário destacar a respeito da PLA que, ao final do curso, todos os núcleos (escolas) se reúnem em um evento de encerramento do Programa realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Natal, sob a coordenação do ProJovem Urbano para apresentarem uma síntese final do PLA. Essa síntese é realizada em forma de música, dança, apresentações teatrais ou poema, fica a critério de como cada escola acha que deve mostrar as ações que foram desenvolvidas com os discentes durante o curso.

Em Natal (RN), assim como nas demais cidades brasileiras, o ProJovem Urbano foi implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com intuito, conforme dito anteriormente, de elevar o grau de escolaridade de estudantes que estão fora da faixa etária e que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, oferecendo a oportunidade de obterem uma qualificação profissional.

2.2. O PROJOVEM E SUAS FACES

Nesta seção, discorreremos de forma mais detalhada, sobre as especificidades do ProJovem, suas características, objetivos, conforme explicita o Manual do Educador com relação às faces do Programa que se distingue em ProJovem Adolescente, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Urbano.

2.2.1 ProJovem Adolescente

O ProJovem Adolescente (PJA) foi implantado em 2007, visando a complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para

garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, a reinserção e a permanência do jovem no sistema educacional.

Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PJA é voltado para jovens que atendam aos seguintes critérios:

O ProJovem Adolescente, o serviço socioeducativo destina-se aos jovens de 15 a 17 anos:

- (I) pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF;
- (II) egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (III) em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- (IV) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; ou
- (V) egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual. (BRASIL, DF, 2009, p. 20).

O Decreto Nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, que regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, em seu Art. 11, destaca que o ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, em consonância com os serviços assistenciais de que trata o art. 23 da Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tem como objetivos:

- I - complementar a proteção social básica à família, mediante mecanismos de garantia da convivência familiar e comunitária; e
- II - criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. (BRASIL, 2008, p. 04).

Assim, o PJA, com base nos critérios de atuação, atende ao público jovens com faixa etária de 15 a 17 anos, que pertencem à família de baixa renda, egressos de medida socioeducativa em meio aberto, dentre outros pontos. Ainda sobre essa questão, Bezerra (2011) afirma que o PJA articula um conjunto de ações e é destinado a jovens de famílias em condições de pobreza:

O ProJovem Adolescente é um serviço continuado que também articula um conjunto de ações dos dois âmbitos das proteções sociais, de proteção social básica e especial com o intuito de desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se aos jovens de famílias em condições de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes situações de riscos e vulnerabilidades sociais. Este serviço

oferece um espaço de convivência social voltada ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica para que saiba como prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e fazer como que coisas importantes aconteçam no seu contexto, bem como, incentivar o retorno à escola e conseqüentemente o aumento do nível da escolaridade e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (BEZERRA, 2011, p.09).

O PJA oportuniza uma maior convivência social dos jovens, leva-os a um pensamento crítico, despertando assim, o reconhecimento em saber como resolver determinadas situações no cotidiano. Essa dimensão do Programa objetiva uma política de intervenção inovadora para os jovens, unindo a Educação Básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária.

Além disso, apresenta como foco o fortalecimento tanto da convivência familiar, assim como o da ação comunitária, contribuindo nesse aspecto, para uma melhor participação cidadã e para uma formação geral para o mundo do trabalho.

Em Natal (RN), o ProJovem Adolescente foi implantado de forma direta pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), em julho de 2008, como destaca o Campos (2013, p. 101)

No município de Natal/RN, o PJA foi executado de forma direta pela SEMTAS do ano de 2008 até 2011 e, de forma indireta através de convênio com entidade de assistência social, durante o ano de 2012. No ano de 2011, estiveram em funcionamento dez núcleos de atendimento do PJA, localizados em diversos bairros da cidade. São eles: Guarapes, Planalto, Felipe Camarão, Quintas, África, Igapó, Panatis, Nossa Senhora da Apresentação, Pajuçara e Mãe Luiza.

As comunidades consideraram o Programa algo de grande importância, uma vez que, aos jovens causou um impacto muito intenso na vida de cada um deles, por ter proporcionado acesso ao certificado do Ensino Fundamental. Nos anos de 2009 e 2010, o programa beneficiou 5.700 adolescentes, e, em 2.200, somente em 2011.

Em 2011, o PJA contou com os seguintes núcleos explicitados no Quadro 3:

| Quadro 3: Núcleos de atuação do ProJovem Adolescente em 2011 | | |
|--|---------------------|--|
| Nº | NÚCLEO | ENDEREÇO |
| 01 | Guarapes | Rua Novo Guarapes, s/n. |
| 02 | Cidade da Esperança | Rua Geraldo Buriti, 1328 A Cidade da Esperança |
| 03 | Felipe Camarão | Rua São José, 06. |

| | | |
|----|--------------------------------------|--|
| 04 | Mãe Luiza | Rua Guanabara, 1234 |
| 05 | Pajuçara | Rua: Flor do Paraíso, nº 319 – Loteamento Dom Pedro I – Pajuçara |
| 06 | Panatis II | Av. Maranguape, 1221 |
| 07 | Planalto | Rua Dom Antônio de Almeida Lustosa 70 A |
| 08 | Quintas | Rua Mário Negócio, 2033 |
| 09 | Brasília Teimosa | Rua São Francisco, s/n. |
| 10 | África | Rua da Gameleira, 316, Redinha |
| 11 | Nossa S ^a da Apresentação | Rua Severino Tavares, nº 536 – Vila Paraíso |
| 12 | Vila Paraíso | Igapó: Rua Pacatuba, nº 2052. |

Fonte: Prefeitura Municipal de Natal (2017)

Durante sua efetivação, o PJA atuou em diversos bairros de Natal, atendendo a adolescentes que começaram a ter acesso a um universo cultural e histórico e a um conjunto de relações as quais foram consideradas importantes para a vida social e profissional de cada um dos jovens inseridos no Programa.

Para que os participantes tivessem acesso ao Programa, foi realizada uma seleção com base no edital de edição 2011, em Natal. Após a seleção e matrícula, os discentes tinham acesso à formação no Ensino Fundamental, cursos de iniciação profissional, aulas de informática e auxílio de R\$ 100,00 por mês. (BRASIL, 2007).

O PJA ofereceu aos jovens uma oportunidade socioeducativa, proporcionou condições de inserção, reinserção e permanência no sistema educacional. O Programa é entendido como direito à segurança de convívio, uma vez que tem a intenção de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, favorecendo o protagonismo dos jovens.

2.2.2 ProJovem Campo

O Projovem Campo foi criado principalmente para jovens agricultores. Nesse contexto, foi elaborado com o intuito de fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania.

De acordo com o Manual do Educador do Projovem Urbano, o Projovem Campo tem a função de

[...] fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, originou-se de uma organização do Programa Saberes da Terra. (BRASIL, 2012, p.15).

A primeira etapa de execução do Saberes da Terra iniciou-se em dezembro de 2005, em 12 Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC) junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (UNDIME), Associação de Municípios Cantuquiriguaçu (PR), entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo.

No Rio Grande do Norte, o ProJovem Campo – Saberes da Terra foi promovido pelas parcerias entre a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, as Secretarias Municipais de Educação, os Movimentos Sociais do Campo, as Cooperativas Agrícolas, equipes de docentes com perfil apropriado e o empenho dos alunos.

De acordo com o PPI do ProJovem Campo – Saberes da Terra, no Rio Grande do Norte (2008), em 2008, houve um aumento do número de estados participando do Programa, dentre eles, o Rio Grande do Norte:

O Projeto será desenvolvido em parceria com 21 Estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, **Rio Grande do Norte** e Sergipe - região Nordeste; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - região Centro-Oeste; Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná - região Sul; São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo - região Sudeste; Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins - região Norte. (BRASIL, 2008, p. 08, grifo nosso).

O ProJovem Campo tem a intenção de fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo, realizar formação continuada em metodologias e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo para educadores envolvidos no Programa, além de fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica e estimular a permanência dos jovens na escola por meio da concessão de auxílio financeiro.

O Projovem Campo é visto como uma forma de ampliar o acesso e a qualidade da educação à população visivelmente excluída do processo educacional,

respeitando necessidades e a pluralidade cultural, política e econômica dos povos do campo. Tornou-se também uma forma representativa para a ampliação da discussão a respeito da educação no campo.

Nessa direção, a Educação no Campo

Nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. (CALDART, 2008, p. 72).

Dessa forma, o ProJovem Campo deve servir como base para entendermos que o Campo também é lugar de estudo, de criação de escolas, que os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida no campo e de cada região, incluindo adequação do calendário escolar às necessidades específicas da zona rural, como por exemplo, as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

2.2.3 ProJovem Trabalhador

O ProJovem Trabalhador unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o *mercado de trabalho* e ocupações alternativas geradoras de renda. Atende a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo.

Vimos que essa face do Programa discute a questão de uma formação voltada para o mercado de trabalho. Porém, é importante frisar que uma formação ideal seria aquela que direciona o estudante para o mundo do trabalho, ou seja, uma formação mais ampla, que envolvam outros aspectos como o mental e o físico como já salientamos em momentos anteriores da nossa pesquisa. Seria uma proposta mais integradora, no sentido apontado por Ramos (2011)

O primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo. Tal concepção pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação

politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. (RAMOS, 2011, p. 31).

Assim, compreendemos que a formação atribuída aos estudantes inseridos no ProJovem Trabalhador precisa ser voltada para uma formação humana, isto é, uma formação a qual tenha como propósito a compreensão das relações sociais em sua totalidade. Os princípios da Educação Profissional e a formação integrada precisam ser também expandidos para programas de formação como o ProJovem.

No que diz respeito ao Rio Grande do Norte, o ProJovem Trabalhador objetivou preparar o jovem para o mercado profissional e/ou ocupações alternativas geradoras de renda, através de qualificação social e profissional. A meta, em 2012, foi de profissionalizar 7.000 jovens (18 a 29 anos) em 90 municípios do RN. Em todo o Estado, 7.000 jovens foram inscritos em um dos 14 cursos oferecidos - Serviços Administrativos, Construção e Reparos (em revestimentos), Construção e Reparos (em instalações), Esporte e Lazer, Joalheria, Serviços Domiciliares I e II, Beleza e Estética, Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade, Vestuário (moda), Agro-Extrativismo, Pesca e Piscicultura.

No Rio Grande do Norte, o Programa foi executado em parceria entre Governo do Estado, a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e o Ministério do Trabalho e Emprego. A gestão ficou por conta da FCDL/RN. As aulas tiveram duração de seis meses. Ao final, houve uma meta de se inserir, pelo menos, 30% dos concluintes no mercado local de trabalho. A inserção dos concluintes no mercado de trabalho foi feita pelo SINE, órgão vinculado à SETHAS, responsável pela execução e fiscalização do Programa no Estado.

2.2.4 ProJovem Urbano

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi criado no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), por meio da Medida Provisória Nº 238/2005, convertida na Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005, por meio da qual o Programa foi devidamente instituído enquanto Programa de Educação destinado à elevação da escolaridade

de Jovens e Adultos.

Cabe destacar que, inicialmente, o Programa era destinado a jovens de 15 a 29 anos de idade que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental. Contudo, em 2008, com a promulgação da Lei Nº 11.692, de 30 de junho de 2005, é feita uma alteração no que se refere à idade do estudante para acesso ao Programa, passando a ser destinado a Jovens e Adultos com idade entre 18 a 29 conforme disposto em seu artigo 12 que determinou que o ProJovem Urbano atenderia a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que soubessem ler e escrever e não tivessem concluído o Ensino Fundamental.

Na sequência, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CEB Nº 3/2006, de 15 de agosto de 2006, aprovou as Diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implantação do Programa, como um curso experimental, de acordo com o Artigo nº 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com 12 meses de duração.

Além da citada Medida Provisória e da Lei nº 11.692/2008, ainda existe o Parecer CNE/CEB nº 18/2008, por meio do qual foi aprovada a proposta de implementação, execução e gestão compartilhada do ProJovem Urbano, o qual foi publicado no Diário Oficial da União, de 12 de novembro de 2008.

Com base na finalidade do referido Programa e das orientações contidas nas Diretrizes Curriculares, os jovens inseridos nesse contexto teriam direito aos conhecimentos necessários ao Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e autonomia de resolução de problemas do próprio contexto social, aplicando o que é denominado de engajamento cidadão.

Além do exposto no referido parecer, de acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (BRASIL, 2012, p. 36), espera-se que os jovens concluintes do Programa sejam capazes de:

- A) Afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- B) Utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender a expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- C) Compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;

- D) Utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- E) Desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- F) Estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- G) Acessar os meios indispensáveis para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc;
- H) Identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a superá-los e participar da respectiva implementação e avaliação;
- I) Refletir criticamente sobre sua própria prática;
- J) Conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- K) Exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se contra quaisquer formas de racismo e discriminação e participando de ações afirmativas na promoção da igualdade de direitos de todos os grupos da sociedade;
- L) Exercer direitos e deveres de cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- M) Continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

Desse modo, uma vez cientes do que se espera que o concluinte do ProJovem Urbano seja capaz de fazer, vale salientar que o objetivo do Programa é realizar a certificação de conclusão do Ensino Fundamental juntamente com a qualificação profissional. É importante ressaltar que o referido programa foi criado pelo governo

de Luiz Inácio Lula da Silva, com cursos de duração de 18 meses, oferecendo ao estudante, formação no Ensino Fundamental, cursos de iniciação profissional, aulas de informática e uma bolsa auxílio de R\$ 100,00 por mês. (BRASIL, 2007). O Programa foi inserido nos estados brasileiros conforme a necessidade apresentada por cada um deles.

Em Natal, a primeira edição do ProJovem Urbano foi realizada no mesmo período dos outros estados do País, mais precisamente em dezembro de 2005. Porém, resolvemos dar maior ênfase ao edital 2015/16, pelo fato de esse, ser o principal objeto da nossa pesquisa. Como já salientamos em momentos anteriores, esta pesquisa tem por objetivo investigar como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves (CEMURE), durante o período de 2015/16. Por isso, nesse momento da pesquisa, queremos apresentar, especificamente, em que consiste o ProJovem Urbano.

Como ponto de partida, apresento a minha atuação na condição de professora do Programa na Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, no Bairro de Cidade Nova, Natal/RN, no período de 2015/16, momento em que foi possível perceber como ocorreu o processo de ensino aprendizagem no ProJovem Urbano, os materiais didáticos utilizados na formação dos professores, o perfil do jovem atendido, as finalidades e dificuldades para a permanência no Programa.

Com base nos momentos de participação na formação continuada, realizadas no CEMURE, foi possível identificar que o docente, ao iniciar as atividades no ProJovem Urbano, tem a necessidade de passar pela formação inicial e, durante as atividades, participar também dos cursos de formação continuada.

Diante disso, a formação inicial foi importante para perceber como se dava a dinâmica do Programa, seu público alvo específico de de que forma seria realizado o planejamento das aulas pelos docentes do referido Programa. Foi perceptível, também, que muitos dos docentes sentiam uma necessidade de participar da formação continuada por ser um momento em que precisavam compartilhar informações a respeito das especificidades do Programa, como por exemplo, sobre a carga horária, a função do professor orientador, saber de que maneira poderia contribuir para o desenvolvimento das ações comunitárias realizadas nos bairros de atuação do ProJovem Urbano, a respeito dos materiais didáticos, das avaliações, dentre outros assuntos.

Nesse sentido, foi pensando nesses aspectos específicos do Programa que senti a necessidade de fazer uma pesquisa a respeito da formação continuada para docentes do ProJovem Urbano, com o intuito identificar-se, na concepção dos docentes do ProJovem Urbano, esses cursos de formação inicial e continuada foram realmente importantes para o trabalho em sala de aula, e se foi diferente da concepção da formação inicial e continuada que já tinham.

Além disso, a pesquisa serve de norte para entender se os referidos docentes compreenderam, com base na formação continuada, as facilidades e dificuldades para a permanência dos discentes no ProJovem Urbano, o significado de inclusão social, a proposta curricular do Programa, a ideia de Qualificação Profissional Inicial e os saberes necessários para trabalhar no ProJovem Urbano.

Desse modo, no decorrer do processo de atuação no ProJovem Urbano, pude perceber também que o programa conta com o chamado Projeto Pedagógico Integrado (PPI). A proposta do currículo apresenta três dimensões: Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária, conforme podemos ver:

Como foi dito, o currículo do ProJovem Urbano abrange os diferentes aspectos do ser humano em sua interação com a cultura e a sociedade contemporâneas, sustentando-se em três dimensões que funcionam como pilares: a Formação Básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; a Qualificação Profissional para o mundo do trabalho, incluindo qualificação inicial em um arco de ocupações (vide relação anexa); e a Participação Cidadã envolvendo uma experiência de ação social cidadã. Para que o curso cumpra as finalidades a que se propôs, essas três dimensões devem ser articuladas, de modo que cada uma contribua para fortalecer as demais. (BRASIL, DF, 2008, p. 31).

O Projeto Pedagógico do Programa traz a denominação “Integrado”, o conceito se apresenta na perspectiva de o discente ter o certificado de conclusão do Ensino Fundamental integrado a um curso de Qualificação Profissional Inicial, e a participação nas ações desenvolvidas durante o curso.

No entanto, conforme já explicitado, compreendemos a concepção de integração como algo mais amplo, como a integração de todas as dimensões da vida (o trabalho, a ciência e a cultura) no processo formativo.

Com base nessa concepção, compreendemos que o sentido que se dá à formação integral precisa ser direcionada para uma formação mais ampla, que

priorize as dimensões no geral, isto é, o trabalho envolvendo a ciência e a cultura na formação dos participantes. Segundo Ciavata e Ramos, 2011, p. 31, essas dimensões levariam à “formação para o trabalho como princípio educativo, [...], que visa proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais”. Logo, a formação para todas as dimensões é aquela construída historicamente pelos participantes.

Na perspectiva, ainda sobre as dimensões do ProJovem Urbano, no que se trata do Ensino Fundamental, o PPI faz referência às avaliações realizadas no decorrer do curso, são elas: avaliação diagnóstica aplicada no início da primeira unidade formativa (quatro avaliações formativas, no fim de cada unidade); avaliação intermediária aplicada no início da terceira unidade; e exame final nacional. Esses exames demonstram que no final do curso os discentes:

- Obtiveram ganhos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática;
- Conseguiram, nas avaliações formativas, percentuais de acerto acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares;
- Alcançaram, em sua maioria, média de acertos próxima a 56% no exame final nacional externo. (BRASIL, 2008, p. 33).

A segunda dimensão diz respeito à qualificação profissional, cuja concepção está expressa no PPI

A concepção de Qualificação Profissional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem mostrou-se inovadora, organizando-se em arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepara para ser empregado, mas também pequeno empresário ou sócio de cooperativa. (BRASIL, 2008, p. 33).

Percebemos, então, que a Qualificação Profissional e a Ação Comunitária são organizadas em arcos (cursos) compostos por quatro ocupações em torno dos princípios da empregabilidade e do empreendedorismo. A Qualificação Profissional inclui ainda a Formação Técnica Geral FTG, que aborda aspectos teórico-práticos importantes para qualquer tipo de curso profissionalizante. Com base na FTG os jovens são orientados a como atuar no mundo do trabalho, trabalhar a sociabilidade e a ampliar as opções de trabalho e geração de renda, incentivando sua autonomia e o sentido da ação empreendedora.

De acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (2012, p.101) o componente curricular da Qualificação Profissional é construído por três conjuntos de conhecimentos que se complementam no processo formativo: Formação Técnica Geral FTG, Formação Técnica Específica FTE, que será desenvolvida por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC ou por meio de Arcos Ocupacionais escolhidos pelo estado, município ou DF e o Projeto de Orientação Profissional POP.

Ainda de acordo com o PPI (2008), a oferta dos cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem Urbano, segundo o arco de ocupações, mais presentes estão dispostos no Quadro 4.

Quadro 4: Oferta de cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem - arco de ocupações

| CURSOS | ABRANGÊNCIA |
|-------------------------|--|
| Construção e Reparos | 19 das 27 capitais |
| Telemática | 14 estados |
| Turismo e Hospitalidade | 17 capitais |
| Madeira e Móveis | Se concentraram na região norte do país, nas capitais sob a influência da Floresta Amazônica |
| Agro-Extrativismo | Belém (PA) |

Fonte: Brasil (2008, p.155).

Esse quadro de oferta de cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem - arco de ocupações, com base no PPI do Programa (2008, p. 34), não especifica todos os estados da federação que aderiram aos referidos cursos, apenas a quantidade dos estados e capitais.

A Ação Comunitária é vista como um ponto positivo no currículo integrado do ProJovem Urbano, pois possibilita o trabalho entre os professores de forma coletiva e interdisciplinar. De acordo com o PPI (BRASIL, 2008, p. 35), a Ação Comunitária consiste

Nas aulas teóricas e oficinas, discutem-se questões como direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços

públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros.

Com base nessas discussões realizadas durante as aulas teóricas e oficinas, se constitui momento também de se fazer uma avaliação e sistematização dos trabalhos desenvolvidos nos planos de ação comunitária. Nela, os alunos têm a oportunidade de vivenciar situações de conflito e negociações para sua superação, conquistas e avanços e refletir sobre suas práticas sociais. Apresenta-se também como oportunidade para os jovens compreenderem a importância do trabalho coletivo.

Outro aspecto no ProJovem Urbano se trata da inclusão digital (2008, p. 36), conforme expresso no PPI do Programa

Um aspecto importante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem que perpassa as três dimensões do currículo é a proposta de inclusão digital, na qual se procura realçar o papel do conhecimento em Informática como um dos pilares da vida moderna, visando a proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender os princípios de funcionamento, os programas principais e os recursos técnicos essenciais para a operação de computadores, sistemas periféricos e tecnologias da informação. (BRASIL, 2008, p.36).

A proposta de inclusão digital se mostrou também um grande atrativo para os alunos do ProJovem Urbano, pois eles acreditam que, com o conhecimento em informática, terão novas oportunidades de vida, ou seja, o conhecimento nesse campo, abre caminhos para se conseguir, por exemplo, a chance de um novo emprego.

Já discorremos em momentos anteriores que a carga horária do ProJovem Urbano é de 2.000 horas (1.440 presenciais e 560 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (72 semanas). A formação está organizada por Unidades Formativas, que são desenvolvidas de acordo com os temas integradores. Cada unidade formativa corresponde a 12 semanas de aulas.

As Unidades formativas são as seguintes: Unidade Formativa I – Juventude e Cultura. Essa Unidade Formativa contém os principais textos e atividades que serão trabalhados durante as 12 semanas de aula. A discussão da referida Unidade Formativa se dá em torno da temática juventude e cultura. São trabalhados

conteúdos como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo dos discentes, contribuindo para a formação da identidade, também destacando o reconhecimento da cultura local e de outras cidades. Na Unidade Formativa II – Juventude e Cidade.

As discussões dessa Unidade Formativa giram em torno da temática juventude e cidade. Foram desenvolvidas atividades com base na juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens, a vivência nas cidades globalizadas, reposicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

Além disso, a temática da Unidade também contribui para a discussão de outras temáticas, como, por exemplo, população, movimentos e deslocamentos populacionais, noções de espaço e movimentos.

As Unidades III e IV foram, respectivamente, Juventude e Trabalho. Sobre a Unidade Formativa III, esta abriu espaço para o estudo a respeito do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, ou seja, sobre as transformações pelas quais a sociedade vem passando, e com isso, o processo de inclusão e exclusão dos jovens no trabalho e na escola. Juventude e Comunicação. Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas pedagógicas, são as temáticas discutidas nessa. Também foram destacados temas geradores sobre o reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

Por fim, a Unidade V, Juventude e Tecnologia. Nessa Unidade Formativa, como a temática sugere, as discussões foram sobre ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. A temática teve a intenção de levar o jovem a pesquisar, dentre outros aspectos, por exemplo, sobre a participação da Matemática na evolução da tecnologia e na utilização da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a temática proporcionou uma reflexão dos discente sobre o impacto da inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias de informação na sociedade e a unidade VI, Juventude e Cidadania. Quanto à temática Juventude e Cidadania, assunto para discussão da última Unidade Formativa, foram trabalhados conceitos sobre as diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminação. Com isso, as disciplinas desenvolveram metodologias que trabalharam com base em conteúdos como cidadania e política, ideologias de poder, gênero, sexualidade e cidadania, por exemplo. (BRASIL, DF, 2012, p.49).

Após discorrermos sobre a dinâmica das Unidades Formativas, se faz também necessário entendermos a respeito do funcionamento das escolas inseridas no Programa. Destacamos aqui alguns aspectos sobre a organização dos núcleos de atuação do ProJovem Urbano. Cada núcleo deve ser composto por cinco turmas com um professor para as disciplinas: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Matemática, Participação Cidadã e Qualificação Profissional. O somatório de alunos dessas turmas precisava totalizar de 150 a 200, para atender a um dos requisitos do Programa, como podemos ver no próprio Manual do Educador

Cada Núcleo acolhe de 150 a 200 jovens, distribuídos em cinco turmas. Assim, cada turma deve ser composta de 30 a 35 estudantes. Preferencialmente, as cinco turmas devem funcionar na mesma escola. Quando absolutamente necessário, poderão funcionar em duas unidades escolares próximas ou, no caso de atendimento pelo estado, em dois municípios próximos (SALGADO, 2012, p.65).

Vale ressaltar que era preciso que as escolas oferecessem uma estrutura adequada para o desenvolvimento das aulas e, principalmente, que tivessem pelo menos um laboratório de informática onde pudessem ocorrer as aulas do Professor Orientador (PO). A aula do (PO) é um momento em que o professor se dedica, especificamente, à turma para a qual foi destinado pela coordenação. Por exemplo, o professor de Língua Portuguesa era orientador da turma 2. A aula do PO na referida turma era, especificamente, para os discentes tirarem suas dúvidas de diversos pontos, por exemplo, das atividades realizadas em sala de aula, dos materiais didáticos, das avaliações, de como ter acesso à coordenação do Programa etc. Esse momento nos leva a entender como uma iniciativa de prática integradora dentro do contexto do ProJovem Urbano, uma atividade interdisciplinar.

A interdisciplinaridade deve ser considerada como um dos pontos fundamentais no ProJovem Urbano, uma vez que a produção das Sínteses Integradoras (redações) pelos estudantes tem o mesmo tema, o qual deveria ser trabalhado pelos PO em suas turmas.

O POP envolve também um olhar interdisciplinar que permite a perspectiva de um currículo integrado, pelo fato de o Programa trabalhar com três dimensões: Qualificação Profissional, Formação Básica e Participação Cidadã.

Para Machado (2010, p. 92), currículos integrados são oportunidades riquíssimas para explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos alunos, para realizar o objetivo da educação integral. Tomando por base essa capacidade de pensar, sentir e agir dos alunos é que se percebe que há uma necessidade para uma formação mais ampla destinada aos discentes do ProJovem Urbano, pois uma formação integral vai além da que está proposta no PPI do ProJovem Urbano.

A formação, nesse sentido, deverá ser voltada para a vida. Para isso, se faz necessário a inclusão de aspectos físicos, intelectuais, sociais, que atenda a todos os aspectos da vida.

De acordo com Moura

Ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação que abrange todas as dimensões da vida, e portanto, é omnilateral. Essa concepção de formação humana foi incorporada à tradição marxista sob a denominação de politecnicidade ou educação politécnica, em função das próprias referências do autor ao termo, assim como da maioria dos estudiosos da obra. (MOURA, 2013, p.145).

A formação integral e humana relaciona-se à compreensão do ser humano em sua totalidade, visando ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Contribui para reflexão continuada sobre todas as atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos na relação teoria e prática.

Ainda sobre a temática formação integral, afirma

Assim, podemos considerar uma formação de acordo com as transformações históricas e sociais as quais geram e sustentam a diversidade. Mas que também abre caminho para que se estabeleça o diálogo entre aquisição de saberes e práticas educativas que proporcione ao sujeito o contato com o avanço do conhecimento científico e tecnológico a partir de um eixo gerador e integrador, e que possibilite a contextualização dos fenômenos naturais e sociais e sua significação com base nas suas experiências. Assim como a premência de suplantação da oposição entre humanismo e tecnologia, inter-relacionando os saberes na possibilidade da totalidade humana. (VALE, 2014, p.195).

A formação humana, para a autora, abre caminho para o diálogo entre aquisição de saberes e práticas educativas, com respeito às identidades e às necessidades dos educandos. Advoga que o educando adquira conhecimentos científico, tecnológico e que, ao mesmo tempo, possibilite a contextualização dos fenômenos naturais e sociais.

No que diz respeito ao Plano de Ação Comunitária (PLA), ele se refere ao planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma ação social escolhida pelos alunos, fundamentada no conhecimento de sua realidade próxima. Ou seja, com base nos relatos dos alunos, o professor responsável pela disciplina anota os depoimentos dos alunos sobre o que precisa-ser resolvido ou amenizado com mais urgência no bairro onde moram com relação aos temas: violência, drogas, insegurança, lixo, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros.

Em seguida, o professor responsável pela disciplina organiza o Plano de Ação e vai, no decorrer das aulas, desenvolvendo ações de conscientização na comunidade, juntamente com os alunos, pais, responsáveis e os demais professores.

No final do Programa, o plano elaborado e as experiências são apresentados no evento final do ProJovem Urbano juntamente com toda a comunidade escolar.

Além do laboratório de informática, as escolas também deveriam oferecer um espaço apropriado para o planejamento do PLA que deve ser organizado pelos professores e alunos no decorrer das aulas e, no final do curso, ser apresentado em um evento destinado aos núcleos e à coordenação do ProJovem Urbano. Desse modo,

No caso do PLA, como se trata de plano a ser elaborado e implantado por grupos de alunos ao longo de todo o curso, o processo deverá ser acompanhado pelo educador de Participação Cidadã, que fará registros periódicos, em cada unidade. No entanto, apenas no fim do processo, haverá atribuição de pontos aos grupos, que valerão para o conjunto dos integrantes respectivos, ou seja, cada aluno terá anotado em seu histórico a nota obtida pelo grupo que integrou (SALGADO, 2012, p.120).

Percebemos que o evento do PLA é fundamental no ProJovem Urbano por envolver a participação da equipe escolar e a participação dos moradores do bairro. O projeto é elaborado pelo professor da disciplina de Participação Cidadã

juntamente com os professores das demais disciplinas em parceria com os alunos, sendo executado, primeiramente, no bairro no qual está situado o núcleo, envolvendo a participação de alunos, pais, professores e coordenadores, e, no segundo momento, em outro lugar envolvendo os demais núcleos.

O projeto tem como objetivo desenvolver metas que são aplicadas ao longo do curso com base em um mapa dos desafios feito no início do curso pelo professor responsável pela disciplina de Participação Cidadã. Em suma, o PLA consiste em:

[...] um plano a ser elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. Tem como referência a ideia de que participar e exercer a cidadania são ações que se aprendem fazendo. Inicia-se pela construção de um mapa de desafios da comunidade, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, para o que são usados conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo, quer os de Formação Básica, quer os de Qualificação Profissional e da própria Participação Cidadã (SALGADO, 2012, p.45).

O evento do PLA do ProJovem Urbano, versão 2015/2016, ocorreu no dia 11 de agosto de 2016, no Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves (CEMURE), com apresentações teatrais realizadas pelos alunos que fizeram parte do programa. O Quadro 05 a seguir, mostra os temas debatidos no referido evento.

Quadro 05: Temas apresentados no evento PLA/2016 por escola

| ESCOLAS | TEMAS |
|--|--|
| Escola Municipal Luis Maranhão | Gravidez na adolescência |
| Escola Municipal Professor Berilo Wanderley | Lazer e Entretenimento, uma forma eficaz ao ócio |
| Escola Municipal Vereador José Sotero | Reutilizando o lixo, transformando vidas |
| Escola Municipal Nossa Senhora da Apresentação | Paz e cidadania nas escolas |
| Escola Municipal Zuleide Fernandes | Viver saudável é viver protegido |
| Escola Municipal Bernardo Nascimento | Atitude cidadã: (re) conhecer para preservar |
| Escola Municipal Francisco De Assis Varela | Gravidez precoce |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Natal, RN.

Vale salientar que, para o ProJovem Urbano ser implantado, houve também a necessidade de se fazer um breve levantamento, na Secretaria de Educação do Município por bairros a respeito da demanda de jovens e adultos que ainda não

tinham concluído o Ensino Fundamental, o que justificou a implantação do Programa nessas escolas e nos citados no quadro 05.

Apresenta-se como finalidade do ProJovem Urbano proporcionar aos jovens a formação integral, por meio de uma associação entre formação básica (elevação da escolaridade, proporcionando a conclusão do ensino fundamental), a qualificação profissional (com certificação de formação inicial) e a participação cidadã (com a promoção de uma experiência de atuação social na sociedade). Esta perspectiva se alinha a uma proposta de formação mais ampla, que contempla as dimensões do físico, do intelectual e do tecnológico, como defende Moura (2013, p.145) “ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação que abrange todas as dimensões da vida e, portanto, é omnilateral”.

De acordo com o Manual do Educador (SALGADO 2012, p. 83), o planejamento e implementação da qualificação profissional nas escolas ocorre do seguinte modo: o educador de qualificação profissional planeja e orienta o desenvolvimento da Formação Técnica Geral (FTG) e a implementação dos Arcos Ocupacionais escolhidos pelo município.

É também função do educador entrar em contato com empresas e outros tipos de organização relacionados aos referidos arcos e agendar visitas guiadas, bem como a ida de profissionais ao Núcleo para serem entrevistados pelos estudantes. Compete ainda a esse educador, escolher filmes, vídeos, livros, etc. para auxiliar os jovens no contato com o mundo do trabalho e acompanhar a respectiva dinâmica local, de forma a poder dar orientação segura aos jovens do respectivo Núcleo e tentar encaminhá-los a um estágio.

Quanto ao perfil dos professores de qualificação profissional, estes devem ter habilitação superior na área de Educação Profissional Técnica e Tecnológica com experiência comprovada do ProJovem Urbano, conhecimentos básicos de informática e disponibilidade de 30h semanais.

Outro requisito do professor de qualificação profissional é ter habilitação superior na área relacionada a qual estará sob sua responsabilidade, com experiência comprovada em cursos de formação profissional ou pode ser técnico com formação em nível médio na área relacionada ao Arco Ocupacional que estará sob sua responsabilidade.

O componente curricular da Qualificação Profissional, é constituído

[...] por três conjuntos de conhecimentos que se complementam no processo formativo: a Formação Técnica Geral (FTG), a Formação Técnica Específica (FTE) que será desenvolvida por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC - ou por meio dos Arcos Ocupacionais escolhidos pelo estado, município ou DF e o Projeto de Orientação Profissional (POP). (SALGADO, 2012, p.101).

Desse modo, como nos mostra o componente curricular, a qualificação profissional oferecida ao estudante do programa será com base nos arcos ocupacionais que se configuram a depender da demanda de cada estado.

A FTG visa preparar o jovem para desenvolver um olhar mais crítico e abrangente do mundo do trabalho. Tem como premissas os seguintes pontos:

- ✓ A adoção de uma abordagem interdisciplinar das questões tratadas nas atividades do material didático, no lugar da fragmentação do saber pela especialização dos conteúdos;
- ✓ Uma formação teórico-prática em lugar da separação teoria e prática no processo de conhecer;
- ✓ O desenvolvimento de uma visão crítica a respeito de noções parciais ou ideológicas sobre transformações em curso no mundo do trabalho e uma abordagem didática dos conteúdos, que estimule uma atitude emancipatória fundada nos valores da autonomia e da solidariedade, face a um público composto de jovens diretamente suscetíveis à cooptação pelo tráfico de drogas e a outras atividades ilícitas, ou mesmo desestimulados diante da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, vis-à-vis os seus baixos níveis de escolarização. (SALGADO, 2012, p.101).

Assim como nas demais disciplinas, a qualificação profissional também trabalha com uma abordagem interdisciplinar, procura inserir a teoria junto com a prática. Outro aspecto destacado sobre as premissas trata da visão crítica, que dizem respeito às noções parciais ou ideológicas em curso no mundo do trabalho.

Nesse contexto, percebe-se que é importante trabalhar o contexto do trabalho interdisciplinar no Projovem Urbano, por haver interligação entre as disciplinas. Essa interligação, para Machado (2010, p. 93)

Pode ser explorada por diversos recursos, tais como: desenho da grade curricular contemplando aproximações temporais, fusões de conteúdo, realização de estudos e pesquisas compartilhadas, promoção conjunta de seminários e eventos, implementação de métodos de ensino por projetos e dos temas geradores, dentre outros.

Essas características são frequentes na formação dos discentes do ProJovem Urbano. No entanto, há necessidade de uma atenção maior quanto à qualificação profissional que o Programa oferece. Esta deve levar o discente a desenvolver competências necessárias à sua formação profissional e possibilitar novas formas de inserção no mundo do trabalho.

Percebeu-se que, na edição do ProJovem Urbano 2015/2016, houve falhas quanto à formação profissional em consequência de algumas escolas em que funcionava o Programa no Município de Natal não disponibilizarem recursos tecnológicos suficientes para atender à demanda do Programa, ocasionando, nesse sentido, dificuldades quanto à formação do discente e ao trabalho do docente.

Em suma, vimos que as modalidades apresentadas do ProJovem, tiveram um número considerável de participação dos jovens e que o principal objetivo era a conclusão do Ensino Fundamental acompanhada de uma qualificação profissional mínima. O ProJovem adolescente visa a complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; o ProJovem Campo foi criado principalmente para jovens agricultores, com o intuito de fortalecer e ampliar o acesso e a permanência no sistema educacional do jovem agricultor, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania; o ProJovem Trabalhador objetiva preparar o jovem para o mercado profissional e/ou ocupações alternativas geradoras de renda, através de qualificação social e profissional; e o ProJovem Urbano, atende a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental.

As modalidades do ProJovem fazem parte das políticas públicas de educação no Brasil direcionadas à escolarização básica, à formação para o trabalho e à intervenção dos jovens na sociedade em que vivem preparando-os para o desenvolvimento de ações comunitárias.

3 O PROJovem URBANO EM NATAL/RN: USO DE RECURSOS DIDÁTICOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CEMURE (2015/2016)

Neste capítulo, discorreremos sobre a experiência do ProJovem Urbano em Natal, especificamente, sobre os recursos didáticos específicos do Programa e o uso de cada um deles na formação continuada dos professores, a saber: Guia de Estudo Integrado, Agenda do Estudante, Manual do Educador, Caderno de Registro de Avaliação, Caderno do Plano de Ação Comunitária, Guia de Estudo de Formação Técnica Geral e o Guia de Estudo Arco Ocupacional. O estudo desse material faz-se necessário porque se apresenta essencial no processo de formação docente do Programa. O conjunto de publicações específicas é utilizado como recurso didático na formação inicial dos professores; na realização dos planejamentos quinzenais das chamadas unidades formativas;—que oportunizavam a discussão dos conteúdos a serem abordados em sala de aula por professores e alunos envolvidos.

Para o docente que começa a atuar no ProJovem Urbano, em Natal, é fundamental conhecer esses recursos didáticos, pois eles servem de base para a vivência do Programa, porque trazem a lógica de organização do curso e de realização das aulas. A apropriação desses recursos consiste na primeira etapa da formação dos docentes ingressantes, de forma que a assimilação dos recursos didáticos apresenta-se como imprescindível para atuação de cada um deles. O processo de apropriação deles e de aplicação em sala de aula estabelece um ciclo formativo que garante a efetivação das ações, tanto dos professores que passam pela iniciação, quanto dos veteranos.

3.1. OS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO PROJovem URBANO

Considerando a diversidade de recursos didáticos pedagógicos, existentes no ProJovem Urbano, compreendemos que esses recursos são utilizados na formação inicial e continuada dos professores e são essenciais nas orientações sobre a proposta pedagógica do Programa. Esses recursos didáticos também se apresentam importantes para a compreensão do processo de desenvolvimento

cognitivo dos jovens discentes público alvo.

De acordo com Souza (2007, p.111). “Recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. É importante entender que os recursos didáticos precisam ser bem utilizados, e que o docente deve planejar de que forma vai utilizá-los, para que não sejam usados sem um objetivo.

No contexto do ProJovem Urbano, o recurso didático é utilizado como artefato que intermedia e promove a formação docente, tanto no processo de iniciação dos professores, como também durante as práticas de implementação do curso, por meio da formação continuada.

Para Bandeira (2017, p.14), “O material didático pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação, e especificamente, como o material instrucional que se elabora com finalidade didática”. Os materiais didático—pedagógicos quando bem escolhidos podem representar instrumentos facilitadores capazes de estimular e enriquecer a vivência diária não só dos educadores, mas também dos educandos.

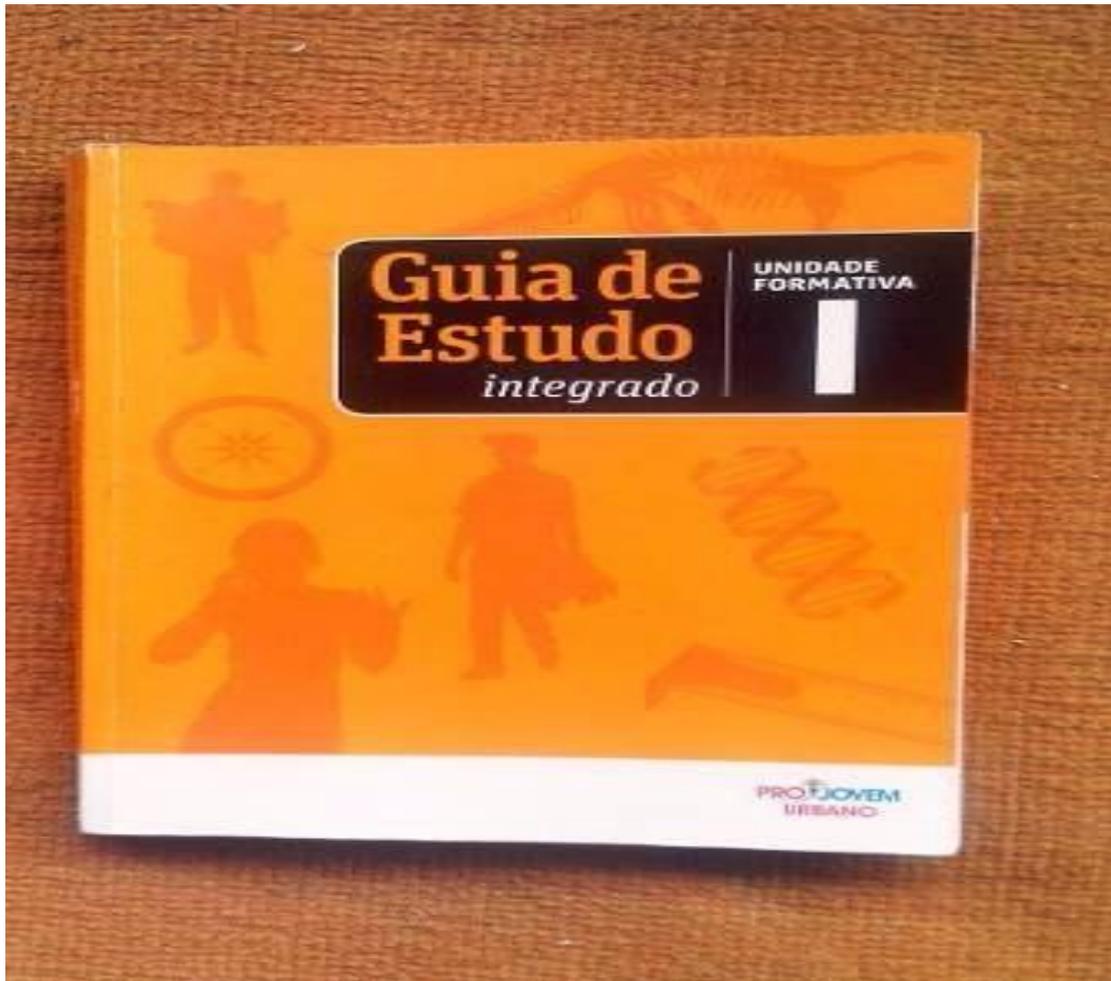
No caso específico do ProJovem Urbano, o material didático é peça fundamental na formação inicial e continuada, pois durante a formação os docentes estudam e compartilham informações que contribuem para a apropriação adequada da proposta pedagógica e o aperfeiçoamento da prática em sala de aula.

A formação inicial e continuada propicia ao docente conhecimento sobre o objeto de ensino, os discentes e a relação entre ambos.

a) O Guia de Estudo Integrado

Analisamos, primeiramente, o Guia de Estudo Integrado. considerado um dos recursos mais utilizados pelos estudantes do Programa, uma vez que os discentes os utilizam durante a maioria das aulas das disciplinas. Na Figura 01, visualizamos a capa do Guia de Estudo Integrado:

Figura 01: O Guia de Estudo Integrado



Fonte: Guia Estudo do ProJovem Urbano (2012).

Observamos que a capa do Guia explicita representações sobre a prática da leitura por meio da figura de um adulto lendo jornal; sobre a prática da comunicação pela silhueta de uma mulher falando ao telefone; sobre a empregabilidade e oportunidades no mundo do trabalho pela imagem de um homem que, provavelmente, caminha para o espaço de trabalho. Ainda vemos as representações das ciências humanas e da natureza pela presença das figuras de um dinossauro (História), bússola (Geografia), DNA (Ciências) e uma régua (Matemática).

A capa desse Guia comunica princípios que devem orientar a vida de um jovem contemporâneo que a sociedade espera que esteja envolvido com a comunicação e a inclusão digital, a ciência e a inovação, as oportunidades e concorrência inerentes ao mercado de trabalho.

Durante o curso, os discentes recebem seis Guias de Estudos Integrados

que disseminam tal ideologia entre eles. Cada um corresponde a um período de três meses. O Guia de Estudo Integrado é um dos recursos didáticos utilizados pelos docentes e discentes do ProJovem Urbano e foi escrito para auxiliar o aluno nas aulas do Programa. Além de apresentar desafios com relação à compreensão de conteúdo, ele ajuda a localizar informações importantes para o estudo de cada Unidade Formativa.

A Unidade Formativa consiste na junção dos componentes curriculares Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Participação Cidadã e Informática. No Sumário, o discente encontra indicações dos tópicos abordados desses componentes curriculares e o número das páginas que iniciam cada um deles.

A denominação “Integrado” na capa do Guia está relacionada ao sentido de que as disciplinas estão juntas no mesmo Guia e, além disso, o tema principal é trabalhado em cada um dos seus componentes, por exemplo, um tema principal é trabalhado dentro dos conteúdos de língua Portuguesa e Ciências Humanas e é também usado para a realização de uma das atividades avaliativas, no final da unidade, a Síntese Integradora.

A questão da integração dessas disciplinas para a construção das Sínteses Integradoras nos leva a pensar na importância do currículo integrado. Nessa direção, Lotterman (2012, p. 01) destaca que

O Currículo Integrado faz parte de uma concepção de organização da aprendizagem que tem como finalidade oferecer uma educação que contemple todas as formas de conhecimento produzidas pela atividade humana. Trata-se de uma visão progressista de educação à medida que não separa o conhecimento acumulado pela humanidade na forma de conhecimento científico daquele adquirido pelos educandos no cotidiano das suas relações culturais e materiais. Por essa razão, possibilita uma abordagem da realidade como totalidade, permitindo um cenário favorável a que todos possam ampliar a sua leitura sobre o mundo e refletir sobre ele para transformá-lo no que julgarem necessário.

A questão da integração no ProJovem Urbano se confirma dentro das atividades realizadas em sala de aula, como nos mostra o exemplo retirado da primeira Unidade Formativa

Nesta primeira Unidade Formativa, que estamos chamando de **Juventude e Cultura**, seus estudos vão ter como assunto central as atividades, os conhecimentos, as ações, os sentimentos e as

crenças do ser humano. Isso tudo quer dizer Cultura! Cultura não significa apenas teatro, cinema, literatura, música erudita (muitos dizem música clássica), espetáculos de balé etc. Significa muito mais. Tudo que os seres humanos fazem em seu dia a dia, seu modo de viver, de trabalhar, de alimentar-se etc. é cultura. Todos os grupos humanos fazem cultura e todas as culturas são importantes. A cultura de sua comunidade é importante e você deve valorizá-la, sem desprezar as culturas de outros grupos. Todos são seres humanos e, portanto, têm cultura! Veja como você vai estudar esse tema nos diversos componentes do currículo. (SALGADO, 2012, p.12).

Podemos dizer que o tema principal correspondente a cada Unidade Formativa é considerado um “tema gerador” pelo fato de ser trabalhado por todos os docentes dentro de conteúdos de diferentes disciplinas. Para Freire (2014, p.131), “Os temas geradores podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular”. E, é justamente essa a ideia do geral para o particular que é desenvolvido nas Unidades Formativas a serem trabalhadas dentro de todas as disciplinas na dinâmica do ProJovem Urbano.

O referido Guia está organizado em seis volumes, um para cada unidade. Os volumes estão divididos em componentes curriculares caracterizados por cores como mostra o Quadro 6.

Quadro 06: Representação das disciplinas divididas por cores do Guia de Estudos

| DISCIPLINAS | CORES |
|----------------------|-------------|
| Ciências Humanas | Red |
| Matemática | Green |
| Ciências da Natureza | Blue |
| Informática | Purple |
| Língua portuguesa | Yellow |
| Inglês | Light Blue |
| Participação Cidadã | Light Green |

Fonte: Guia de Estudo: Unidade Formativa I, p. 08, 2012.

A utilização de cores ocorre com a intenção de facilitar para o docente e o discente a divisão das disciplinas, uma vez que estas vêm contidas no mesmo livro

de estudo. Pela divisão das cores, o docente e o discente encontram indicações dos tópicos abordados nos componentes curriculares e o número das páginas que inicia cada um deles. A abertura de cada componente é diferenciada por cor.

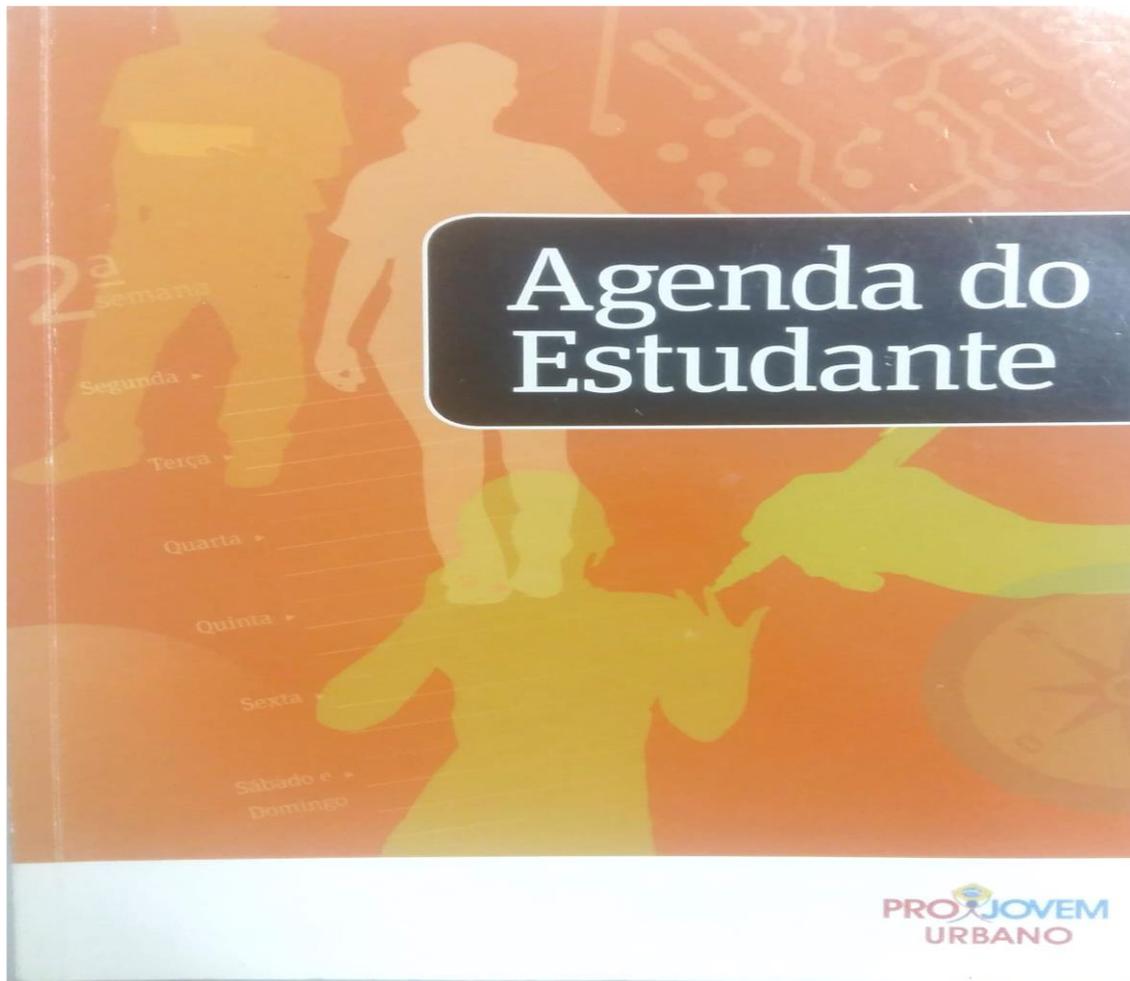
O Guia de Estudo, representa para os docentes do ProJovem Urbano, um material fundamental na formação continuada. As aulas referentes às disciplinas Ciências Humanas, Matemática, Ciências da Natureza, Informática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Participação Cidadã são planejadas durante a formação docente, seguindo os conteúdos referentes ao Guia de Estudo.

b) A Agenda do Estudante

Outro recurso utilizado na formação dos professores que atuam no ProJovem Urbano é a Agenda do Estudante. A agenda é um recurso didático utilizado pelos discentes para ajudá-los na organização das atividades diárias do Programa, mas o professor precisa conhecê-la porque é ele quem ajuda ao discente nas anotações da organização das atividades diárias.

Na Figura 02, visualizamos a Agenda que traz, em sua capa, representações de pessoas jovens interagindo com as tecnologias, como forma de representação de futuros profissionais na área de informática, presença de calendário, que contribui para que o discente perceba que é preciso organização do tempo e das tarefas do dia. O tempo pode ser distribuído entre o trabalho, o estudo, a família e o lazer.

Figura 02: Agenda do Estudante



Fonte: Agenda do Estudante do ProJovem Urbano (2012).

A Agenda é composta por 140 páginas divididas da seguinte forma: nas páginas de 1 a 23, o discente encontra informações sobre o ProJovem Urbano. Da página 20 a 24, o estudante anota os dados referentes ao seu núcleo como, por exemplo, endereço da escola, educadores e horários de aula e de atividades. Nas páginas 26 a 139, a agenda dispõe de um espaço para anotação dos planejamentos e tarefas semanais. Ao longo da agenda, são apresentadas dicas de estudo e reflexões sobre estratégias para alcançar os objetivos do ProJovem Urbano. Ainda na página 140 da agenda o discente encontra informações úteis e também o calendário do ano. A Agenda do Estudante representa a organização de atividades e o controle do tempo.

No que se trata da organização do tempo, leva em consideração o pouco tempo que o discente tem para realizar as atividades escolares diárias pelo fato de trabalharem durante o dia. O professor, na função de orientador, tem a papel de

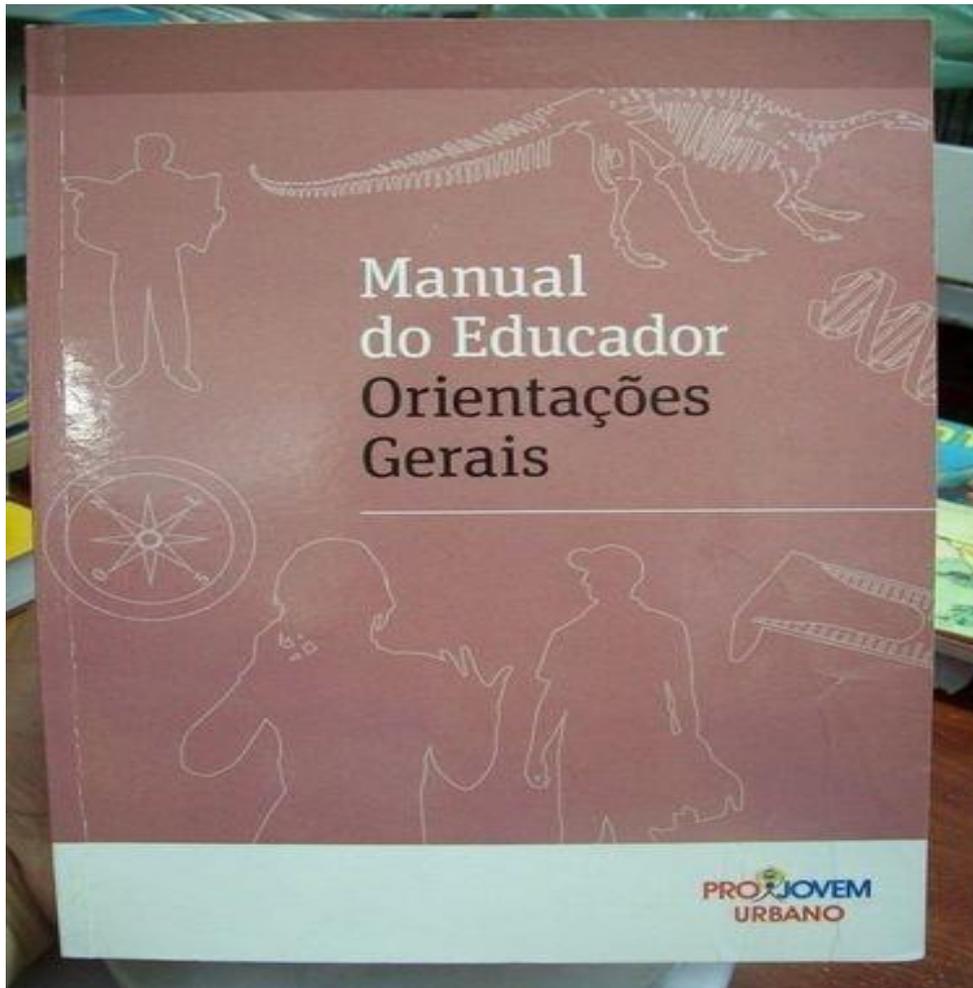
ajudar na utilização da agenda com o intuito de fazer com que o discente consiga utilizar o tempo necessário para a realização das atividades proporcionadas pelo ProJovem Urbano. As atividades do PLA, do POP, das demais aulas, da elaboração das Síntese Integradoras entre outras. Nesse contexto, por esses motivos, o professor precisa conhecer a agenda do estudante e discutir sobre essa temática também na formação docente do Programa.

c) Manual do Educador: orientações gerais

O Manual do Educador (Figura 03) oferece subsídios para a atuação docente preparando-o para as funções simultâneas de professor especialista e de professor orientador. Seu objetivo é ajudar o educador do ProJovem Urbano a se apropriar de informações gerais do Programa. A apropriação do Manual do Educador é fundamental porque nele o professor aprende sobre as orientações necessárias para o desenvolvimento do curso. O propósito do Manual é oferecer os subsídios para a atuação dos docentes preparando-os para as funções de professor orientador e professor especialista.

É também com base no Manual do Educador que o docente tem mais acesso a informações sobre outros aspectos como, por exemplo, a contextualização do Projovem Urbano, sobre o PPI, as finalidades do Programa, a seleção dos conteúdos curriculares, a proposta curricular, o detalhamento das Unidades Formativas, informações a respeito do acompanhamento do desempenho dos discentes, sobre o trabalho com textos específicos dos Guias de Estudo, bem como a respeito da formação continuada para os docentes do Programa. Em síntese, o Manual do Educador é um documento de fundamental importância para a atuação docente no Projovem Urbano.

Figura 03: Manual do Educador: orientações



Fonte: Manual do Educador Orientações Gerais ProJovem Urbano

O Manual está dividido em cinco capítulos. O primeiro traz informações sobre a gênese histórica do ProJovem Urbano 2012/13. Nesse capítulo, tem informações sobre o ProJovem original, o contexto histórico do ProJovem Urbano, o público alvo do programa, assim como sobre o esquema de Qualificação Profissional.

A segunda seção traz informações sobre o PPI, o currículo integrado, o significado de inclusão social, a proposta curricular do ProJovem urbano, as diretrizes curriculares, recurso de ensino e aprendizagem e avaliação.

Na terceira seção, são descritas orientações a respeito da formação básica dos docentes; descreve a função de professor especialista, a função de professor orientador da turma; orienta sobre as sínteses integradoras (redações), o ensino de informática, o acompanhamento do desempenho dos orientandos; e define os Educadores de Qualificação Profissional e Educadores de Participação Cidadã.

Os educadores de Qualificação Profissional são os responsáveis pelos cursos de Qualificação Profissional dos discentes. No ProJovem de Natal, RN, edição 2015/16, por exemplo, foi oferecido o curso de Operador de Micro, *Telemarketing*, *Help Desk* e assistente de vendas. Por outro lado, os docentes de Participação Cidadã são os responsáveis por elaborar um Plano de Ação juntamente com os discentes, para atuação social dos discentes, conforme a necessidade do bairro. Por exemplo, um plano de combate à violência no bairro, combate às drogas, orientação sobre gravidez na adolescência, ou seja, o projeto de elaboração do Plano de Ação vai depender da demanda de cada bairro.

A quarta seção, intitulada o ProJovem Urbano em Ação, são apresentados esclarecimentos acerca de como exercer a profissão de professor especialista e de como realizar o trabalho com os textos específicos presentes no Guia de Estudos. Há também considerações sobre o processo de ensino e aprendizagem dos diversos componentes curriculares: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Ainda, nesse capítulo, são feitas orientações sobre a organização pedagógica para o atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem. Para isso, são criadas estratégias de acompanhamento, como por exemplo, grupos de estudo formados segundo as necessidades evidenciadas pelos estudantes.

Outro ponto destacado no Manual do Educador são os Plantões Pedagógicos, que são momentos disponibilizados pelos Professores Orientadores (PO), para atender, mediante agendamento, a estudantes com diferentes tipos de dificuldades. Nesse sentido, nos Plantões Pedagógicos:

[...] o educador deve ter em mãos diferentes recursos oferecidos pelo curso ou previamente preparados junto com os colegas das diferentes disciplinas, com base nos resultados obtidos nas avaliações formativas. Os componentes curriculares nos quais os alunos apresentam maiores dificuldades, bem como os itens de prova mais errados pelos estudantes devem merecer maior atenção por parte dos professores e, para ele, devem ser preparados recursos e/ou leituras suplementares a serem utilizados durante as sessões. (SALGADO, 2012, p.132).

Durante os Plantões Pedagógicos, os discentes tiram suas dúvidas referentes ao conteúdo que está estudando. Os plantões são tempos/espacos disponibilizados pelos educadores para atender conforme a necessidade específica de cada discente. Nos plantões, os PO tiram dúvidas dos discentes sobre conteúdos que

sentem dificuldades, sobre dúvidas quanto aos horários das aulas, orientam aos discentes sobre como são feitas as avaliações, a quantidade de falta que podem ter durante o curso, sobre os horários de funcionamento da Coordenação do ProJovem, dentre outros aspectos.

O material complementar (apostila) para os plantões pedagógicos, preparado por professores de diferentes disciplinas contribui para que o trabalho dos docentes no ProJovem seja realizado de forma interdisciplinar, o que torna o Programa mais dinâmico. A esse respeito, Fazenda (2011, p. 34) destaca que

A interdisciplinaridade perpassa todos os elementos do conhecimento, pressupondo a integração entre eles. Porém, é errado concluir que ela é só isso. A interdisciplinaridade está marcada por movimento ininterrupto, criando ou recriando outros pontos para a discussão. Já na ideia de integração, apesar do seu valor, trabalha-se sempre com os mesmos pontos, sem a possibilidade de serem reinventados. Buscam-se novas combinações e aprofundamento sempre dentro de um mesmo grupo de informações.

Assim, com a interdisciplinaridade, os professores trocam experiências e buscam novas ideias que conduzem ao aprofundamento dos conteúdos integrando um maior número de informações. Trabalhar de forma interdisciplinar consiste em trocar conhecimentos e contribuir para que o professor trabalhe de forma integrada.

Compreender a interdisciplinaridade no ProJovem Urbano demanda a apreensão do princípio fundamental do Programa que é a integração entre formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã, objetivando a promoção da igualdade diante de direitos sociais, tais como educação e trabalho. No ProJovem Urbano, a interdisciplinaridade é vista

[...] como uma construção do aluno, que se faz com base em conhecimentos multidisciplinares. Ou seja, os jovens têm aulas de diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida. (BRASIL, 2008, p. 64).

A interdisciplinaridade ocorre de forma mais visível durante as construções das Sínteses Integradoras realizadas a cada quinze dias em sala de aula, nas quais os professores das diferentes disciplinas discutem um mesmo tema para o embasamento dos textos a serem construídos pelos estudantes.

Os temas devem ser sempre relacionados à realidade dos alunos, o que facilita a compreensão e a construção das redações. Entre exemplos de propostas de temas integradores, pode-se trabalhar com: Meu bairro, meu território; A violência urbana invade o dia a dia dos jovens?; Educação, trabalho e lazer ao alcance de todos?

Os temas são, no momento inicial, discutidos e planejados durante a formação continuada no grande grupo, ou seja, com todos os professores de todas as escolas juntamente com as professoras formadoras. Em seguida, os professores se reúnem por escolas e fazem um novo planejamento, com base no que foi realizado no grande grupo. Os temas integradores são desenvolvidos nas disciplinas dentro do conteúdo programático para cada disciplina. O momento final, é realizada a Síntese Integradora pelos discentes baseada nos temas estudados. Para trabalhar com esses temas, os professores planejam durante a formação continuada a metodologia que irão utilizar, escolhem os recursos didáticos que irão contribuir com a explanação de cada uma das temáticas. Algumas das vezes, foram convidados palestrantes para falar sobre determinados temas, como por exemplo, enfermeiros foram convidados para tratarem sobre doenças sexualmente transmissíveis; policias, para discorrerem sobre a violência e a questão das drogas nos bairros etc.

As trocas de experiências são fundamentais para um melhor rendimento dos alunos durante as aulas. Ao planejar suas aulas, o professor deve procurar motivar e oportunizar a incorporação das experiências, da história de vida dos alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, o professor pode refletir e planejar o futuro, se posicionar perante as desigualdades e exclusões produzidas na dinâmica da sociedade atual.

Além dos Plantões Pedagógicos, devemos fazer referência às oficinas de estudos complementares de Língua Portuguesa e de Matemática. Estas se destinam à superação de dificuldades de aprendizagem evidenciadas pelos jovens nas avaliações formativas, ao longo do ciclo de cada Guia de Estudo. Os jovens que devem ser encaminhados aos estudos complementares são os que obtiveram pontuação inferior a 50% do total distribuído no primeiro e no segundo ciclos (períodos).

O tema sobre a formação dos educadores é abordado no quinto capítulo do Manual do Educador. O referido capítulo está estruturado da seguinte forma:

primeiro, é feita uma discussão sobre a “Formação continuada e processo identitário do professor”; em seguida, o autor trata a respeito dos “Saberes necessários para atuar no ProJovem Urbano”.

Sobre formação continuada, o referido material didático traz a seguinte concepção

A formação continuada é aquela que nasce da prática e a ela retorna. É o saber criado pelo/no desempenho cotidiano de sua profissão. Não se confunde com reciclagem ou aperfeiçoamento, embora possa, complementarmente, lançar mão desses recursos. Sua característica distintiva consiste no afastamento crítico da prática para analisá-la à luz do projeto de ação profissional e ampliá-la ou aperfeiçoá-la por meio de leituras e debates. (BRASIL, 2012, p.144).

Com base na concepção do Manual do Educador, a formação continuada é um momento de troca de experiências sobre a prática pedagógica e de aperfeiçoamento de saberes que ocorrem por meio de leituras, debates sobre as temáticas propostas nos materiais didáticos além de discussão sobre a avaliação.

Segundo Freire (1996, p.43), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” Nesse contexto, a formação continuada possibilita ao docente refletir sobre como deve fazer para melhorar a prática em sala de aula.

Também sobre a prática discutida pelos docentes na formação continuada, de acordo com Rodrigues, Lima e Viana (2017, p.31),

O professor necessita ter ciência de que o seu saber não é totalizado e que os alunos trazem para a sala de aula saberes prévios. O que o professor precisa é saber que em sua prática é necessário explorar a bagagem do seu alunado, pois eles têm conhecimentos que precisam apenas ser aperfeiçoados, se propondo e se flexibilizando para modificar suas práticas metodológicas.

O conhecimento prévio em sala de aula é fundamental para o docente entender a realidade do discente e desenvolver sua aula com base nas experiências e nos conhecimentos prévios dos discentes.

Ao iniciar o capítulo, o autor faz uma reflexão acerca das possíveis dificuldades que os educadores podem apresentar, quando começarem a ministrar aulas no ProJovem, com relação às estratégias de ensino que são sugeridas pelo

Programa. Esses docentes necessitam de preparação para enfrentar as diversas mudanças no campo do ensino e da didática para jovens e adultos trabalhadores. Para Freire (1996, p. 39), “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Desse modo, o ProJovem dispõe de um modelo em que

[...] o ensino não é entendido como transmissão e acúmulo de informações – nem só o professor ensina e o estudante aprende, nem há ensino sem aprendizagem. Por sua vez, a aprendizagem é vista como construção ativa do estudante, na interação com seus professores e colegas. (SALGADO, 2012, p.135).

Assim, auxiliar aos alunos a definir metas, orientá-los a trabalharem em grupo e valorizar o aprendizado são pontos importantes na formação dos educadores do ProJovem Urbano. Durante o processo de formação, seja inicial ou continuado, o docente deve aprender a ser um pesquisador, buscar estratégias que valorizem o aprendizado dos discentes e possa viabilizar a troca de conhecimentos. Nessa perspectiva, Freire, (1996, p.32), afirma que ensinar exige pesquisa e que não existe pesquisa sem ensino, como podemos ver:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que – fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou enunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32).

A pesquisa e o ensino estão juntos, uma complementa o outro. O professor pesquisa para descobrir o que para ele é novo. Com a pesquisa, com as novas descobertas vai ajustando sua didática às novas exigências educacionais. O autor também destaca que “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa” (FREIRE, 199, p 39). A busca pelo novo é uma forma de deixar o professor ainda mais atualizado e, para isso, precisa instituir a cultura de mais pesquisa.

d) Caderno de Registro de Avaliação

O Caderno de Registro de avaliação é destinado ao professor para fazer as anotações das atividades e das avaliações realizadas pelos discentes. O referido

caderno (Figura 04) dispõe de fichas de acompanhamento de desempenho e de avaliação de aprendizagens dos alunos em cada ciclo.

Figura 04: Caderno de Registro de Avaliação



Fonte: Caderno de Avaliação do ProJovem Urbano (2012)

O objetivo das fichas de avaliação é fazer uma avaliação contínua da prática pedagógica. As fichas são:

[...] o ponto de partida para a reflexão sobre os resultados obtidos e indicam pontos positivos ou negativos relacionados à aprendizagem dos alunos, ao recurso pedagógico, às atividades desenvolvidas pelos cursistas e pelos professores e ao desenvolvimento do planejamento feito pela equipe do núcleo. Essas informações direcionam as intervenções que se fazem necessárias durante o processo, de modo a orientar os alunos em suas dificuldades específicas. (BRASIL, 2012, p.03)

Desse modo, as fichas são utilizadas para fazer a sistematização dos

registros das avaliações dos discentes. Com base nos registros feitos com o preenchimento dessas fichas, o docente percebe as dificuldades, problemas ou deficiências no processo de aprendizagem dos alunos. Vale destacar que o preenchimento das fichas é compartilhado por todos os educadores de cada núcleo.

É importante compreender que a avaliação no processo de ensino não deve levar o discente ao medo de ser avaliado e à evasão escolar. O processo avaliativo deve ser conduzido de maneira adequada, como algo positivo na aprendizagem do discente. Nesse contexto, o autor a seguir discorre sobre avaliação destacando que:

Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem consequências na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino. (LUCKESI, 2011, p.101).

A avaliação deve ser compreendida como um processo utilizado para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, de possibilitar uma melhor qualificação da aprendizagem do educando. Neste sentido, Hoffman (2014, p.22) diz que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre ação”. A avaliação não consiste somente em aplicar provas e dar notas, avaliar vai muito mais além, busca compreender as facilidades e dificuldades de assimilação dos conteúdos pelos alunos.

Nesse contexto, de acordo com Severino (2013) a avaliação

[...] deve ser vista e vivenciada como momento de análise e reflexão para identificar dificuldades e obstáculos, para contextualizar sucessos e insucessos na aprendizagem e para que sejam lançados novos pontos de partida para a reorientação de ações futuras na interação com os processos de estudo e aprendizagem. (SEVERINO 2013, p.271).

O processo avaliativo, mesmo sendo considerado um momento de análise e reflexão, é, na maioria das vezes, pouco compreendido pelos discentes como tal. Em consequência, é difícil para o docente convencer os discentes de que esses momentos são fundamentais para a sua formação. Além disso, é fundamental que o professor articule essa fase do processo de ensino e de aprendizagem com bastante coerência. O referido autor destaca ainda, em sua discussão sobre o que

se espera da prática avaliativa, algo que o docente e discente precisam compreender e vivenciar juntos. Nessa perspectiva,

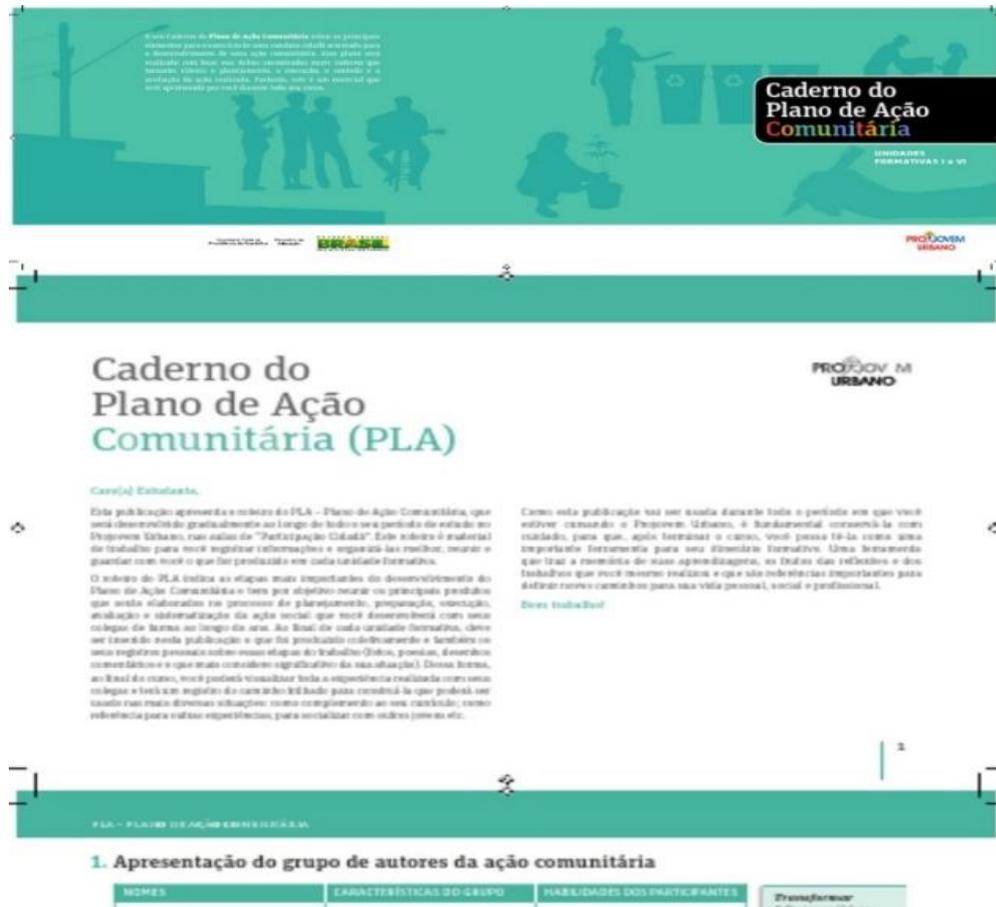
Espera-se, pois, da prática avaliativa que o professor informe o aluno, o esclareça, o encoraje, orientando-o no prosseguimento de sua caminhada de aprendiz. Quaisquer que sejam as modalidades de tarefas passadas aos alunos, é preciso que haja orientação clara a respeito do que se está sendo esperado e avaliado, fornecendo-lhes diretrizes técnicas para a realização dessas tarefas. Mas na realização dessas tarefas, o que deve ser privilegiado e considerado na avaliação é a efetiva demonstração de habilidades de compreensão, de criação, de invenção. Nunca demandar apenas a capacidade de memorização e de reprodução mecânica. Trata-se de pôr em ação a inteligência do aprendiz mais que sua memória. (SEVERINO, 2013, p.272).

Com base nessas experiências, é importante entender como deve ocorrer o processo avaliativo no processo ensino-aprendizagem e, principalmente, compreender que a avaliação não deve ser direcionada apenas para a capacidade de memorização, é preciso haver uma reflexão crítica e coerente, que privilegie o exercício da inteligência.

e) Caderno do Plano de Ação Comunitária

Com o Caderno do Plano de Ação Comunitária os discentes são orientados, por exemplo, a refletir sobre o sentido da participação cidadã, a contribuir para o reconhecimento de seus direitos e deveres de cidadania e promover a participação na vida pública. Na Figura 05, podemos observar a capa do Caderno do Plano de Ação Comunitária (PLA).

Figura 05: Caderno do Plano de Ação Comunitária



Fonte: Caderno de Plano de Ação Comunitário ProJovem Urbano (2012).

Observamos que a capa do Caderno de Plano de Ação Comunitária explicita representações sobre a prática de ações desenvolvidas fora da escola. A representação gráfica tenta mostrar situações em que um grupo de discentes é representado cantando, plantando árvores e separando o lixo na comunidade em que vive. São ações comunitárias socioeducativas propostas para serem realizadas durante as aulas, com o objetivo de sensibilizar os jovens para os problemas sociais de sua comunidade levando-os a refletirem sobre suas ações.

Essas representações na capa do livro significam que o PLA é o espaço de se trabalhar com a interdisciplinaridade. As ações do PLA promovem uma integração de conteúdos da Educação Básica na ação, agregada à realidade do jovem, e ao mesmo tempo, apresentam-se como espaço em que o Programa interage com a comunidade por meio das experiências práticas de atuação social dos jovens na realidade local.

Portanto, o Plano de Ação Comunitária (PLA) é outro importante instrumento de integração do currículo do ProJovem Urbano, que deve ser elaborado,

desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. Para a realização do Plano de Ação Comunitária, o docente da disciplina precisa elaborar um plano que interligue os objetivos, os conteúdos e as metas que pretende atingir com os discentes, a comunidade escolar e o Programa. Sobre essa coerência do plano de ensino, Severino (2013) afirma que ele

Deve ser a expressão de uma proposta pedagógica que dê uma visão integral do curso pensado com vistas ao desenvolvimento do aluno mediado pelos processos de aprendizagem. Além de constituir o roteiro do trabalho docente e da caminhada do aluno, ele deve mediar a proposta educativa visada pelo curso em geral e pela disciplina em particular. Daí a importância que tem a justificativa para alicerçar as programações. (SEVERINO, 2013, p.262).

Nesse sentido, o planejamento consiste na tomada de decisões sobre as ações que deverão ser desenvolvidas durante o curso. O planejamento de conteúdos em uma escola é uma tarefa que deve envolver tanto docentes quanto diretores e coordenadores pedagógicos, uma ação que envolve os profissionais pertencentes à escola.

É no planejamento escolar que colocamos tudo que achamos necessário para ter uma boa aula, desde atividades a materiais que norteiam e ajudam o professor com as aulas, plano de escolas e planos de ensino nos quais são fundamentais a objetividade, a coerência e a flexibilidade. O planejamento escolar tem grande importância no andamento das práticas pedagógicas, visando melhorias na educação. Para isso, é necessário que o docente esteja aberto a novos conhecimentos que possibilitem inovar suas práticas pedagógicas.

Segundo Libâneo (2017, p. 245) o planejamento escolar é

Uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. (LIBÂNEO, 2017, p. 245).

Nesse contexto, as ações planejadas pelo docente do PLA são iniciadas pela construção de um mapa de desafios da comunidade, realizado com os discentes do ProJovem, no bairro em que estudam, justamente pelo fato de que se exige o

conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, buscando contextualizar e atribuir sentido aos conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo, quer os de Formação Básica, quer os de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã.

Para Zabala (1998), o planejamento escolar apresenta-se como essencial para a materialização da prática educativa, principalmente, a prática docente que se estabelece em contexto pedagógico, porque intencional e que busca alcançar objetivos específicos com relação à formação humana de sujeitos. Em acordo com a perspectiva de Zabala (1998), o PLA articula a sequência de conteúdo com a realidade de cada comunidade que recebe o ProJovem Urbano.

Outro aspecto tratado no PLA, conforme o PPI (2008) implica na experiência de trabalho cooperativo e de responsabilidade solidária com o grupo, essenciais para a formação de um jovem que se importa em participar de alguma mudança na sociedade em que vive.

É no ato de planejar que colocamos tudo que achamos necessário para ter uma aula exitosa, ou seja, contribuir na promoção de aprendizagens. A prática do planejamento de ensino envolve desde a seleção de atividades a materiais acertados, capazes de nortear o professor para efetivação das aulas. Como resultado do planejamento, temos a sistematização de diversos níveis de plano, tais como, planos escolares, planos de ensino de uma disciplina, planos de aula, nos quais são fundamentais a objetividade, a coerência e a flexibilização.

f) Guia de Estudo da Formação Técnica Geral

O Guia de Estudo da Formação Técnica Geral é um dos materiais do ProJovem Urbano utilizado, especificamente pelo docente da disciplina de Qualificação Profissional e os discentes. O referido Guia contribui nas orientações sobre a Qualificação Profissional do Programa. Tem a intenção de preparar os jovens para atuar no mundo do trabalho com base na Formação Técnica Geral e dos Arcos Ocupacionais (cursos).

Embora estando proposto no referido material que a Qualificação do Programa tem a intenção de preparar o jovem para o mundo do trabalho, compreende-se que essa formação deveria ser um pouco mais aprofundada no sentido de que uma formação para o mundo do trabalho deve abranger um

universo de saberes científicos e tecnológicos de formação para vida.

Nesse contexto, o Documento Base do PROEJA (2007, p. 14) afirma que

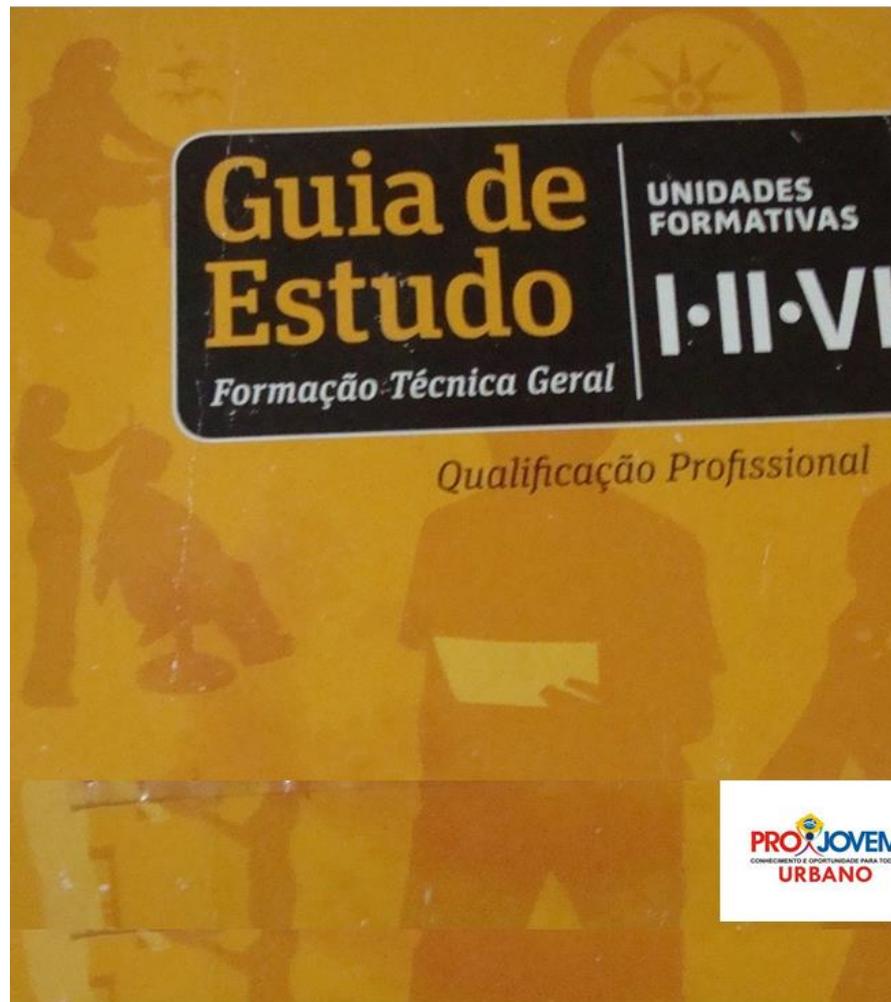
A formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macroeconomia — como a estabilização e a retomada do crescimento em curso — mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica.

Com base no referido documento, a formação humana contribui para a compreensão de alguns elementos necessários para uma formação não mecânica, que abranja a questão da macroeconomia, a inclusão social e aspectos intelectuais reflexivos dos discentes.

Em se tratando da classe operária, a escola pública, na maioria das vezes, apresenta dificuldades em assegurar uma formação humana e integral ou que permita a continuidade dos os estudos na educação superior. Segundo o mesmo documento, muitas vezes, essas impossibilidades não são inerentes ao sistema de ensino, mas a uma série de determinantes sociais e econômicos que reforçam as condições de desfavorecidos com que os jovens se defrontam cotidianamente. Assim, em se tratando do Projovem Urbano, pode-se considerar também a não concretização da formação humana. Em continuação à análise do referido Guia, percebe-se também que na capa, existe a presença de imagens que representam algumas profissões, como por exemplo, a figura de um cabeleireiro, de um jardineiro, dentre outras profissões.

Essas figuras representam profissões que geralmente regem a lógica do mercado de trabalho, de que o discente necessita de uma capacitação para atender às necessidades das empresas e não uma realização pessoal e profissional, indo de encontro à lógica do que propõe a formação humana e integral.

Figura 06: Guia de Estudo da Formação Técnica Geral



Fonte: Guia de Estudo (2012).

Formação Técnica Geral (FTG) é dividida da seguinte forma:

No primeiro ciclo (UF-I) o tema foi Juventude e cultura. Neste primeiro ciclo, foram trabalhados os tópicos: a FTG, mobilidade de trabalho. Na UF II, cujo tema foi Juventude e cidade, foram abordados os tópicos: atividades econômicas na cidade, organização do trabalho, o trabalho e seus resultados. O livro traz discussões sobre o trabalho na sociedade contemporânea, abordando questões como, os significados do trabalho para a juventude; as mudanças nas relações de trabalho; educação e trabalho; etc. São discussões que poderiam ser tratadas de maneira mais detalhada, para que os discentes ampliassem um pouco mais a visão sobre o conceito de trabalho.

Saviani (2003, p. 132), ao discutir sobre “o choque teórico da politecnicidade”, diz o que define o trabalho. Para esse autor, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho.

O homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência. É o que diferencia o homem dos animais: os animais têm sua existência garantida pela natureza e, por consequência, eles se adaptam à natureza. O homem tem de fazer o contrário: ele se constitui no momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo mais suficiente adaptar-se à natureza. Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la.

Compreende-se, com base nessas ideias, que o trabalho é uma ação transformadora. O homem tem a necessidade dessa transformação para alcançar um objetivo que é a sobrevivência. Ainda com base nesse entendimento, o autor acrescenta que

Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho – isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência –, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens. Através desta atividade, o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar do tempo. (SAVIANI, 2003, p.133).

Nesse contexto, considerando que é com base na atividade do trabalho que o homem constrói as condições de sua existência, esse deverá ser realizado de forma humana, proporcione ao trabalhador uma sociedade justa e igualitária.

No segundo ciclo, a UF III o tema discutido foi juventude e trabalho e os tópicos apresentados foram: o processo de trabalho, planejamento, programação e controle da produção. O tema da UF IV foi juventude e comunicação, os tópicos estudados foram: outras possibilidades de trabalho, comunicação e trabalho.

Além disso, no Guia de Estudos do Aluno (FTG e Arcos), o discente estuda sobre questões de produção textual, como linguagem adequada, cuidadosa apresentação estética, textos curtos, diretos e de fácil compreensão, fazem atividades que incorporam suas experiências propiciam desenvolvimento de capacidades cognitivas. Além disso, existem propostas de atividades em sala de aula, em laboratórios e extraclasse.

Na formação continuada para docente, o Guia de Estudo é importante para a realização do planejamento das aulas no Projovem Urbano. Os docentes reúnem-se com regularidade para estudar teorias, procedimentos didático-metodológicos, socializar experiências e conhecimentos construídos e discutir problemas pedagógicos, tudo isso, com base do Guia de Estudo.

g) Guia de Estudo Arco Ocupacional

Em um dos Arcos Ocupacionais, o jovem estudará sobre TELEMÁTICA, evidenciando as ocupações de Operador de microcomputador, Helpdesk, Telemarketing (vendas), Assistente de vendas (informática e celulares). Essa variedade de ocupações certamente apontará para um leque de alternativas de continuidade da sua formação profissional e aumentará as possibilidades de sua inserção no mundo do trabalho.

A capa do Guia de Estudo Arco Ocupacional Telemática traz as figuras de algumas ferramentas de trabalho que representam o referido curso. A representação de pessoas em locais de trabalho utilizando materiais como fones de ouvido, computador, telefone, cadeira e chaves de fenda.

de um profissional de helpdesk, uso do software na manutenção.

No terceiro capítulo, intitulado “Telemarketing (vendas)”. Os discentes terão conhecimento sobre telemarketing, equipamentos usados em telemarketing, a ocupação e tipos de atendimento e os cuidados em um atendimento. No último capítulo, “Assistente de Vendas (informática e celulares)”, terão conhecimentos sobre motivação, como realizar uma venda e orientações sobre os produtos.

Ao analisar os materiais didáticos específicos do Programa, identificou-se que todos são importantes para a formação dos discentes e para os docentes, são considerados pelos professores como materiais didáticos pedagógicos fundamentais para o desenvolvimento das aulas.

Esses recursos didáticos são utilizados nos procedimentos de ensino visando a estimulação dos discentes e a aproximação com os conteúdos didáticos. Os materiais didáticos do ProJovem foram elaborados especificamente para atender às necessidades do Programa.

Vale salientar que os materiais didáticos, por mais bem produzidos que sejam, não garantem a qualidade do ensino e a aprendizagem do discente. Sobre isso, Olga (2009, p. 23) destaca que

É importante lembrar que nenhum material didático pode, por mais bem elaborado que seja, garantir, por si só, a qualidade e a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Eles cumprem a função de mediação e não podem ser utilizados como se fossem começo, meio e fim de um processo didático.

Mesmo que os materiais didáticos sejam bem elaborados, são considerados apenas como uma forma de mediação no processo didático, não pode ser utilizado como a única forma de ensino e aprendizagem. O uso de materiais didáticos estabelece oportunidade que proporciona uma participação mais ativa dos alunos durante as aulas.

4 FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJovem URBANO NATAL/RN: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

A temática formação docente apresenta-se como discussão pertinente na agenda das instituições de ensino. É importante compreender que ninguém se torna professor de repente ou, no momento em que entra pela primeira vez numa sala de aula, começa com essa formação. Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é discorrer sobre a formação docente no ProJovem Urbano: reflexões sobre a prática. É uma seção dedicada a tratar sobre as concepções sobre formação docente na perspectiva inicial e continuada no contexto do referido Programa, com base na análise das informações fornecidas pelos participantes da pesquisa.

A formação inicial do ProJovem Urbano ocorreu no CEMURE em Natal/RN, com duração de uma semana nos turnos manhã e tarde. A referida formação teve por objetivo apresentar ao docente que, ao ser inserido no Programa, precisou conhecer o funcionamento, a metodologia, a gênese histórica do ProJovem Urbano por meio da apropriação de seus recursos didáticos.

Além disso, com base na formação inicial, ocorre o processo de conhecimento de iniciação do docente que começa a atuar no Programa, pois é uma dinâmica diferente da dinâmica existente para os docentes que trabalham no ensino fundamental “regular” com discentes de 7 a 12 anos, por exemplo. No ProJovem Urbano, o docente trabalha com jovens e adultos de 18 a 29 anos e, portanto, deve compreender, já no início das suas atividades no Programa, dentre outros aspectos, qual é a carga horária das aulas, como funcionam as formações continuadas, que materiais didáticos serão utilizados nas aulas, a metodologia aplicada, de que maneira acontecem as avaliações e planejamentos das aulas,—e, ao mesmo tempo, conhecer o perfil do jovem atendido pelo Programa.

Também é objetivo da formação inicial discutir a proposta curricular, os objetivos gerais, a gestão do Programa a nível nacional e local; entender como funciona o sistema de pontos para as avaliações, quais são as estratégias dinamizadoras comuns às funções destinadas aos professores especialistas e professores orientadores. Todos esses pontos apresentados na formação inicial, são discutidos detalhadamente no decorrer dos encontros das formações continuadas. Assim, percebe-se que o intuito da formação inicial é mostrar como funciona o

ProJovem Urbano, enquanto a formação continuada permite uma formação mais específica em relação à atuação dos professores no Programa.

A formação inicial no ProJovem Urbano Natal/RN realizada durante o período de 2015/2016, nesse sentido, foi bastante pertinente, uma vez que contribuiu com momentos em que ocorreram a apresentação do Programa ao docente e sua dinâmica de funcionamento.

4.1 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO NO PROJOVEM URBANO NATAL/RN

Com base nas informações presentes nos questionários utilizados na pesquisa, observamos que, no que se trata da categoria formação docente e currículo, os 7 (sete) professores participantes definiram a formação docente como algo que contribuiu de maneira positiva para sua formação acadêmica e que as discussões realizadas durante essa formação no Programa foram importantes para eles.

Nessa perspectiva, os Professores denominados de P1, (Professor 1) P3, (Professor 3), P4 (Professor 4) e P5 (Professor 5) compreende a formação docente como:

a) processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que promova aprendizagens significativas;

b) busca de formação continuada;

c) aprimoramento das práticas de ensino e de aprendizagem;

d) apropriação de novas metodologias que possa contribuir no processo de ensino e aprendizagem do discente.

P2 escreveu que a formação docente funciona como aporte que proporciona aos participantes vivenciarem situações de corresponsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência. Segundo esse professor, ela visa promover a integração entre os participantes, objetivando o

trabalho coletivo como forma ideal de desenvolver o Projeto Político Pedagógico do Programa.

P6 relacionou a formação ao exercício pedagógico entre professores e gestores, cujo fazer pedagógico esteja relacionado à formação continuada dos profissionais alicerçando-os em fundamentação teórica consistente, associadas entre a teoria e prática. Essa formação é importante porque os professores examinam aspectos comuns em cada disciplina, partilham também experiências, além de propor estratégias com finalidade de sanar dificuldades do ensino e aprendizagem.

A formação docente contribuiu, nesse sentido, conforme as respostas dos docentes, para o aprimoramento de saberes e para a ampliação de conhecimentos entre os docentes inseridos no Programa. Esses conhecimentos foram compartilhados em vários momentos da formação docente, a partir da reflexão sobre as experiências da prática pedagógica, levando-os, dessa forma, a um aprender interativo.

A formação docente na concepção dos professores do ProJovem Urbano proporciona uma dinâmica que envolve o trabalho coletivo, situações pedagógicas que propiciam aprendizagem que contribuem na construção da participação cidadã dos jovens e que fomentem o exercício da democracia. Na formação continuada, predominam momentos de discussão e de encaminhamento em relação aos problemas e às questões do cotidiano e da sala de aula do Programa.

Nas escritas dos professores, ainda percebemos, na concepção deles, que a formação docente é um momento em que as experiências são partilhadas. Na formação do ProJovem Urbano, o docente compreende que é preciso considerar as diferentes dimensões propostas pelo Programa. A formação docente proporciona uma mediação entre os estudantes e os conhecimentos, além de uma mediação para a construção da interdisciplinaridade estabelecendo uma inter-relação dos conhecimentos teóricos, práticos, sociais e emocionais.

Com base nas respostas presentes nos questionários, também percebemos que a formação docente se apresenta como oportunidade para ampliação de conhecimentos entre os docentes do ProJovem Urbano, ou mesmo, ao aprimoramento dos saberes docentes sobre o Programa.

Essa discussão sobre os saberes docentes está presente em autores que já solidificaram uma posição por demais significativa no campo educacional brasileiro

pela sua vasta produção na temática em questão, dentre eles, citamos Maurice Tardif (2014) para quem

[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. (TARDIF, 2014, p. 36).

Diante disso, entendemos que os saberes docentes vão além da partilha de conhecimentos já construídos. São saberes oriundos de diversos saberes, um saber não exatamente só científico, mas prático que está ligado à ação que o professor produz.

Os saberes docentes, para Pimenta (1999, p. 29), são necessários ao ensino, devem ser reelaborados e construídos pelos professores “em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares”. O confronto citado pela autora significa que deve haver entre os docentes um processo coletivo de troca de experiências. Esse fato pode levar os docentes a construir seus saberes necessários com base em uma reflexão na prática e sobre a prática.

A esse respeito, identificamos nas respostas dos professores que a formação docente funciona com um aporte, ou seja, um subsídio, uma contribuição para a formação profissional, um espaço em que se estudam métodos de ensino e aprendizagem a serem trabalhados em sala de aula.

A esse respeito, Tardif (2014, p. 43) ainda afirma que “só saber alguma coisa não é o suficiente, é preciso saber ensinar”. Com base nessas ideias, entendemos que a formação docente será sempre uma temática atual nas instituições escolares por ser algo que envolve diversas questões relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, a formação docente deve ser vista como uma forma de melhorar a prática docente, pois é um momento em que o profissional discute a sua prática pedagógica, como, por exemplo, questões metodológicas, o ato do planejamento, como tratar os conteúdos programados de acordo com a realidade dos discentes, dentre outras. A troca de experiências entre os docentes nos

mostram que o professor não atua sozinho, as experiências dos demais docentes constitui um momento rico e que deve ser compartilhado.

Contudo, apresenta-se como importante também fazer uma reflexão no intuito de avaliar até que ponto ocorre domínio de saberes considerados necessários à formação docente, como por exemplo, saber como o currículo do curso contribui para a integração dos conhecimentos e para a aprendizagem de forma articulada aos demais componentes curriculares.

Dentro dessa perspectiva, no que diz respeito à atividade docente, Tardif (2004, p. 49) destaca a importância do trabalho em conjunto, e o fato de que raramente o professor atua sozinho. O professor atua em interação com outros docentes

O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes, que são passíveis de interpretação e decisão que possuem geralmente, um caráter de urgência.

Concordamos que a atividade docente é realizada de forma interativa, de forma que existe a participação de todos os envolvidos, docentes, coordenadores, direção e discentes com o intuito de contribuir com a aprendizagem dos discentes. Além disso, o trabalho do professor exige que ele também tenha uma formação crítica e que compreenda o significado entre teoria e prática.

Ainda, no exercício da docência, o professor precisa ser crítico. Ser crítico implica em refletir sobre questões relacionadas ao saber fazer, saber explicar o que faz, pensar e avaliar o que vem fazendo em sala de aula. Isso permite ao docente ter um olhar mais atencioso e comprometido com sua prática pedagógica. O professor vai, com tempo, criando autonomia sobre sua prática.

Essa reflexão possibilita ao docente identificar as possíveis falhas, as possibilidades de uma melhor compreensão de sua atuação docente proporcionando-lhe uma formação crítica. Nessa direção, Veiga (2002, p. 83) apresenta a seguinte concepção

A formação do professor desenvolve-se na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora, o que requer: [...] unidade entre teoria e prática. Isso significa que a relação teoria/prática perpassa todo o processo de formação e não apenas a prática de ensino em uma visão finalista. A formação tem como fundamento básico o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como meio de produção de conhecimentos e intervenção na prática social e especificamente na prática pedagógica [...]. Buscar a unidade da teoria e da prática torna a instituição educativa um foco do processo de ação–reflexão–ação, convertendo a formação em um processo de diálogo que procura reconfigurar saberes.

Nessa perspectiva, durante o processo de formação docente, é importante que se discutam conceitos que tenham uma integração entre a teoria e a prática educativa. Por exemplo, tratar conceitos relacionados ao cotidiano dos discentes, para que eles encontrem um maior sentido em relação ao que estão estudando e ao que vivenciam. Questões como, em que lugar vivem os estudantes, como fazem para chegar até a escola e se trabalham precisam ser analisadas, em especial, se os docentes trabalham no ProJovem Urbano, pelo fato de esses discentes exigirem mais de atenção por serem alunos jovens e adultos trabalhadores, na faixa etária entre 18 e 29 anos, a maioria chefes de família, com filhos desde a adolescência.

Assim, no momento da atuação em sala de aula, o professor vai entender um pouco da vida dos discentes e, conseqüentemente, adequar o conteúdo a essa realidade. Nesse sentido, o momento da formação inicial e continuada no Programa contribui para a troca de experiências sobre esse público alvo e, conseqüentemente, realizar um planejamento adequado das práticas de ensino e de aprendizagem.

A seguir, sintetizamos por meio de um esquema as concepções apresentadas pelos professores do Projovem Urbano sobre Formação Docente:

Figura 08: Esquema Concepções sobre Formação Docente



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da pesquisadora. (2019)

Sobre a discussão da organização curricular no contexto da formação docente no ProJovem Urbano, apenas um dos sete docentes respondeu que não ocorreu. Essa opinião, diversa das demais, foi a do P2, afirmou

As discussões da organização curricular do ProJovem Urbano ocorreram a nível nacional quando o programa foi criado em 2005, no âmbito da Secretaria da Juventude na Presidência da República. Na formação de professores do Programa, a organização curricular é socializada com os professores na primeira etapa da formação proposta pelo Programa, que é a formação inicial, nela os professores se apropriam do Projeto político Integrado – PPI que contempla a organização currículo integrado, uma vez que o mesmo é de fundamental importância para o desenvolvimento do Programa. (P2, Questionário).

É perceptível, na resposta de P2, a citação do termo Currículo Integrado como sendo fundamental para o desenvolvimento do Programa. Os demais participantes P1, P3, P4, P5 e P6 também compreendem a discussão do currículo como sendo necessária à formação docente, sem apresentar uma conceituação. O P7 trouxe uma concepção aproximada da integração discutida no campo da Educação Profissional quando apresenta o currículo do ProJovem como possibilidade para integrar Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Quanto ao Currículo Integrado, Tavares, Azevedo, Silva e Medeiros (2016) afirmam que

O Currículo Integrado é uma tentativa de possibilitar aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos e culturais da humanidade, para que possam ter acesso a espaços para o desenvolvimento da experimentação e das práticas de estudo e investigação. [...]. Daí se afirmar que um ensino que pretende formar um profissional crítico, que seja capaz de refletir sobre sua condição social e particular das lutas em favor dos interesses da coletividade, característica plena do que resulta um Currículo Integrado, seja o seu diferencial em relação aos projetos vinculados aos interesses de mercado. (TAVARES; AZEVEDO; SILVA, MEDEIROS, 2016, p.173).

Diante desses apontamentos, compreendemos que a proposta do currículo integrado fortalece a defesa de que os estudantes tenham uma visão mais ampla a respeito dos conhecimentos científicos e culturais da humanidade. O currículo Integrado mostra-se como uma opção educativa que permite uma efetiva integração entre ensino e prática profissional.

De acordo com o Manual do Educador (BRASIL, 2014, p. 27), a Formação Básica responde pelo direito subjetivo de todos os cidadãos à Educação pelo dever do Estado de oferecê-la com qualidade. Quanto à Qualificação Profissional, a proposta do Programa é oferecer ao jovem uma qualificação inicial, sem chegar à profissionalização completa.

Nessa formação inicial, o jovem tem a oportunidade de desenvolver suas aptidões profissionais proporcionando-lhe novas oportunidades e escolhas no mundo do trabalho. Por fim, a Participação Cidadã é uma dimensão essencial do Currículo Integrado permitindo a realização de trabalhos coletivos e associados a outros componentes curriculares, conforme explicitamos na Figura 9.

Figura 09: Dimensões do Currículo Integrado do ProJovem Urbano



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da pesquisadora (2019).

No esquema acima, podemos compreender como ocorre a formação do currículo integrado do ProJovem Urbano. O referido currículo é composto pelas dimensões, Formação básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Na concepção de (MACHADO, 2010, p. 94),

Currículos Integrados são oportunidades riquíssimas para explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos alunos, para realizar o objetivo da educação integral.)

O currículo integrado, na concepção da autora, oferece oportunidades e técnicas para desenvolver as multidimensionalidades existenciais no processo educativo, contribuindo, assim, com a aprendizagem dos discentes. Ainda conforme a autora, o currículo integrado “não é algo estático vinculado somente a conhecimentos que se deseja transmitir. Envolve, também, práticas políticas e administrativas, condições estruturais, materiais e formação dos educadores”. (MACHADO, 2010, p.92), O currículo integrado não está baseado em transmissão de conhecimentos, existem outros fatores que são fundamentais para a materialização

da integração, como o envolvimento da escola e a formação dos docentes. O objetivo está na experimentação de hipóteses de trabalho e propostas de ação didática envolvendo a abordagem relacional dos conteúdos, a exploração de potencialidades multidimensionais da educação com o intuito de desenvolver capacidades de pensar, sentir e agir dos docentes e discentes.

Em síntese, seis dos professores acreditam que existe a discussão sobre a organização curricular do ProJovem Urbano durante a formação docente, no entanto, não apresentaram uma definição sobre currículo integrado. Sobre essa questão, apenas um docente informou não haver a discussão na formação, pelo fato de ter ocorrido, segundo ele, no momento da criação do Programa a nível nacional, em 2005.

Abordamos a concepção de currículo integrado como sendo um tipo de organização curricular. Mas o que denominamos de currículo? De acordo com Sacristán (1998, p. 125),

O termo currículo provém da palavra latina *currere*, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado e, por derivação, a sua representação ou apresentação. A escolaridade é um percurso para os alunos/as, e o currículo é o seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade.

Assim, currículo, para o autor, significa percurso, guia que orienta e organiza um processo escolar, indo além da concepção restritiva da composição de disciplinas ou de conteúdos. Numa visão mais ampliada, no contexto do ProJovem, defendemos que o currículo é junção de diferentes ações, tais como a apropriação e utilização do material didático e a metodologia utilizada pelos professores, incluindo as sínteses integradoras.

A pesquisa esteve preocupada também em refletir se a formação continuada para professores que atuam no ProJovem Urbano abarca os subsídios necessários para atingir as finalidades do Programa. Sobre essa questão, os sete participantes responderam afirmativamente, embora, mais da metade deles não tenham conseguido justificar as respostas apresentadas.

A seguir, apresentamos exemplos das justificativas dos professores sobre tal questão.

Sim. [...] as informações utilizadas na formação continuada são significativas para os professores, ajudando-os na melhoria da aprendizagem. (P1, Questionário);

Sim. [...] as informações possibilitam aos professores que atuam no ProJovem Urbano compreenderem o Projeto Político Integrado – PPI. (P2, Questionário);

Sim, pois a mesma possibilita que os professores que atuam no ProJovem Urbano compreendam o Projeto Político Integrado – PPP do referido programa e o desenvolva em cada núcleo (escola sede do Programa). É importante mencionar que esta formação contempla também o planejamento integrado entre os professores de cada núcleo, possibilitando que os mesmos utilizem os subsídios recebidos na formação na construção do seu planejamento quinzenal para as disciplinas específicas e do tema integrador que será desenvolvido com os discentes, atingindo assim a concepção do referido Programa, que está pautada na educação integral, ou seja, a interdimencionalidade e a interdisciplinaridade”. (P4, Questionário);

Sim. As informações apresentadas durante a formação continuada são sobre os temas a serem desenvolvidos nas aulas, os métodos a serem utilizados para desenvolver tais aulas, os recursos que poderão ser usados, dentre outros pontos, tudo isso com base no currículo do ProJovem Urbano abarcando dessa forma, os subsídios necessários para atingir as finalidades do Programa em questão”. (P7, Questionário).

Nesse sentido, percebemos que as justificativas apresentadas se relacionam diretamente com a compreensão da metodologia específica do Programa e a utilização adequada dos recursos didáticos para melhorar a aprendizagem; e com a compreensão do Projeto Político Integrado, articulado a ações integradas de planejamento, objetivando uma educação integral com o exercício da interdimencionalidade e a interdisciplinaridade.

É importante ressaltar que, quando os professores afirmam que esta formação contempla o planejamento integrado em cada núcleo do ProJovem Urbano, quer dizer também que eles utilizam os subsídios recebidos na formação docente para a construção do seu planejamento quinzenal, para a vivência das disciplinas específicas e para o desenvolvimento do tema integrador com os discentes, alcançando, assim, as finalidades específicas do referido Programa.

De acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (2012, p. 25),

[...] é finalidade do Programa proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre (I) Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental/EJA; (II) Qualificação Profissional, com a certificação de formação inicial; (III) Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nesse sentido, percebemos que é finalidade do Programa a formação integral, que, como já discutimos em outro momento da nossa pesquisa, apresenta três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Além dos objetivos, o Programa tem suas finalidades específicas que são

A reinserção dos jovens no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação e a ampliação do acesso dos jovens à cultura. (BRASIL, 2012, p. 25).

As finalidades do ProJovem deixam claro que é necessário que os jovens estejam inseridos no Programa e que precisam dar continuidade aos estudos para terem a oportunidade de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho além de possibilitar a esses jovens o acesso à cultura e à ampliação de conhecimentos.

Ao observarmos as respostas dos docentes sobre as finalidades do ProJovem Urbano, os professores responderam que a formação continuada para docentes abarca os subsídios necessários para atingir as finalidades do Programa que lhes ajuda a entender melhor a dinâmica do Programa.

Discutir sobre o Projeto Político Integrado também abarca uma das finalidades do Programa. No momento em que se discorre sobre a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público, essas ações envolvem a participação das disciplinas, dos docentes e discentes e da comunidade escolar. Essas ações envolvem a inclusão digital visando proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender os princípios de funcionamento e alguns recursos técnicos essenciais para compreender as tecnologias da informação.

4.1.1 Concepção de formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano

A respeito das concepções sobre a formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano, o resultado nos mostrou que dos sete professores participantes da pesquisa, seis alegaram existir essa relação. Confirmando essa afirmativa, percebemos, a seguir, que as respostas foram semelhantes.

P1, P2, P3, P4, P5, P7 demonstraram que existe uma relação entre a formação continuada e o ProJovem Urbano, destacando elementos como a oferta de subsídios para os professores participantes; a contribuição para o bom funcionamento do Programa; e a oportunidade de planejamento integrado, incluindo a organização de palestras organizadas nas escolas-núcleos do ProJovem Urbano.

Em síntese, os docentes identificaram a realização de uma formação continuada que tanto proporciona uma melhor compreensão da proposta do Programa, como, conseqüentemente, conduz à melhor atuação em sala de aula. Essa compreensão reforça a ideia de que a formação continuada estabelece um momento de crescimento profissional que acontece no decorrer da atuação docente; um momento de repensar a prática profissional e buscar compreender a prática pedagógica, ou seja, saber entender qual a melhor forma de resolver os problemas e situações vivenciadas em sala de aula. A formação continuada deve conceder aos docentes conhecimentos que os tornem mais reflexivos e investigadores.

Desse modo, percebemos que essa percepção dos docentes do ProJovem Urbano se alinha com a compreensão de que a formação continuada para professores se baseia num processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, com o objetivo de assegurar uma ação pedagógica eficaz que promova aprendizagens significativas para os discentes.

Conforme declarações apresentadas pelos docentes da pesquisa, a formação continuada apresenta-se como um aporte que proporciona aos participantes vivenciarem situações de corresponsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência, contribuindo, assim, para a construção das identidades profissionais e pessoais, pautadas no respeito pelo outro e na solidariedade. Faz parte da formação continuada a promoção da integração entre os participantes, objetivando o trabalho coletivo como forma ideal de desenvolver o Projeto Político Pedagógico do Programa.

Para P2, a formação continuada proporciona aos docentes a evolução de suas competências, levando-os à ampliação do campo de trabalho e conhecimento, aperfeiçoamento e crescimento profissional possibilitando aprimorar sua prática pedagógica.

Prática pedagógica aqui compreendida como ação planejada e que busca alcançar intenções objetivas com relação ao processo de ensino e de aprendizagem. Para Veiga (1992, p. 16) é “[...] prática social orientada por objetivos, finalidades e

conhecimentos [...]. "Prática essencialmente intencional, porque pensada para alcançar a realização de aprendizagens de determinados conceitos e conteúdos.

Segundo Araújo (2015), para o estabelecimento desse tipo de prática no contexto de um currículo cujo foco é a integração, é necessário o exercício da interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento específico e de formação geral. Ao se tratar de curso de formação de professores, não basta apenas o domínio de conhecimentos da área específica, mas também da formação didático-pedagógica.

Para Araújo (2015), tanto educador como estudantes são sujeitos integrantes e responsáveis pelo desenvolvimento das práticas pedagógicas vivenciadas no âmbito das escolas.

Ambos, professores e estudantes, são os sujeitos da prática pedagógica. Se a função principal do educador é mediar a relação entre cultura elaborada e o educando, dando direção à aprendizagem, este exercício só terá possibilidades de produzir a autonomia discente e o reconhecimento da realidade social se orientada por um projeto político-pedagógico de transformação da realidade. (ARAÚJO, 2015, p. 74)

A proposta pedagógica do ProJovem Urbano objetiva esse tipo de integração entre saberes, aqueles provenientes da comunidade e os cientificamente sistematizados. Essa possibilidade de diálogo entre saberes, segundo os educadores participantes da pesquisa, apresentou-se como atitude necessária ao longo do processo de formação dos educadores que atuam no Programa.

Ainda, o educador participante P4 acrescentou que a formação continuada tem sua importância porque os professores examinam aspectos comuns em cada disciplina, partilham experiências, além de propor estratégias com finalidade de sanar dificuldades do ensino e aprendizagem.

Em relação à formação inicial e continuada para docentes, a LDB Nº 9.394/1996, em seu artigo 62 (BRASIL, 1996), nos incisos 1º, 2º e 3º, destaca que a

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

A formação inicial e continuada já está prevista na legislação, é importante para os docentes como uma forma de contribuição à reflexão e a auto-avaliação. É uma forma de manter o docente atualizado, ensinando e aprendendo com base nas experiências compartilhadas de forma coletiva.

Com base nesse contexto, nos embasamos também, como já afirmamos anteriormente, nas ideias de Freire, que, ao discorrer sobre a formação permanente de professores, afirma que o momento fundamental da formação continuada é a reflexão crítica sobre a prática, embasado no discurso teórico que seja de tal modo concreto que quase se confunda com a prática mesma.

A reflexão da prática ajuda no processo de ensino-aprendizagem do docente, o conhecimento exige a renovação sobre a prática. Conhecer a realidade dos discentes, por exemplo, ajuda o docente a entender sua prática em sala de aula, é um processo contínuo, em que a cada dia busca-se entender, da melhor forma possível, um método para compartilhar conhecimentos com base na realidade do discente.

Ainda sobre a formação continuada para docentes, vimos também que cada um deles falou de conceitos direcionados aos saberes da docência e aos saberes profissionais. Teria alguma diferença entre esses saberes?

A esse respeito, Tardif (2014, p.31) afirma que “parece banal, mas um professor é antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros”. São esses saberes em particularidade que foram compartilhados entre os docentes do ProJovem Urbano, como percebemos nas declarações realizadas nos questionários.

O referido teórico, ampliando sua concepção a respeito dos saberes docentes, destaca que

Os saberes profissionais também são variados e heterogêneos porque não formam um repertório de conhecimentos unificado, por

exemplo, em torno de uma disciplina, de uma tecnologia ou de uma concepção do ensino; eles são, antes, ecléticos e sincréticos. Um professor raramente tem uma teoria ou uma concepção unitária de sua prática; ao contrário, os professores utilizam muitas teorias, concepções e técnicas, conforme a necessidade, mesmo que pareçam contraditórias para os pesquisadores universitários. Sua relação com os saberes não é de busca de coerência, mas de utilização integrada no trabalho, em função de vários objetivos que procuram atingir simultaneamente. (TARDIF, 2014, p.263).

Isso reforça o que já comentamos anteriormente a respeito da valorização do trabalho em conjunto, ou seja, das experiências que são vivenciadas em sala de aula e compartilhadas entre os docentes no momento da formação continuada. O trabalho docente precisa ter essas características: concepções heterogêneas, teorias e metodologias diversas que influenciam e ampliam o processo de ensino e aprendizagem e suas práticas pedagógicas.

Assim, consideramos que a formação continuada dos professores é um momento de troca de experiências, de conhecimentos vivenciados e compartilhados. Para Scheibe (2002, p. 59), “[...] todo educador deve dispor de uma capacitação para o exercício de construção do conhecimento, também na área do conteúdo da sua docência”. No ProJovem Urbano essa capacitação é fundamental para a formação dos professores, uma vez que essa modalidade de ensino exige conhecimentos específicos distintos daqueles exigidos no exercício do Ensino Fundamental direcionados aos estudantes na idade regular de ensino.

Nos momentos de formação continuada dos professores, no quais são abordados e exemplificados novos métodos para tratar conteúdos em sala de aula, ocorrem trocas de experiências já vivenciadas pelos docentes. Desse modo, o professor deve ter a capacidade de refletir sobre a sua prática durante a formação continuada, momentos em que ele tem a oportunidade de compartilhar com os colegas a execução do seu trabalho, o que vivencia no seu dia a dia com seus alunos.

4.1.2 A formação continuada no contexto de atuação do Programa

Com base nas respostas dos professores nos questionários, a formação continuada para docentes do ProJovem Urbano ocorre quinzenalmente, com a

participação de outros professores formadores, participação dos coordenadores do programa, com realização do planejamento de cada disciplina, planejamentos dos temas geradores e das sínteses integradoras.

Tendo em vista essas informações citadas pelos docentes do ProJovem Urbano, percebemos que, nos encontros que ocorrem quinzenalmente, existem os planejamentos das disciplinas e das sínteses integradoras que são realizadas com base nos temas geradores. Sobre esses encontros de formação continuada, Machado (2010, p. 93) esclarece que

A metodologia dos temas geradores tem, também, o objetivo de aproximar o processo de ensino-aprendizagem da realidade. Visa unir a investigação à prática social, com o objetivo de levar a cabo uma programação educativa. Trata-se de uma metodologia que busca combinar, em um mesmo processo, os diferentes momentos de conhecimento, a ação transformadora da realidade e o processo de ensino-aprendizagem. Considera que os sujeitos desse processo de reflexão—ação-educação não são exteriores ao mesmo, senão indivíduos reais e concretos, que, no curso de sua existência e em função dela, fazem da realidade em que estão imersos, e a qual integram, o objeto do seu pensamento.

A metodologia utilizada pelos docentes do ProJovem Urbano tenta combinar diferentes momentos em um mesmo processo. Isso está presente na construção das sínteses integradoras. Estas são redações feitas pelos discentes ao término das discussões sobre os chamados temas geradores.

Sobre os temas geradores, Freire (1987, p.50) faz a seguinte conceituação

Antes de perguntar-nos o que é um “Tema Gerador”, cuja resposta nos aclarará o que é o universo mínimo temático, nos parece indispensável desenvolver algumas reflexões. Em verdade, o conceito de “tema gerador” não é uma criação arbitrária, ou uma hipótese de trabalho que deve ser comprovada. Se o “tema gerador” fosse uma hipótese que devesse ser comprovada, a investigação, primeiramente, não seria em torno dele, mas de sua existência ou não.

Com base nessa concepção, compreende-se que os temas geradores são estratégias metodológicas que podem ser realizadas em sala de aula, permitem concretizar metodologicamente, o esforço de compreensão da realidade vivida para

alcançar um nível mais crítico de conhecimento dessa realidade, pela experiência da reflexão coletiva da prática social da realidade.

Diante disso, tomando como base a proposta do ProJovem Urbano, para ter um pouco mais de conhecimento da realidade dos discentes, a cada 15 dias, durante a formação continuada, um tema gerador é apresentado aos docentes para que eles se reúnam e planejem a forma como irão trabalhar em suas respectivas disciplinas dentro dos conteúdos planejados para os 15 dias de aula subsequentes à formação. Após os 15 dias, as sínteses integradoras são construídas pelos discentes como uma forma de avaliação para saber se o discente apresentou dificuldades na compreensão da temática discutida em sala de aula.

Como se percebe, o tema gerador é o mesmo para várias disciplinas que estão sendo desenvolvidas simultaneamente. Assim, os professores e suas respectivas disciplinas escolhem as conexões possíveis com os conteúdos tratados, nos quais será trabalhado o tema mencionado. São temas ligados diretamente às vivências e às práticas dos jovens. Sobre tema gerador, Machado (2010, p. 93) explica que

Um tema gerador ou geral se verá, assim, desenvolver-se a partir de diversos aspectos ou pontos de interesses específicos, os quais não são excludentes, mas complementares e combinados. Isso permite entrelaçar e integrar aspectos da realidade complexa e contribuir para superar a perspectiva sequencial e fragmentada de organização curricular.

Nessa perspectiva, o tema gerador possibilita ao docente integrar aspectos do cotidiano dos discentes, proveniente da realidade de cada um deles. Busca-se entendê-lo como sendo o tema ponto de partida para o processo de construção da descoberta. Por emergirem do saber popular, são extraídos da prática de vida dos educandos e, assim, substituem os temas tradicionais e são buscados no vocabulário dos discentes.

No que se refere à relação entre a formação continuada de professores para o ProJovem Urbano e as práticas pedagógicas em sala de aula, os professores foram unânimes ao afirmar a estreita relação entre a formação e a prática no Programa.

Os participantes P1, P2, P3 responderam que existe essa relação, uma vez que a formação continuada proporciona uma escola mais organizada e melhor

desenvolvimento para os alunos. Os referidos docentes também afirmaram que a formação continuada é o norte para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores e educadores para a realização do trabalho; por meio dela, adquirem conhecimentos, elaboram seus planejamentos, por este motivo, ocorre troca de conhecimento, com base em experiências da prática pedagógica em sala de aula.

Os participantes P4, P5, P6 destacaram a questão da organização das aulas e os materiais didáticos serem pautadas na interdisciplinaridade e interdimensionalidade, concepção do Programa; temas relacionados ao cotidiano dos alunos, aprimorando dinâmicas para serem realizadas em sala de aula.

De acordo com os docentes do ProJovem Urbano, as relações existentes entre a formação continuada do Programa e as práticas pedagógicas contribuem para a existência de escolas mais organizadas, o que exigem maior envolvimento e participação da comunidade escolar, em particular do corpo docente.

A formação continuada para docentes é compreendida também pelos professores do ProJovem Urbano como um norte para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores e educadores para a realização do trabalho em conjunto. Esse trabalho em conjunto, de forma interdisciplinar, também envolve a organização dos planejamentos dos temas relacionados ao cotidiano dos alunos, atribuindo destaque para o estudo dos materiais didáticos disponíveis pelo ProJovem Urbano.

O Manual do Educador Orientações Gerais do Programa (BRASIL, 2012, p. 136) destaca que a formação continuada demanda estudo do Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. A formação assume características peculiares e deverá apoiar-se em princípios e pressupostos comuns considerando os discentes e docentes como sujeito, valorizando suas experiências pessoais e seus saberes da prática. Assim, nas atividades destinadas à formação continuada, disseram predominar momentos de discussão e de encaminhamentos em relação aos problemas e às questões do cotidiano da sala de aula, especialmente quanto à aprendizagem dos estudantes durante a execução do Programa nas comunidades atendidas.

4.1.3 Formação continuada e a organização curricular

Ao perguntarmos se durante a formação continuada ocorrera discussão sobre a organização curricular do ProJovem Urbano, dos sete (7) participantes apenas um docente respondeu que não. Em sua explicação, destacou que as discussões não eram realizadas na formação continuada porque, essas já haviam ocorrido a nível nacional quando o programa foi criado em 2005, no âmbito da Secretaria da Juventude na Presidência da República.

Os participantes P1, P3, P4, P5, P6 e P7 responderam que houve discussão sobre a organização curricular do Programa. Destacaram os seguintes pontos: a organização curricular e sua compreensão para o desenvolvimento do programa; a reintegração dos jovens no processo educacional; a promoção da equidade, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens no que se refere aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania.

Com base nas respostas dos docentes, a ideia que eles têm sobre formação continuada e organização curricular é que a formação continuada e a organização curricular estão interligadas. Isso significa que, no contexto do Programa, o docente, ao ingressar no Projovem Urbano, deverá entender essas concepções para compreender de que maneira está estruturado o currículo, as disciplinas, carga horária, o nível de escolaridade dos discentes, o método de avaliação do Programa, os materiais didáticos etc. Para o ingressante entender todo esse processo é fundamental participar das formações inicial e continuada propostas pelo Projovem Urbano.

Nesse contexto, o Manual do Educador, ao discutir currículo, lembra que

A palavra currículo teve diferentes significados ao longo da história da Pedagogia. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos de um curso. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos educadores, até de forma inconsciente, o que leva à necessidade de refletir sobre as influências que eles exercem na prática pedagógica (BRASIL, 2012, p.27).

Considerando que a concepção de currículo já passou por diferentes significados no decorrer da história, nos dias atuais, é considerado para o Programa

com a definição dos conteúdos que serão desenvolvidos no curso. O currículo é a trajetória, a distribuição dos conteúdos a serem estudados e das atividades a serem executadas pelos estudantes em todo o seu percurso escolar. Trata-se, portanto, da trajetória que deve ser percorrida pelos discentes. Inclui, por exemplo, as matérias ensinadas a cada período letivo, os tópicos que abordados em cada uma dessas matérias.

4.1.4 Formação continuada e a interdisciplinaridade

A respeito da formação continuada sua relação com a interdisciplinaridade, P1, P2, P3 e P4 responderam que a formação continuada e a interdisciplinaridade foram intensificadas como proposição a ser vivenciada na sala de aula, durante os momentos de integração, também destacaram que nas aulas buscam trabalhar o social, unindo todas as disciplinas, e que a relação da formação continuada com a interdisciplinaridade é compreendida por meio da apropriação do PPI; com discussão de questões contemporâneas entre áreas do conhecimento sendo construídas em contexto e situação específica.

Com palavras diferentes, os docentes disseram que a relação da formação continuada com a interdisciplinaridade se dá também por diversos momentos, seja no trabalho social, no estudo do PPI e nas discussões de temas atuais de forma interdisciplinar.

Como podemos observar, a formação continuada e a interdisciplinaridade estão interligadas no ProJovem Urbano. São aspectos vivenciados pelos docentes participantes da pesquisa. Nesse sentido, compreende-se a interdisciplinaridade como um processo contínuo de construção de conhecimentos. Consiste na troca de teorias, conceitos e métodos entre diferentes disciplinas.

Para Veiga (2002, p.86) “A formação inicial deve fornecer ao futuro professor uma sólida bagagem nos âmbitos científico, cultural, social, pedagógico para o exercício profissional, ao passo que a formação continuada se centra nas necessidades e situações vividas pelos docentes”. São dois tipos de formação docente que tem como principal intuito, melhorar a prática em sala de aula.

Com base nessa concepção, compreende-se que a formação inicial é um

momento que o docente utiliza para ter uma visão geral sobre o exercício de sua profissão. Compreender, por exemplo, de que maneira poderá interagir com os demais docentes, saber qual é a dinâmica da escola em que está trabalhando, o perfil dos discentes, o setor pedagógico da instituição de ensino.

Na formação continuada, o docente já passa a entender, de melhor forma, o que foi visto na formação inicial apenas de maneira superficial. É o espaço para compartilhar informações sobre a prática pedagógica, como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento de saberes necessários à atividade docente e também permite que o conhecimento e a aprendizagem do professor sejam constantes.

Quanto à prática pedagógica, Franco (2015, p. 605) destaca que o professor, em sua prática pedagógica, pode ou não se exercitar pedagogicamente. Ou seja, sua prática docente, para se transformar em prática pedagógica requer, pelo menos, dois movimentos: o da reflexão crítica e o da consciência. São esses movimentos que levam o docente a refletir de maneira crítica a sua prática pedagógica, e a reflexão leva à conscientização do exercício profissional.

A mesma autora especifica os princípios que organizam uma prática pedagógica:

- a) As práticas pedagógicas organizam-se em torno de intencionalidades previamente estabelecidas e tais intencionalidades serão perseguidas ao longo do processo didático, de formas e meios variados.
- b) As práticas pedagógicas caminham por entre resistências e desistências, em uma perspectiva dialética, pulsional, totalizante.
- c) As práticas pedagógicas trabalham com e na historicidade; implicam tomadas de decisões; de posições e se transformam pelas contradições. (FRANCO, 2015, p. 605-607).

Percebe-se que a organização da prática pedagógica gira em torno da intencionalidade, da intenção da aula que pode haver resistências e desistências-e que implica tomadas de decisão. O desafio da formação docente é a articulação entre teoria e prática, a partir de uma prática reflexiva é que a ação do professor poderá assumir um caráter transformador. Uma formação deverá levar à valorização e à discussão dos diferentes saberes envolvidos na prática docente.

4.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE DO PROJovem URBANO NATAL/RN

Sobre a formação docente do ProJovem Urbano, identificamos, nos questionários, que cinco educadores P1, P3, P5, P6 e P7 destacaram que a formação continuada proporciona a interdisciplinaridade e a integração quando trabalham o social, unindo todas as disciplinas. Os educadores participantes P2 e P4 se aproximaram da ideia quando discorreram que a relação da formação continuada com a interdisciplinaridade é dada por meio da apropriação do conhecimento do PPI; ao desenvolverem as atividades numa proposta interdisciplinar junto aos núcleos (escolas); ao trabalharem numa proposta interdisciplinar e interdimensional, conforme o Projeto Político Integrado (PPI), considerando o conjunto das setes disciplinas do currículo integrado, nas três dimensões do Programa: Educação Básica, a qual corresponde ao Ensino Fundamental na modalidade EJA, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Além disso, afirmaram que os materiais didáticos disponibilizados pelo Programa contribuem para o estabelecimento de um trabalho interdisciplinar.

Para compreendermos um pouco mais a respeito do conceito de interdisciplinaridade, Klein (2012, p. 110) afirma que

[...] “Interdisciplinar” é uma palavra do século XX. A origem intelectual do conceito de interdisciplinaridade subjacente, no entanto, é muito mais antiga. No Ocidente, as ideias fundamentais de ciência unificada, síntese e integração do conhecimento foram desenvolvidas pela filosofia antiga. Com o passar do tempo, o processo geral de especialização na sociedade resultou em um número crescente de disciplinas e profissões distintas. Entretanto, as ideias de unidade, integração e síntese persistiram como valores filosóficos, sociais, educacionais e pessoais.

Com base nessa informação, percebemos que o conceito de interdisciplinaridade, como ideia de unidade e integração, sempre se constituiu um valor. No entanto, a ideia de trabalhar com a integração das disciplinas apresenta-se como paradigma emergente frente à proposta de ensino tradicional e permite aos discentes integrar o conhecimento em diferentes áreas.

4.2.1 O material didático no processo de formação de professores

Sobre os materiais didáticos utilizados pelos docentes no ProJovem Urbano, os sete (7) professores participantes citaram que trabalharam com todos os materiais disponibilizados pelo Programa, quais sejam, o Guia de Estudo, o Manual do Educador, o Manual de Orientações do Programa (MEOG), o Caderno de Registro de Avaliações (CRA), o Plano de Ação Comunitária (PLA), o Projeto de Orientação Profissional (POP) e a Agenda do Estudante. P3 e P5, além dos materiais citados, acrescentaram o uso de apostila, papel madeira e coleção de giz.

Perguntamos também aos docentes como esses materiais foram utilizados em sala de aula, os sete (7) participantes responderam que foram utilizados como materiais principais, complementados por outros materiais.

Na formação inicial, os docentes recebem os materiais didáticos e têm apenas uma visão geral de como irão utilizá-los em sala de aula, com base nas orientações passadas pelos professores formadores. Na formação continuada, os docentes já estão com mais apropriação dos materiais didáticos, pois utilizam na formação como embasamento teórico e metodológico para o planejamento quinzenal das aulas em sala de aula.

O Guia de Estudo é considerado o principal instrumento de trabalho do docente. É produzido pelo próprio Programa, a partir do trabalho coletivo de especialistas de campos do conhecimento diversificados, sendo organizado de acordo com eixos estruturantes para nortear o ensino aprendizagem do conteúdo. Contém os textos e atividades que serão trabalhados em cada unidade formativa. O referido material didático foi estruturado com base no processo de ensino e aprendizagem das áreas dos diversos componentes curriculares: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

O Manual de Orientações do Programa (MEOG) é um material direcionado apenas aos docentes do Programa. O Manual apresenta o PPI do ProJovem Urbano, com as orientações necessárias para o desenvolvimento do curso. Parte integrante de um processo de formação continuada, o manual oferece subsídios

para a atuação dos docentes preparando-os para as funções simultâneas de professor especialista (PE) e de Professor Orientador (PO), mas sua finalidade mais relevante é ajudar o educador do ProJovem Urbano a ter acesso ao PPI, a compreendê-lo e apropriar-se dele.

Outro material didático destacado pelos docentes foi o Caderno de Registro de Avaliações (CRA), composto pelas fichas de acompanhamento de desempenho dos estudantes e da avaliação da aprendizagem. As fichas de acompanhamento são utilizadas para registrar as notas das atividades realizadas pelos discentes.

Quanto ao Caderno do Plano de Ação Comunitária (PLA), ele proporciona aos discentes aprender a planejar, trabalhar em grupo, interagir com pessoas e avaliar os resultados do seu trabalho. Para orientar a elaboração e acompanhar a materialização do PLA, é preciso que o educador da referida disciplina, cuja é apoiar e acompanhar a elaboração e a implementação do Plano de Ação Comunitária, tenha graduação em Serviço Social, o educador inicia seu trabalho fazendo um mapeamento no bairro onde são identificadas as principais dificuldades existenciais, que podem ser relacionadas ao contexto educacional, à saúde, à cultura, à segurança, assistencial social etc. O Caderno do Plano de Ação Comunitária apresenta o roteiro para o desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária.

Já o Projeto de Orientação Profissional (POP) é um documento pessoal que traz as experiências de vida e de trabalho de cada discente e dos seus familiares e amigos mais próximos. Esse tipo de projeto foi pensado com o objetivo de realizar uma intervenção efetiva no cotidiano da comunidade onde o grupo está vivenciando o Programa. Trata-se de mais uma iniciativa do ProJovem Urbano na direção de estabelecer intersecção entre as dimensões da teoria e da prática.

Por fim, a Agenda do Estudante que tem o propósito de tentar organizar o tempo de estudo do discente no ProJovem Urbano. Um material que tem a intenção de ajudar o discente a registrar as atividades do Programa. A agenda também oferece ao discente algumas dicas de estudo e reflexões sobre estratégias para alcançar os objetivos do ProJovem Urbano.

Vale salientar que os conteúdos propostos em cada uma das disciplinas do material didático do ProJovem Urbano são voltados para um público de jovens com faixa etária de 18 a 29 anos, em um curso com duração de 18 meses. Por se tratar de um público específico, foram selecionados materiais de acordo com a especificidade do Programa. Assim como há indicação de que, na Educação de

Jovens e Adultos (EJA), existam materiais didáticos e pedagógicos específicos para tal modalidade de ensino, no ProJovem Urbano, também havia uma dinâmica de funcionamento com materiais didáticos específicos, os quais tinham o intuito de contribuir para a formação dos estudantes inseridos neste Programa.

4.2.2 O guia do estudante como referência para a formação e a prática docente

Ao perguntarmos a respeito do Guia do Estudante, considerado um dos principais materiais didáticos do ProJovem Urbano, os professores afirmaram que

É um material que nos dá suporte em sala de aula; nele existem conteúdos de todas as disciplinas; é utilizado de forma integradora onde cada aluno tem o seu podendo acompanhar as aulas e responder suas atividades. (P2);

Principal material didático do Programa, nele estão inseridas todas as disciplinas do currículo e suas atividades, em um único módulo por unidade formativa, assim é organizado contemplando a significação dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade; serve de suporte para trabalhar em sala de aula. (P3);

Nesse Guia contém todas as disciplinas e suas atividades e é organizado de forma que contempla a significação dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade; traz os conteúdos que serão trabalhados durante a duração do projeto; contém os principais texto e atividades que serão trabalhados em cada unidade formativa. (P5).

Percebemos que de acordo com as respostas dos docentes, o Guia de Estudo é considerado um dos recursos didáticos indispensáveis nas aulas do ProJovem Urbano. É um material produzido pelo Programa e contém todas as áreas de conhecimento específicas desse Programa.

A área de Ciências Humanas compreende o ensino e a aprendizagem de conhecimentos históricos e geográficos que fazem parte do processo de formação dos jovens no nível de Ensino Fundamental da educação escolar brasileira.

A proposta metodológica da área de Ciências Humanas tem como pressuposto a interdisciplinaridade compreendida como interpretação de método e conteúdo, entre História e Geografia e as demais áreas do conhecimento. Isso não significa a fusão ou diluição dos objetos de estudo da História e da Geografia, mas a possibilidade de construção de um trabalho integrador que propicie aos estudantes estabelecer relações entre as diferentes experiências humanas no tempo.

No componente Língua Portuguesa, como o ensino de uma língua, tem uma perspectiva que pressupõe, ao mesmo tempo, articulação e trabalho específico com cada uma das dimensões nele implicadas (ouvir, falar, ler, escrever). A sistematização dessas aprendizagens se faz por meio de reflexões a respeito do funcionamento da língua.

Quanto à Língua Inglesa, as noções básicas que orientam o processo de ensino e aprendizagem de inglês dizem respeito às funções da linguagem no cotidiano: apresentar-se, despedir-se, agradecer, expressar o que gosta de fazer, pedir ajuda, perguntar o que alguém está fazendo.

Quanto ao componente curricular Matemática, seu objetivo é ajudar o estudante a resolver situações diversas do dia a dia que exijam o raciocínio matemático e a ampliar seus conhecimentos nessa área.

No que se refere ao componente curricular Ciências da Natureza, a abordagem dinâmica que se deu ao material do ProJovem Urbano pretendeu articular as fronteiras entre os campos da Biologia, da Física e da Química. O objetivo fundamental da interação desses domínios é a construção de conhecimentos que propiciem maior compreensão dos fenômenos naturais e a percepção de que o ser humano é parte integrante do ambiente natural e social.

O componente curricular Participação Cidadã tem como objetivo primordial a aquisição, por parte dos estudantes, de aspectos conceituais relacionados à democracia participativa e à participação social, bem como a elaboração, a implementação, a apresentação de resultados e a avaliação de planos de intervenção social.

Nessa perspectiva, compreendemos que a proposta curricular de formação dos discentes do ProJovem Urbano apresenta uma diversidade de conhecimentos compartilhados por diferentes áreas. Há uma indicação de que as disciplinas sejam tratadas de forma integrada nos três campos que integram o ProJovem Urbano, a formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. Por isso, a importância de, na formação continuada, os professores planejem de forma dinâmica, integrando as diferentes disciplinas. Essa integração começa a ser feita durante os momentos de planejamento da formação continuada.

Foram feitos planejamentos das unidades formativas que seriam trabalhadas durante quinze dias de aula. A cada quinze dias, novos planejamentos foram feitos. As aulas foram planejadas com base nas orientações das professoras que

ministravam a formação continuada, como também com base nas orientações das professoras que ministraram a formação continuada, com base no Guia de Estudos, considerado o principal material didático dos discentes e dos educadores.

No total, contamos com seis Guias do Estudante, distribuídos um para cada Unidade Formativa que tem duração de três meses. Para Salgado (2012, p. 85),

[...] os Guias de Estudos constituem o mais importante instrumento de trabalho do educador do ProJovem Urbano. Em cada Unidade Formativa, apresentam-se dez tópicos organizados para desenvolver os temas selecionados para o currículo.

Em cada Unidade Formativa, o professor teve um tópico a ser trabalhado em sala de aula, cuja temática poderia ser dividido em mais de uma aula, dependendo da metodologia utilizada pelo professor e do desenvolvimento de cada turma. O próprio Guia de Estudos nos mostra como está organizada a Unidade, para facilitar o aprendizado do discente:

Este Guia de Estudo foi escrito para auxiliar você em seu curso. Além de colocar desafios, ele vai ajudar você a localizar informações importantes para o estudo de cada Unidade Formativa. Ele está organizado em seis volumes, um para cada unidade. Os volumes estão divididos em componentes curriculares caracterizados pelas seguintes cores: vermelho - Ciências Humanas, verde limão - Matemática, azul marinho - Ciências da Natureza, lilás - Informática, laranja - Língua Portuguesa, roxo - Inglês, verde claro - Participação Cidadã (SALGADO, 2012, p.8).

A divisão das disciplinas no Guia de Estudo é também diferenciada por cores, como uma forma de facilitar aos discentes a busca pelas disciplinas e, ao mesmo tempo, uma forma de tornar o material visivelmente mais dinâmico. Cada início de capítulo do Guia de Estudo tem o título do tópico, número do tópico, a sequência de atividades, objetivo do tópico, textos com conteúdos de cada tópico.

O conjunto dessas percepções dos sujeitos sobre o ProJovem Urbano revela o quanto é essencial o processo de formação docente, seja ele na fase inicial ou continuada. O processo de formação do professor exige uma disponibilidade à assimilação de conceitos, princípios, diretrizes, materiais e metodologias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco central discutir sobre a formação continuada para os docentes do ProJovem Urbano, em Natal/RN. Para sua realização, aplicamos um questionário para sabermos as concepções dos professores do referido Programa sobre formação docente, formação inicial e continuada, currículo integrado, organização curricular, interdisciplinaridade e materiais didáticos específicos do contexto de formação docente para atuar no Programa.

Observamos, nas respostas dos educadores participantes, que a formação continuada para docentes do ProJovem Urbano é um momento oportuno para compartilharem experiências, um momento de aprimoramento de saberes e de trabalho coletivo.

A proposta do ProJovem Urbano foi vista como uma alternativa para amenizar o desemprego de jovens e adultos no país. No decorrer de seu percurso histórico, o referido Programa foi se desmembrando em diversas faces, dentre elas, o ProJovem Urbano que, como já discorremos, foi criado no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2005.

O ProJovem Urbano proporcionou aos discentes inseridos no Programa a chamada formação integral, por meio de uma associação entre formação básica (elevação da escolaridade, com a conclusão do Ensino Fundamental), a qualificação profissional (com certificação de formação inicial) e participação cidadã (com a promoção de uma experiência de atuação social na sociedade).

O Programa oferece aos docentes uma formação inicial, para os ingressantes, e continuada durante a execução do curso no período correspondente a um ano e seis meses. Durante essa formação, que acontece a cada quinze dias, os docentes utilizam para a realização dos planos de aula os recursos didáticos disponibilizados pelo Programa, a saber: Guia do Estudante, Agenda do Estudante, Manual do Educador: Orientações Gerais, Caderno de Plano de Ação Comunitária, Guia de Estudo Formação Técnica Geral, Guia de Estudo Arco Ocupacional.

Constatamos ainda, com base nas contribuições dos educadores participantes, que a concepção de currículo integrado, se deu pela proposta presente no PPI do ProJovem Urbano, o qual que o currículo integrado ocorre com a integração entre a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação

Cidadã. No entanto, essa proposta do ProJovem Urbano se distancia da concepção de alguns teóricos que discutem os preceitos do campo da Educação Profissional.

Percebemos que o educando tem outros papéis no sistema das relações sociais. Por isso, o currículo integrado deve conter elementos diversos, significativos à vida do estudante. Há uma necessidade de se realizar um ensino que, em vez de ser direcionado apenas para o mercado de trabalho, tenha foco para a “formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores.”

Nesse contexto, foi possível perceber, com base na pesquisa, que embora o PPI do ProJovem Urbano apresente Qualificação Profissional, quesito o mais citado pelos professores como sendo atrativo aos jovens, por acreditarem que essa qualificação oferece oportunidade de emprego aos discentes, a realidade é que aprender uma profissão não garante ao discente uma formação para a vida, isto é, uma formação humana em que tenha a integração de todas as dimensões da vida, ou seja, o trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo.

Além da proposta da Qualificação Profissional do Programa, os docentes também discorreram sobre materiais didáticos específicos do ProJovem Urbano, dentre eles, Guia do Estudante, considerado o material de referência, por ser o mais utilizado pelos docentes e discentes durante o processo de formação de ambos. O referido Guia, é também chamado pelo Programa de material integrado por conter no mesmo caderno todas as disciplinas correspondentes ao currículo do ProJovem Urbano.

A pesquisa também mostrou que a formação continuada dos professores para a atuação no Programa ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no CEMURE, durante os anos de 2015 e 2016, foi considerada pelos educadores participantes como um momento propício de compartilhar experiências pedagógicas.

Sobre as concepções de formação continuada de professores presentes no ProJovem Urbano de Natal/RN, foi possível perceber que os docentes compreendem por formação continuada um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que promova aprendizagens significativas.

Para os docentes, a formação continuada é um espaço de aprimoramento das práticas de ensino e de aprendizagem, um momento de apropriação de novas metodologias que possam contribuir no processo de ensino e aprendizagem do

discente. Além disso, os docentes veem a formação continuada como aporte que proporciona aos participantes vivenciarem situações de corresponsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência.

A pesquisa se propôs a analisar a formação continuada dos professores do ProJovem Urbano durante o período de 2015/16 e compreender que relação os professores do ProJovem Urbano de Natal/RN fazem da formação continuada com as práticas em sala de aula. Sobre esse objetivo, a pesquisa identificou que os educadores que atuam no Programa vivenciam processo de formação docente em duas fases interligadas, marcadas pelo momento da iniciação (curso introdutório) e momentos na continuidade das ações (vivência dos componentes curriculares), momentos que contribuem para uma melhor atuação em sala de aula.

Essa compreensão reforça a ideia de que a formação continuada estabelece um momento de crescimento profissional que acontece no decorrer da atuação docente, de repensar a prática profissional e buscar compreender a prática pedagógica, ou seja, saber entender qual a melhor forma de resolver os problemas e situações vivenciadas em sala de aula. A formação continuada deve conceder aos docentes conhecimentos que os tornem mais reflexivos e investigadores.

Sobre os materiais didáticos, eles são utilizados nos procedimentos de ensino visando estimulação dos discentes e à aproximação com os conteúdos didáticos. Os materiais didáticos do ProJovem foram elaborados especificamente para atender às necessidades do Programa. São recursos didáticos específicos do ProJovem Urbano, que levam os docentes a discutirem algumas concepções também durante a formação continuada, que efetivada em práticas vivenciadas em sala de aula, como por exemplo, a interdisciplinaridade, o currículo integrado, os temas geradores, planejamento educacional, avaliação, qualificação profissional, formação humana, dentre outros.

Conclui-se que o ProJovem contribui para a vida dos jovens inseridos no Programa, principalmente, para aqueles que conseguiram finalizar o curso. O Programa oportunizou aos jovens concluírem o Ensino Fundamental garantindo esse direito previsto em lei para os jovens, como também um curso de informática em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN.

A pesquisa foi importante para entender como a formação continuada do ProJovem Urbano é fundamental para os docentes compartilharem experiências sobre as práticas pedagógicas dentro do contexto do Programa. Essa formação é

importante porque os professores examinam aspectos comuns em cada disciplina, partilham também experiências, além de propor estratégias com a finalidade de sanar dificuldades do ensino e aprendizagem.

Pela relevância do tema, esta dissertação também foi elaborada com o intuito de contribuir com outras pesquisas que estejam direcionadas às políticas públicas para a juventude e sobre a formação continuada para docentes do ProJovem Urbano.

REFERÊNCIAS

AGENDA do Estudante do ProJovem Urbano. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/agendadoestudantedoProJovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Campanha de pé no chão também se aprende a ler**: a influência da teoria freireana nas práticas curriculares. Disponível em: <http://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/1326/931>. Acesso em: 24/01/2019.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio-ago. 2015.

ARCO Ocupacional do ProJovem Urbano. (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=arco+ocupacional+do+ProJovem+urbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BANDEIRA, Denise. **Material didático**: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. Disponível em: <http://www2.videolivriaria.com.br/pdfs/24136.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BATISTA, Wilson Roberto. **As políticas públicas de juventude**. Disponível em: http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/206/1/BATISTA_aspoliticaspUBLICASdejuventude_2009.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. **Trajetória da Educação de Jovens e Adultos**: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. Disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10TRAJETORIA_EDUCACAOJOVENSADULTOS.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

BEZERRA, Raphael de Medeiros Henrique. **A música no ProJovem Adolescente: um relato de experiência na cidade de Natal**. 2011. 47f. Monografia (Graduação em Música) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [da] União**, 08 dez. 1993, p. 18769 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 02 jan. 2018.

BRASIL. **1º Caderno de Registro de Avaliação**: unidades Formativas I e II. Brasília, 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.557, de 5 de outubro de 2005. **Diário Oficial [da] União**, 06 out. 2005, p. 6. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. **Diário Oficial [da] União**, 11 jul. 2008, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Diário Oficial [da] União**, 15 dez. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. **Manual do Educador Orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias_112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-ProJovem-urbano-novo. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. **Manual do Educador: orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de

BRASIL. **Medida provisória nº 238, de 1 de fevereiro de 2005. Diário Oficial [da] União**, 02 fev. 2005, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Mpv/238.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília/DF: MEC, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. CONFITEIA VI. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2008.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem**. Brasília: Programa Nacional de Jovens – Projovem, 2008.

BRASIL. **Traçado metodológico: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CADERNO de Avaliação do Projovem Urbano. (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/cadernodeavaliacaodoProjovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CADERNO de Plano de Ação Comunitário ProJovem Urbano. (2012). Disponível em:
<https://www.google.com.br/cadernodeplanodeacaocomunitariadoProJovemurbano>.
Acesso em: 23 mar. 2018.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: _____. **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda. **Políticas Públicas para a juventude: uma análise do ProJovem Adolescente sob a perspectiva dos participantes**. 2013. 183f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CARNEIRO, Marcos Torres. **Avaliação do processo de implementação do PROJOVEM urbano em Natal/ RN: o que fazer dizer da dimensão qualificação profissional**. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação**. Disponível em:
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DIAS, Letícia Pereira. PEREHOUSKEA, Nestor Alexandre. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contradições. **Rev. Unifamma**, v.11, n.1, p.29-46, nov. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17678018-A-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-historia-e-contradicoes.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FÁVERO. Osmar. **Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. Disponível em:
<http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FEREIRA, Eliza Bartalozzi. Políticas educativas no Brasil no tempo da crise. In: OLIVEIRA, Andrade, OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo horizonte: autêntica Editora, 2013.

FRANCO. Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0601.pdf>. Acesso em: 06/02/2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler: (1961-1964) uma escola democrática.** 3. ed. Natal: Palumbo, 2010. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf. Acesso em: 28/01/2019.

GUIA de Estudo. (2012). Disponível em: <https://www.google.com/search?q=guia+de+estudo+forma>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GUIA Estudo do ProJovem Urbano (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/guiaeestudodoProJovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre, RS: Mediação, 2014.

Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

KLIN, Julie Thompson. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, Ivani. **Didática e interdisciplinaridade.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo Cortez, 2017.

LIMA, Erika. Silva; SILVA, Francisca. Natália da. SOARES, Lenina Lopes. Silva. A educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. **Holos**, Ano 32, vol.4 (2015). Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>. Acesso em: 05/03/2018.

LOTTERMAN. Osmar. **O currículo integrado na educação de jovens e adultos.** 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <file:///C:/Users/20171996210004/Desktop/O-curriculo-integrado-Osmar-Lotterman-2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline. **Educação tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline et al. (Org.). **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre, RS: ARTMED, 2009, p. 80-95.

MAGALHÃES, Vanessa Nogueira de Souza. **Análise do ProJovem Urbano como política pública em educação: o caso do CEF 02 da estrutural.** Brasília/DF, 2014. Disponível em:

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7780/7/2014_VanessaNogueiradeSouzaMagalhães.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

MANUAL do Educador Orientações Gerais ProJovem Urbano.
Disponível em:
<https://www.google.com.br/manualdoeducadororientacesgeraisProJovemurba>. 2012. Acesso em: 25 mar. 2018.

MELO, Erika Fernanda Leite de. **Laboratório no Ensino Superior e a formação docente: uma reflexão a partir da química de coordenação**. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7577>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MOURA, Dante Henrique. **Algumas possibilidades de organização do ensino médio a partir de uma base unitária: trabalho, ciência, tecnologia e cultura**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7177-4-2-algumas-possibilidades-organizacao-ensinomedio-dante-henrique/file>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. SILVA, André Gustavo Ferreira da. Paulo Freire e o movimento de cultura popular na cidade de Palmares/PE em meados da década de 1960. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo horizonte: autêntica Editora, 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social de educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. *In*: Eliza Bartolozzi Ferreira; Dalila Andrade Oliveira. (Org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, v. 1, p. 237-252. Disponível em: <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/oliveira-joao-f-a-funcao-social-da-educacao-e-da-escola-publica-tensoes-desafios-e-perspectivas-in-eliza-bartolozzi-ferreira-dalila-andrade-oliveira-org-crise-da-escola-e-politicas-educati/>. Acesso em: 25 out. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Acesso em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes Docentes em Ação**, v. 03, n. 01, 2017. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp->

content/uploads/2017/09/pdf/2017/09/3-A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-FORMA%C3%87%C3%83O-continuada-de-professores-da-educac%C3%87%C3%83o-b%C3%81sica-a-arte-de-ensinar-e-o-fazer-cotidiano-id.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

RODRIGUES, Rubens Luiz. (Org). **A contribuição da escola na trajetória de jovens e adultos**. Curitiba: Ed. CRV, 2009.

SALGADO, Maria Umbelinda Caifa. **Guia de Estudo**. Brasília: Secret. Est. Edu. Minas Gerais, 2012.

SANTANA, Cibele Barbosa de Araújo. **Ciências da natureza e juventude: um enfoque nos materiais didáticos do ProJovem urbano**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPEd, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt03-3954.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo. Cortez, 2013.

SILVA, Gleycia Valéria de Souza. **ProJovem campo: saberes da terra, uma experiência com princípios da educação do campo**. UFRN: Natal, 2011.

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, 4., 2007, Maringá, Disponível em: <http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docente e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIFI. Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TAVAERES. Andreza Maria Batista do Nascimento; AZEVEDO. Márcio Adriano; SILVA. Cybelle Dutra da; MEDEIROS. Dayvyd Marques de. Educação profissional e currículo integrado a partir de eixos estruturantes no ensino médio. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016.

TOZETTO Soares Suzana; WENGZYNSK. Danielle Cristiane. A formação continuada face as suas contribuições para a docência. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>. Acesso em: 21 ago. 2018.

VALE. Rosângela Martins do. Em busca de sentido à formação integral do ser humano na perspectiva de Viktor e Frankl. **Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, v. 3, n. 2, p. 191-202, 2014. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/le/article/view/19944/12147>. Acesso em: 04 fev. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2. ed. Campinas, Papirus, 1992.

VEIGA, Ilma passos Alencastro. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social?
In: VEIGA, Ilma passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia. **Formação de professores políticas e debates**. Campinas: Papirus, 2002.

ZABALA, Antoni. **Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Caro professor,

A presente pesquisa trata sobre: **“A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROJovem URBANO EM NATAL/RN: experiência do Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves – CEMURE”**, realizada no Mestrado Acadêmico em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN. Solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, autorizando a utilização pública das informações coletadas por meio de questionário disposto em seguida.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esta pesquisa trata sobre a dissertação de mestrado intitulada: **A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROJovem URBANO EM NATAL/RN: experiência do Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves – CEMUR** sob a orientação do Prof. Dr. José Mateus do Nascimento, docente do IFRN.

Objetivo investigar como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no Projovem Urbano do Município de Natal/RN, realizada no Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves – CEMURE

Solicitamos autorização para realizar entrevistas ou aplicação de questionários, como também registro iconográfico (fotos e filmagens) e apresentar os resultados deste estudo em trabalhos e eventos científicos ou publicar em revistas científicas.

Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Ainda, informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde ou reputação.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Colaborador(a) com a Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a): 98745-6639. Endereço: Rua Dr. Celso Ramalho, Nº 94, Bairro Lagoa Seca, Natal/RN. E-mail: silvaniafrandantas@mail.com
Natal, JULHO de 2018.

Atenciosamente,

Mestranda Silvânia Francisca Dantas (Pesquisadora)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome (opcional): _____
2. Sexo: masculino () feminino (). _____
3. Local de residência
4. [cidade e bairro] _____
5. Graduação: _____
6. Pós – graduação _____

II. QUESTÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

1. O que você compreende por formação continuada para docentes?

2. A formação continuada para professores que atuam no ProJovem Urbano abarca os subsídios necessários para atingir as finalidades do Programa em questão?

3. Como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no ProJovem Urbano em Natal/RN, 2015/2016, realizada no CEMURE:

a) Quinzenalmente, com a participação de outros professores formadores, participação dos coordenadores do programa, com realização do planejamento de cada disciplina, planejamentos dos temas geradores e das sínteses integradoras;

b) Semanalmente sem a presença de professores formadores;

c) Quinzenalmente e sem planejamentos das sínteses Integradoras.

4. Com base em suas experiências quanto professor do ProJovem, o que se discutia durante a formação continuada no período de 2015/2016, realizada no CEMURE?

5. Que relação há entre a formação continuada de professores para o ProJovem Urbano e as práticas pedagógicas em sala de aula?

Justifique:

6. Ocorreu em algum momento na formação continuada, a discussão da organização curricular do ProJovem Urbano? Exemplifique:

Que relação há entre a formação continuada de professores para o ProJovem Urbano e a interdisciplinaridade?

Justifique: _____

III. QUESTÕES SOBRE O MATERIAL DIDÁTICO DOS PROFESSORES

7. Quais os materiais didáticos utilizados pelos professores durante a formação continuada?

8. De que forma você utiliza os materiais didáticos do ProJovem Urbano em sala de aula?

A) como material complementar

B) como material didático principal

C) utiliza outro material didático

D) utiliza como material principal juntamente com um material complementar

10. O que é o Guia do Estudante no contexto do ProJovem Urbano? Comente.-

Ressaltamos que assumimos o compromisso de preservar o anonimato das identidades dos participantes.

Obrigada pela colaboração!